

Claudia Regina Peterlini

**A(RE)CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR:  
PLANEJAMENTO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NO SETOR  
HISTÓRICO DE CURITIBA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Orientadora: Prof. Dra. Alicia Norma González de Castells

Florianópolis  
2012



Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da  
UFSC.

Peterlini, Claudia Regina

A (Re)Construção de um Lugar [dissertação] : Planejamento  
e Apropriação do Espaço no Setor Histórico de Curitiba /  
Claudia Regina Peterlini ; orientador, Alicia Norma  
González de Castells - Florianópolis, SC, 2012.

209 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em  
Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Inclui referências

1. Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. 2.  
Planejamento Urbano. 3. Centro Histórico. 4. Dinâmica  
Urbana. 5. Curitiba. I. Castells, Alicia Norma González de.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.  
III. Título.

Claudia Regina Peterlini

**A (RE)CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR:  
PLANEJAMENTO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NO SETOR  
HISTÓRICO DE CURITIBA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Florianópolis, 27 de Setembro de 2012.

---

Prof. Dr. Sérgio Torres Moraes  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alícia Norma González de Castells  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Nelson Popini Vaz  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Luiz Eduardo Fontoura Teixeira  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cleusa de Castro  
Universidade Federal do Paraná



Dedico esta pesquisa aos profissionais  
Arquitetos e Urbanistas preocupados  
em problematizar e compreender suas  
próprias ações sobre a realidade urbana.



## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros e profundos agradecimentos a todos que compartilharam idéias, momentos, divagações, aventuras e desventuras neste longo trajeto de crescimento pessoal e intelectual que, resumidamente, consistiu o processo e o desenvolvimento desta dissertação de mestrado. Foram muitos os que colaboraram com a pesquisa e complementaram os meus pensamentos.

À minha família, Paulo, Olga e Renata, pela confiança, apoio e incentivo às minhas decisões. Pelos laços vitais e abraços sempre confortantes.

Ao Henrique Martins, amigo e companheiro em muitos momentos, cuja presença, incentivo e colaboração foram essenciais.

Aos colegas e professores do curso de Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, os quais se dedicaram e se esforçaram em conjunto para aperfeiçoar os ensinamentos, possibilitar e incitar o desenvolvimento intelectual.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos durante os meses de estudo e pesquisa.

Ao Instituto Brasil Plural (IBP), pelo auxílio financeiro durante a pesquisa em campo.

Aos técnicos, funcionários e estagiários do Setor do Patrimônio Histórico e Biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Casa da Memória e do Acervo Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, pela paciência e grande auxílio na pesquisa documental.

Aos colegas do Núcleo de Estudos em Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI) pelo intercâmbio de pesquisas e conhecimentos. Especialmente ao Rafael Rodrigues pelo apoio e amizade.

À Professora Alícia Norma González de Castells, orientadora e grande incentivadora. Agradeço especialmente por conduzir os meus pensamentos envoltos em confiança, motivação e tranquilidade imprescindíveis para o desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Obrigada.



"[...] Ora, direis ler cidades, certo perdestes o senso. [...] Uma cidade não se lê com os olhos. [...] Uma cidade não se lê com o corpo. Uma cidade se lê com a vida. A Vida sabe ler. [...] Detesto Cidades fáceis de ler. Só amo cidades que já sei de cor. [...] Só sei uma cidade de cor. Minha vida sabe de cor uma cidade. Cada rua, cada ruína. Uma rua, ruína de milhões de passos e pegadas, de encontros fortuitos. Melhor mudar de calçada. E de pontuais desencontros. [...]

Tem noites que sonho passar por lugares que não existem mais. Do lado do Colégio Santa Maria, onde hoje é um banco, em meados dos anos 60, havia uma gráfica. Ainda ouço as máquinas. Ruínas de sons, ruínas de lembrança. Era ali que a gente se reunia para discutir os filmes do momento. Não admito viver em uma cidade artificial. Todas as cidades que nasceram na maquete do arquiteto e do engenheiro são fascistas. Uma cidade tem que nascer sozinha, em espontâneo brotar. Não se pode dizer, eu quero uma árvore ali, me tire essa praça daqui. Eu quero aquela aldeia que mora em Nova Iorque. Eu leio através das ruínas. A ruína é clara, limpa lente de microscópio. Já tirei pra dançar todas as ruínas de Curitiba. As mocinhas da cidade são bonita. Bonita. Não bonitas. Eu quero o erro. [...] Sem erro, não dá pra continuar vivendo. [...]

Uma cidade se lê com tudo. Uma cidade se lê em todas as direções. Uma vida é muito curta para que se saiba de cor mais de uma cidade. [...] Não há sinônimo para a cidade. Cidade não tem substituto nem alternativa. A cidade é o colo de mamãe, o leite do peito, o cheiro da velha. [...]

A Cidade é o mercado, a supercidade, o supermercado. Um ABC, onde cada letra pode significar ao mesmo tempo ABCDEFGHIJLMNOPQRSTUVWXYZ. Viva o K. Viva o Y. Viva o W."





## RESUMO

A presente dissertação envolve-se na problemática da constituição dos Centros Históricos na cidade contemporânea mediante processos de revitalização empreendidos pelas Políticas de Planejamento e Desenvolvimento Urbanos. Nesta problemática, buscamos apreender as premissas econômicas, culturais e sociais que acompanham tais políticas e o rebatimento destas no contexto urbano e na dinâmica sócio-espacial destes espaços. Como objeto de estudo, direcionamos nossos objetivos à cidade de Curitiba e ao seu Setor Histórico para compreendermos e analisarmos sua constituição contemporânea, possibilitada a partir de um Plano de Revitalização que se deu em princípios dos anos 70, atrelado à uma política de planejamento e desenvolvimento urbano para o município. Tendo em vista nossos objetivos, propomos uma abordagem teórica e empírica do Setor Histórico de Curitiba, onde consideramos compreender sua constituição a partir dos olhares, das premissas e das ações provenientes das políticas de planejamento urbano e também a partir de sua inserção no contexto urbano, com o objetivo de apreendermos sua movimentação sócio-espacial, sua dinâmica, relacionando as ações de revitalização empreendidas sobre o espaço aos seus usos e apropriações por sujeitos sociais.

**Palavras chaves:** Planejamento Urbano. Patrimônio Histórico. Centro Histórico. Dinâmica Urbana. Curitiba.



## ABSTRACT

This dissertation engages in questions concerning the constitution of Historic Centers in contemporary cities through processes of revitalization undertaken by Politics of Urban Planning and Development. Our purpose here is to apprehend the economical, cultural and social premises associated with these politics, and how they act upon the urban context and the social-spatial dynamics of such spaces. We have chosen the city of Curitiba and its Historic Center as our object of study, turning our efforts to the examination and understanding of its contemporary formation, enabled by a Urban Renewal Program conducted in the early 70's, along with a policy of urban planning and development for the city. In order to reach our objectives, we propose a theoretical and empirical approach to Curitiba Historic District, looking into how this space has been shaped by the eyes, by the assumptions and actions derived from politics of urban planning, and also by its own insertion in the urban context. With this, we seek to comprehend the social-spatial dynamics of this space, associating the measures taken in its revitalization to how it has been used, its functions and forms of appropriation by individuals and society.

**Keywords:** Urban Planning. Historical Patrimony. Historic Center. Urban Dynamics. Curitiba



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01.</b>	Planta de Curitiba, 1894	38
<b>Figura 02.</b>	Rua da Liberdade, 1910	41
<b>Figura 03.</b>	Praça Generoso Marques e Paço Municipal, 1940	42
<b>Figura 04.</b>	Plano Agache, 1943	48
<b>Figura 05.</b>	Mapa de Análise da Arquitetura e Delimitação do Setor Histórico	66
<b>Figura 06.</b>	Mapa de Análise da Arquitetura e Medidas de Preservação	69
<b>Figura 07.</b>	Mapa de Uso do Solo do Setor Histórico de Curitiba	71
<b>Figura 08.</b>	Medidas Turísticas para o Setor Histórico de Curitiba	75
<b>Figura 09.</b>	Casa Romário Martins, antiga "Casa de Pedra"	124
<b>Figura 10.</b>	Palacete Wolf	126
<b>Figura 11.</b>	Largo da Ordem	128
<b>Figura 12.</b>	Setor Histórico de Curitiba, 1975	130
<b>Figura 13.</b>	Setor Especial Histórico, 2000	136
<b>Figura 14.</b>	Solar dos Guimarães	141
<b>Figura 15.</b>	Casa Hoffmann	147
<b>Figura 16.</b>	Memorial de Curitiba	148
<b>Figura 17.</b>	Casa da Memória	149
<b>Figura 18.</b>	Paço da Liberdade e Praça Generoso Marques	150
<b>Figura 19.</b>	Mapa: Síntese da (Re)Construção de um Lugar	152
<b>Figura 20.</b>	Rua Trajano Reis; ao fundo, Praça Garibaldi	163
<b>Figura 21.</b>	Praça Garibaldi	164
<b>Figura 22.</b>	Rua São Francisco	167
<b>Figura 23.</b>	Rua Claudino dos Santos	168
<b>Figura 24.</b>	Mapa: Usos e Atividades Predominantes no Setor Histórico de Curitiba	169
<b>Figura 25.</b>	Mapa: Usos e Atividades Noturnas no Setor Histórico de Curitiba	171
<b>Figura 26.</b>	Largo da Ordem	174
<b>Figura 27.</b>	Largo da Ordem: Galeria Júlio Moreira	175
<b>Figura 28.</b>	Rua Claudino dos Santos	182
<b>Figura 29.</b>	Praça Garibaldi	182
<b>Figura 30.</b>	"Pórtico": Rua São Francisco	185
<b>Figura 31.</b>	"Pórtico": Rua José Bonifácio	186
<b>Figura 32.</b>	"Mancha": Largo da Ordem	187
<b>Figura 33.</b>	"Mancha": Largo da Ordem e Rua Claudino dos Santos	188
<b>Figura 34.</b>	Mapa: Usos e Atividades no Setor Histórico de Curitiba durante a FERIA de Artesanatos	192
<b>Figura 35.</b>	Largo da Ordem: justaposição de diferentes usos e apropriações do espaço	194
<b>Figura 36.</b>	Largo da Ordem: liminaridade espaço-temporal, resquícios de um uso e a preponderância de outro	194



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APPUC	Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAPC	Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná
DPHA	Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico.
FCC	Fundação Cultural de Curitiba
IHGEP	Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UIEP	Unidade de Interesse Especial de Preservação
UIP	Unidade de Interesse de Preservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura





## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>21</b>
<b>2 CURITIBA, DA CIDADE AO SEU CENTRO: A CONSTRUÇÃO DE UM SENTIDO HISTÓRICO</b>	<b>27</b>
2.1 A FORMAÇÃO DO NÚCLEO URBANO	28
2.2 A CONSTRUÇÃO DE UMA CAPITAL	33
2.2.1 Planejando a Ordem, o Progresso, a Modernidade e a Civilização	36
2.2.2 O Saber Técnico e Científico: a Instituição do Urbanismo na Capital	41
2.2.3. Plano Agache: uma Concepção Ideal para a Cidade	46
2.2.4 Entremeio: Implementação Esparsa de Imprecisos Ideais	51
2.3 PLANO WILHEIM - IPPUC: UMA CONCEPÇÃO DE CIDADE IDEAL	55
2.3.1 Setor Histórico de Curitiba: Plano de Revitalização	63
<b>3 A CONSTITUIÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA</b>	<b>79</b>
3.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO NO BRASIL: DA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES	80
3.1.1 Construindo a Nação: um Olhar do Presente em direção ao Passado	81
3.1.2 Um outro Olhar do Presente em direção ao Passado	84
3.1.2.1 Recomendações Internacionais	85
3.1.2.2 Revalorização do Patrimônio Nacional	86
3.1.3 Descentralização Política: nova concepção de Patrimônio Nacional	87
3.1.3.1 O Patrimônio Ambiental Urbano	89
3.2 O CONTEXTO URBANO DO PATRIMÔNIO	90
3.2.1 A Interface Patrimonial	93
3.2.2 Centros Históricos: Patrimônio e Planejamento Urbano	94
3.3 OS CENTROS HISTÓRICOS DO PONTO DE VISTA DO PLANEJAMENTO URBANO	95
3.3.1 A Inscrição de um Lugar: Dimensão Física dos Centros Históricos	96
3.3.1.1 Legibilidade e Inteligibilidade do Espaço	97
3.3.2 Um Lugar das Estratégias a um Tempo Políticas e Culturais	99
3.3.2.1 <i>Gentrification</i>	100
3.3.2.2 A Imagem do Centro Histórico: Paisagem Espetacularizada	101
3.3.2.3 O Poder sobre a Paisagem	102
3.3.3 Considerações sobre o Ponto de Vista dos Planejadores Urbanos	104
3.4 A CONTRAPARTIDA DA CIDADE	105
3.4.1 Lugar das Estratégias e Táticas	106
3.4.1.1 Demarcações no Espaço: Territórios e Lugares	109

3.4.2 Os Centros Históricos	110
<b>4 CURITIBA: PLANEJAMENTO URBANO E PATRIMÔNIO</b>	<b>113</b>
4.1 CONCEPÇÕES SOBRE A CIDADE: REFORMAS URBANAS E CULTURAIS	114
4.1.1 As Primeiras Intervenções	116
4.1.2 Instrumentos do Planejamento	119
4.1.2.1 A Fundação Cultural de Curitiba	119
4.1.2.2 O <i>Marketing</i> Urbano	121
4.1.3 O Setor Histórico de Curitiba	122
4.2.3.1 Intervenções Pontuais	123
4.2.3.2 O Olhar Técnico sobre as Reformas Urbanas e a Preservação do Setor	127
4.2 INSTITUIÇÃO DO SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA: ZONEAMENTO E LEGISLAÇÃO PATRIMONIAL	129
4.2.1 Instrumentos de Preservação do Patrimônio Histórico	131
4.3 A (RE)CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR	137
4.3.1 Centro e Setor	141
4.3.2 Identidade Visual: Legibilidade Espacial	143
4.3.3 Espaço de Encontro e Lazer	144
4.3.4 Memória e Paisagem	145
4.3.5 Revitalização Estratégica	148
4.4 O ESPAÇO (RE)CONSTRUÍDO	153
<b>5 O SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA</b>	<b>155</b>
5.1 USOS DO ESPAÇO	162
5.1.1 Trajetos e Travessias	162
5.1.2 Atividades e Práticas	165
5.2 RECORTES ESPAÇO-TEMPORAIS	172
5.2.1 A Apreensão do Vazio	173
5.2.2 Liminar em Tempo e Espaço	179
5.2.3 Usos Consagrados: Demarcações no Espaço	183
5.2.4 Feira de Arte e Artesanatos: Atividade Domingueira	190
5.3 ESPAÇO PROJETADO E ESPAÇO PRATICADO	195
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>197</b>
<b>7 REFERÊNCIAS</b>	<b>201</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho encontra seu desafio na busca de uma abordagem teórica e empírica do Centro Histórico no contexto da cidade contemporânea envolvendo-se, prioritariamente, no espaço remodelado pelas Políticas Públicas de Planejamento Urbano, que objetivam uma revitalização de seu ambiente e os desdobramentos econômicos, culturais e sociais que acompanham tais políticas. Diante destes desdobramentos, temos em vista que as iniciativas de revitalização buscam incidir ao mesmo tempo sobre a realidade material e social constitutiva destes espaços urbanos, distanciando-se e por vezes se contrapondo à suas dinâmicas sócio-espaciais. Dessa forma, sobre novas bases, os espaços são (re)construídos, onde aos seus aspectos físicos somam-se o direcionamento de seus usos e apropriação por sujeitos sociais. Neste processo, entretanto, ao mesmo tempo em que se projeta uma realidade imaginada e desejada, temos em vista a existência de uma contrapartida, quando começamos a compreender que estes espaços encontram-se submetidos também ao movimento inerente e imprevisível da cidade, à uma movimentação sócio-espacial própria e não programada, que se distancia e por vezes se contrapõe às intenções do planejamento sobre estes espaços urbanos.

Como objeto de estudo e análise, elegemos a cidade de Curitiba e direcionamos a abordagem proposta à apreensão da problemática que envolveu e ainda envolve a constituição de seu Centro Histórico. Um ponto decisivo para a escolha dessa cidade como estudo foi a peculiaridade de suas Políticas de Planejamento Urbano. Quando se fala dessas políticas, principalmente nos meios acadêmicos, é muito comum atribuí-las dentre as estratégias para inserção da cidade em um cenário internacional marcado pela competitividade inter-cidades. Um processo intencional de internacionalização de sua imagem, da qualidade de suas ambiências e, principalmente, de uma singular identidade urbana e sócio-cultural local começa a ser trabalhado desde a década de 70. Justamente nesta década, iniciando este processo, delimitou-se o Setor Histórico de Curitiba – assim designado – atrelado à um Plano de Revitalização para o espaço como parte constituinte de um Plano de Urbanização e Desenvolvimento para a cidade, ensaiado e aprovado ainda nos anos 60. Além da peculiaridade das políticas de planejamento urbano, a experiência empírica no espaço do Setor Histórico também contribuiu para a escolha deste objeto como estudo. Como moradora do centro da cidade e usuária do espaço, dos estabelecimentos comerciais e de serviços que ali perduram, pude acompanhar as diversas mudanças que ocorreram nesta localidade pelo menos nos últimos onze anos. Um olhar atento sobre este espaço nos revela uma sucessão de intervenções realizadas pelo poder público

municipal que foram transformando sua paisagem e recriado seu espaço, ao mesmo tempo as sociabilidades se deslocavam e se modificavam.

Buscando uma abordagem teórica e empírica do Setor Histórico de Curitiba, consideramos compreender sua constituição contemporânea a partir dos olhares, das premissas e das ações provenientes das políticas de planejamento e também a partir de sua inserção no contexto urbano, no movimento inerente e imprevisível da cidade, na movimentação sócio-espacial própria e não programada. Esta compreensão objetiva apreendermos sua realidade sócio-espacial, sua dinâmica urbana, relacionando o espaço (re)construído aos seus usos e apropriações por sujeitos sociais.

Nesta inserção no movimento da cidade, Michel de Certeau (2011) nos influencia e encoraja a compreender o espaço também a partir dos dados postos pela vida cotidiana. Segundo o autor, no cotidiano da cidade vivem seus "praticantes ordinários", os quais realizam seus próprios movimentos, ou práticas, estranhas ao espaço concebido pelas "construções visuais, panópticas ou teóricas", como coloca, dos planejadores urbanos. Neste espaço, no cotidiano da cidade, estes praticantes ordinários realizam, ainda de acordo com o autor, metáforas e interpretações sobre o "texto claro da cidade planejada e visível". Neste sentido, entre os pressupostos que permeiam as Políticas Públicas de Planejamento Urbano, suas intenções sobre o espaço e suas ações materializadas na paisagem, entendemos que a imposição de suas visões pode ser contestada e por vezes contrariada, estando sujeita a um exercício subversivo expresso pelos diversos agentes que atuam e interagem no espaço quando deste se apropriam, mediante seus usos e atribuição de significados. Estes agentes, os usuários, os praticantes ordinários do Setor Histórico, e a pluralidade de leituras, interpretações e metáforas, acerca do espaço que são capazes de produzir compõem, juntamente com outros atores sociais, dentre eles os urbanistas e administradores urbanos, e suas representações sobre a cidade, os mecanismos de construção e compreensão deste espaço urbano.

Para além de uma narrativa histórica ou formal acerca de nosso objeto de estudo, reivindicamos a pluralidade de leituras, ou, como sugerimos, as diferentes representações sobre o espaço urbano como mecanismos fundamentais para sua compreensão. Podemos entender as distintas representações como manifestações individuais e subjetivas, mas capazes de comunicar um sistema mais amplo, onde características inerentes à sociedade que as emoldura se deixam transparecer e onde as percepções, realizadas por diferentes sujeitos e grupos sociais, revelam suas relações com o mundo material e social que os envolve. Manifestações, ou práticas, que atuam como elementos informacionais e codificam o meio

urbano simbolicamente. O que buscamos apreender, portanto, é o espaço urbano, físico e social, construído também através de uma razão simbólica e significativa, implícitas nas representações tanto dos praticantes do espaço como também dos planejadores urbanos.

Entendemos, portanto, nosso objeto de estudo historicamente como um espaço socialmente produzido, onde se estabeleceu primordialmente uma organização espacial sobre o meio natural e que se torna, na atualidade, produto, produtor e reproduzidor de um sistema social, cultural e simbólico. O Setor Histórico, como hoje o apreendemos, constitui-se material e simbolicamente como uma sobreposição de usos, valores e significados que perpassaram o tempo e o processo de crescimento e desenvolvimento urbano. Um processo que desvenda nosso objeto de estudos como artefato sócio-cultural, um conjunto de representações materiais e simbólicas que o torna um produto visível e inteligível dos pressupostos, dos anseios, das relações e identidades das sociedades que o construíram e constantemente o reconstruíram. Uma paisagem histórica que de imediato nos parece imóvel, mas que esconde em sua composição um movimento intrínseco e latente, um meio dinâmico, portanto, que se constitui também como uma sobreposição de olhares e de leituras possíveis sobre este espaço urbano.

Dessa forma, entendemos que o presente espaço do Setor Histórico de Curitiba fora (re)construído permeado por uma razão simbólica e significativa que lhe impôs uma ordem espacial e arquitetônica, ressoando os anseios e pressupostos acerca do espaço que se desejava constituir. Uma visão de mundo, por assim dizer, expressa na representação dos agentes que detêm o poder de subjugar o espaço à sua ordem e modificá-lo materialmente, as representações dos planejadores e gestores urbanos. Entretanto, e em contrapartida, na movimentação inerente e imprevisível da cidade, diversificados e heterogêneos indivíduos e grupos sociais também realizam suas próprias representações sobre o espaço, de acordo com suas próprias visões de mundo, como sujeitos que carregam uma visão de suas identidade sociais e que agem sobre o espaço atribuindo-lhe seus próprios significados e dando-lhe sentido através de sua utilização.

Desta compreensão, identificar os agentes sociais que constroem o espaço, material e simbolicamente, foi o primeiro passo para delimitarmos nossos objetivos nesta dissertação. Seguimos, portanto, para identificar e analisar as ações, as práticas, provenientes das Políticas Públicas de Planejamento Urbano, Cultural e de Preservação do Patrimônio Histórico, bem como as práticas, usos e apropriações do espaço realizadas pelos usuários, pelos praticantes ordinários do Setor. Através das distintas e plurais representações sobre este *locus* particular,

buscamos apreender o movimento, a dinâmica sócio-espacial do Setor Histórico de Curitiba, a partir da apreensão e compreensão das relações entre seu contexto material e sua movimentação sócio-espacial.

Antes, porém, da identificação e análise das representações sobre o espaço do Setor Histórico de Curitiba e da apreensão de sua movimentação sócio-espacial, buscamos apreendê-lo primeiramente como uma realidade histórica. No primeiro capítulo desta dissertação, *Da Cidade ao seu Centro: a Construção de um Sentido Histórico*, recorremos à abordagem histórica como método de compreensão do fenômeno urbano e das relações e interações que se estabelecem entre a sociedade e o meio construído. Através da história da formação da cidade de Curitiba nos permitimos conhecer a constituição dos saberes e dos discursos sobre a cidade, a instituição da ciência da cidade, o planejamento urbano como um mecanismo de conhecimento e análise, dispositivo primordial de ordem e disciplina e também um instrumento para a representação de uma visão de mundo em que à organização física dos espaços procederam um conjunto de valores e um pressuposto acerca também do espaço social que se desejava constituir. Da cidade ao seu centro, também significa a construção de um sentido histórico inserido no próprio desenvolvimento do pensamento urbanístico, onde uma consciência patrimonial sobressaiu-se nas concepções sobre a cidade culminando na proposição do Setor Histórico de Curitiba. Ao final deste capítulo, apresentamos e analisamos o Plano de Revitalização proposto para o espaço, o qual permitiu sua (re)construção e sua constituição contemporânea.

No segundo capítulo, *A Constituição dos Centros Históricos na Cidade Contemporânea*, buscamos nos adentrar, de forma geral, na complexidade que envolve a constituição destes espaços históricos no contexto urbano e no contexto da cidade contemporânea.

Em um primeiro momento, através da trajetória da construção do Patrimônio Histórico e Cultural no âmbito nacional, buscamos compreender os princípios práticos e simbólicos que regem a própria construção patrimonial. Nesta trajetória ainda pudemos detectar os indícios que motivaram a emergência dos Centros Históricos nas cidade brasileiras, sendo seus estabelecimentos incentivados e possibilitados através do entrelaçamento das Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico e de Planejamento e Desenvolvimento Urbanos, fornecendo-nos a base para a compreensão também das motivações que engajaram a instituição de nosso objeto de estudo.

A partir deste entrelaçamento e após abordarmos os fundamentos da prática da construção patrimonial, buscamos compreender, de forma geral, a constituição dos Centros Históricos pelas Políticas de Planejamento e Desenvolvimento Urbanos. Sob os olhares dos planejadores, atentamos

para a dimensão física e política de suas ações. Abordamos os princípios econômicos, culturais e sociais que subjazem as intenções da construção dos Centros Históricos e o rebatimento destes princípios no espaço urbano, em sua paisagem e em sua apropriação.

Ainda neste capítulo, buscamos compreender a problemática que envolve a constituição dos Centros Históricos tendo em vista sua inserção no contexto urbano, na movimentação sócio-espacial inerente e imprevisível da cidade. A *Contrapartida da Cidade*, como chamamos, possibilitou-nos um acercamento teórico e uma compreensão do espaço urbano a partir da dinâmica sócio-espacial da cidade, onde diferentes indivíduos e grupos sociais em seus movimentos e práticas cotidianas apropriam-se dos espaços da cidade, subvertendo, de quando em vez, as estratégias, os pressupostos e os ideais dos planejadores urbanos.

Após percorrermos pela complexidade que envolve a constituição dos Centros Históricos nas cidades, retornamos ao nosso objeto de estudo para o relacionarmos à discussão proposta e compreendermos sua constituição contemporânea. Abordamos, em um primeiro momento, o entrelaçamento entre Planejamento Urbano e Patrimônio Histórico em Curitiba, direcionando a narrativa às práticas dos planejadores e gestores urbanos e nos esforços que despenderiam para impor suas visões e implementar suas concepções, aliadas, ainda, e concomitantemente, ao acionamento de políticas culturais e à construção e preservação do Patrimônio Histórico no município. Nesta narrativa, identificamos os agentes responsáveis pela (re)construção do espaço histórico, suas visões e seus pressupostos sobre a realidade sócio-espacial do Setor e partimos para a apreensão de todas as ações empreendidas sobre o espaço até chegarmos em sua conformação atual. Atentamos, para tanto, nas intervenções sobre a realidade física do espaço e também, através de recortes de jornais e periódicos divulgados junto às intervenções, pudemos apreender as mudanças sócio-espaciais que procederam e sucederam as estratégias de revitalização do Setor Histórico.

Do espaço projetado ao espaço vivido, apreendemos por fim nosso objeto de estudo. Através da observação e apreensão do cotidiano do espaço, pela experiência e vivência no espaço, buscamos trazer à tona sua realidade física e social, material e simbólica, fazer sobressair a problemática que envolve a constituição dos centros históricos pelas práticas realizadas pelos planejadores urbanos e as práticas realizadas pelos usuários do espaço. Um "olhar de perto e de dentro", como nos inspira Magnani (2002), utilizamos para nos acercarmos de nosso objeto de estudo e apreendermos, de acordo com o autor, os "padrões de comportamento dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais, cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus



equipamentos", associando, dessa forma, as práticas dos sujeitos e grupos com as estruturas espaciais urbanas. Penetrando na vida cotidiana do espaço possibilitado e consagrado pelas representações oficiais, desvendamos seus usuários no movimento de suas práticas, captamos suas percepções sobre o espaço, suas leituras, suas representações plurais. Apreendemos, dessa forma, a dinâmica sócio-espacial do Setor Histórico de Curitiba, proporcionada ao mesmo tempo e de forma reflexiva pelo espaço projetado e pelo espaço praticado.

## **2 CURITIBA, DA CIDADE AO SEU CENTRO: A CONSTRUÇÃO DE UM SENTIDO HISTÓRICO**

## 2.1 A FORMAÇÃO DO NÚCLEO URBANO

A história oficial de Curitiba marca a fundação de seu núcleo urbano em 1693, quando a pequena povoação do primeiro planalto é reconhecida oficialmente e recebe o estatuto de *Villa*. Sua ocupação, porém, já vinha ocorrendo muitos anos antes. Por volta do ano de 1647, uma expedição portuguesa, sob o Comando do Administrador das Minas dos Distritos do Sul Eleodoro Ébano Pereira, partiu de Paranaguá em direção ao planalto em busca de minas de ouro. O então administrador das Minas registra a existência do metal precioso na localidade da atual Curitiba e ao traçar um mapa de minas desde Paranaguá demarca o arraial e o representa como um grupo de casas. A mineração não só havia iniciado como já se desenvolvia, sendo este o fato que o teria levado a empreender tal expedição, e seus "povoadores anônimos" – como coloca o historiador Romário Martins (s/d) já haviam esboçado uma ocupação mais ou menos estável<sup>1</sup>. Tratam-se estes "anônimos", aos quais se refere o historiador, dos bandeirantes vindos da região de São Paulo que, em suas dispendiosas expedições de caça aos índios e de busca ao ouro, acabaram se firmando no local. A partir do registro de Eleodoro Ébano Pereira e de uma segunda inspeção realizada em 1650, as autoridades portuguesas passaram a ter conhecimento das atividades e da pequena povoação que se firmara (FCC, 2000)<sup>2</sup>. Apesar do conhecimento da povoação, Romário Martins (s/d) assinala que não há registros oficiais acerca das primeiras ocupações de Curitiba além do referido mapa confeccionado por Ébano Pereira. Os primeiros documentos datam somente de 1668, quando a pequena povoação é destinada à posse do então Capitão Mór de Paranaguá Gabriel de Lara "*em terras e limites da demarcação do sr. Marquez de Cascais*", donatário da capitania (MARTINS, s/d, grifo do autor). Ao desembarcar na aglomeração Gabriel de Lara se depara com alguns moradores representativos que já se faziam presentes no povoado. Vindos de São Paulo, entre os anos de 1648 e 1661, os grupos de Baltazar Carrasco dos Reis e Mateus Martins Leme constituíam a grande maioria dos povoadores representativos e juntamente com outros grupos formavam assim, em 1668, a *grei* curitibana<sup>3</sup>. A elite de povoadores era também a aristocracia rural da localidade. Residiam e exerciam suas atividades em sítios "às vezes distante da praça onde erigira a modesta Capela para os santos do seu

---

<sup>1</sup> MARTINS, Romário. Origens de Curitiba. Curitiba, s/d. Publicado em 1993 no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico Paranaense. pags. 03-17.

<sup>2</sup> FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. História de Curitiba. Curitiba, 2000.

<sup>3</sup> Termo utilizado pelo historiador Romário Martins.

padroado", deslocando-se à esta "por ocasião de práticas e solenidades religiosas" e, principalmente por este motivo, mantinham os patriarcas uma habitação ao redor da Praça da Matriz (MARTINS, s/d).

Via de regra, este era o quadro sócio-espacial que marcaria a constituição dos primeiros núcleos urbanos no Brasil colônia, com o predomínio claro do meio rural sobre o meio urbano, da fazenda sobre a cidade. Neste contexto, salienta o historiador Sérgio Buarque de Hollanda<sup>4</sup>, que a cidade era nada mais que mero apêndice da fazenda ou simples dependência desta, sendo que toda a estrutura de nossa sociedade colonial teria sua base, portanto, fora dos núcleos urbanos. Ainda de acordo com Hollanda (1995), como nata social a família colonial era capaz de fornecer a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens, seus patriarcas eram então considerados os *homens bons* ou os *homens de sã consciência*. E foram estes os homens, os *homens bons* da remota Curitiba, que solicitaram ainda no ano de 1668 à Gabriel de Lara que no pequeno núcleo se instituisse a Vila. Ergueu-se o Pelourinho neste mesmo ano, mas apenas como ato simbólico da autoridade local que se desejava consolidar, pois Gabriel de Lara acabou por não efetivar a solicitação. Nos anos seguintes, o núcleo se constituiria, além da elite de povoadores, por "grupos de aventureiros errantes [...]; os gaúchos nômades, índios e seus mestiços, gente egressa de bandeiras e doutros centros de população paulista; e os índios *administrados*, *peças do gentio da terra* como diziam os povoadores" (MARTINS, s/d, grifo do autor). Segundo o historiador, foi para conter essa demanda incômoda, esses "elementos perturbadores da vida do grupo ordeiro e patriarcal" da sociedade pacífica a qual o Capitão-povoador Mateus Leme conduzia, que este mesmo redige uma petição ao então Capitão Mór de Paranaguá, Francisco da Silva Magalhães, para que se instituisse a Vila e, com a criação da justiça, houvesse a "*paz, quietação e bem do povo*". Em 29 de março de 1693 "reuniram-se os povoadores na igreja do povoado e aclamaram *seis homens de sã consciência* para que estes nomeassem as autoridades da Administração e da Justiça" (MARTINS, s/d, grifos do autor).

Erguido novamente o Pelourinho, nomeados os juízes, vereadores, procurador e escrivão, a Vila passava a dispor de autoridades em administração e justiça para a imposição da tão almejada ordem. Porém, ao mesmo tempo em que simbolizava a autonomia e a justiça, a formalidade da ereção do pelourinho, resalta Murillo Marx (1989)<sup>5</sup>, "expressava no fundo sua submissão à Coroa Portuguesa". Além do ato em praça pública,

---

<sup>4</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 73.

<sup>5</sup> MARX, Murillo. Nosso Chão: do Sagrado ao Profano. São Paulo: EDUSP, 1989.

exigia-se uma portaria ao ouvidor, demarcação do terreno para a Casa de Câmara e Cadeia, termo de declaração do rocio e termo de demarcação de limites.

Nos moldes da Coroa Portuguesa, a ordenação do território teve início em 1721, quando a Vila recebe a visita do ouvidor real Raphael Pires Pardinho que, trazendo consigo as Ordenações do Reino, ordena a construção imediata da Casa da Câmara e Cadeia e impõe as primeiras Leis urbanas, os chamados Provimentos. Estes Provimentos consistiam nas próprias leis do reino e sofriam poucas alterações para se adaptarem à conjuntura de nossos núcleos coloniais. No caso da Vila em questão, foram elaborados 129 Provimentos que dispunham de normas reguladoras da vida cotidiana e da administração local, como por exemplo: a obrigatoriedade ao comparecimento de todos os moradores às manifestações religiosas, a limpeza das ruas e moradias, as funções e obrigações da câmara, entre outras, compunham o documento de 1721. Precisamente em relação à configuração da paisagem e ordenação do espaço urbano estas leis, provenientes diretamente da Metrópole, propunham um tipo específico de desenho urbano, salienta Marx (1989), "de características tão fortes e seguidamente repetidas", assim contidas exemplificativamente neste provimento:

37 - Proveo que daqui por diante nenhũa pessoa com pena de seis mil reis para o conselho faça casas de novo na villa sem pedir licença a Camera, que lhe dará e lhe assignará chãos em que as faça continuando as ruas que estão principiadas e em forma que vam todas direitas por corda, e unido-se huas com as outras, e não consintão que daqui por diante, se fação casas separadas e sós como se acham alguás, porque alem de fazerem a villa e Povoação disforme ficão os vezinhos nellas mais expostos a insultos e desviados dos outros vezinhos para lhe poderem acudir quem coalquer neccidade quer de dia ou de noite lhe sobrevenha.<sup>6</sup>

A vida e a Vila se estabeleceriam, sob estes ordenamentos estéticos e sociais, ao redor de sua praça principal. O adro de sua Igreja, onde se originaram os primeiros traços de uma urbanização e onde se manifestavam os populares nos rituais litúrgicos, passaria a comportar,

---

<sup>6</sup> PARDINHO, Raphael Pires (Ouvidor Real). Provimentos da Vila de Curitiba, 1721. In: REVISTA MONUMENTA. Provimentos do Ouvidor Pardinho para Curitiba e Paranaguá, 1721. Curitiba: vol. 3, nº 10, p. 27-80, inverno, 2000.

desde então, o esboço de um poder político que acabara de iniciar, representado e materializado na recém construída Casa de Câmara e Cadeia.

Pouco se sabe sobre a vida na Curitiba do século XVIII, de acordo com referências mais gerais (MARX, M., 1989; REIS FILHO, 2006; HOLLANDA, 1995) notamos certa convergência de informações acerca dos primeiros dois século de colonização portuguesa. As cidades brasileiras somente sofreriam mudanças significativas em meados do século seguinte, algumas principiadas pelo traslado da Família Real e sua Corte a partir de 1808, e outras, como é o caso de Curitiba, somente conheceriam tais transformações primeiro – e lentamente – com a Independência do Brasil, em 1822, e mais tarde, de forma mais acentuada, com o processo de Abolição da Escravatura, concluído em 1888 e, na sequência, com a Proclamação da República já no ano seguinte. As transformações lentas e o quadro quase estagnado das nossas cidades coloniais podem ser justificados pela persistência da importância do meio rural sobre o urbano e pela própria aplicação das leis lusas em território brasileiro, as quais, de acordo com Murillo Marx (1989), transpostas para terras tão distintas acabavam ressoando para ter seu cumprimento parcial. Dessa forma, diante dos olhos de seus aplicadores, as leis parcialmente cumpridas, descumpridas ou até mesmo burladas foram se adaptando lentamente à nova realidade, a partir da vivência do cotidiano, das experiências sucessivas.

Relatos escritos pelo botânico e viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, no período de sua estada em Curitiba, ajudam-nos a vislumbrar a lentidão e o marasmo das transformações sócio-espaciais durante o século XVIII, mas ao mesmo tempo nos coloca a par de pequenas mudanças ocorridas nas primeiras décadas do novo século. Nestes primeiros anos oitocentistas, Curitiba, ainda pertencente à Capitania de São Paulo, tornara-se sede da Comarca do Sul quando a Capitania fora dividida em duas, norte e sul, por decreto de 19 de fevereiro de 1812. O botânico francês só chega ao Brasil em 1816 e desembarca na Vila de Curitiba em 1820, permanecendo por nove dias. Ao desembarcar descreve em poucas linhas como era Vila :

Tem ela a forma mais ou menos circular, e compõe-se de duzentos e vinte casas de pequenas dimensões cobertas de telhas, quase todas de um só pavimento, sendo muitas, porém, construídas de pedra. [...]

As ruas são largas e bem traçadas; umas foram inteiramente calçadas, e outras, apenas defronte das casas. A praça pública é quadrada, espaçosa e

coberta de grama.

Três são as igrejas existentes, todas construídas de pedra. A única que merece referência é a igreja paroquial, dedicada a Nossa Senhora da Luz; foi ela construída na praça pública, insuladamente, mas fora do centro do referido logradouro, o que redundou em prejuízo de simetria [...].<sup>7</sup>

A Vila crescera, possuía agora mais duas igrejas além da Matriz, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e a Igreja do Rosário, onde se realizava o culto dos negros e escravos. As ruas alinhadas e as calçadas defronte às casas denotam o cumprimento de alguns provimentos de 1721 ao longo dos cem anos que se passaram. A população de Curitiba somava pouco mais de 11.000 habitantes, sendo a grande maioria agricultores que cultivavam suas terras fora do centro da comarca. Relata ainda Saint-Hilaire que a Vila possuía uma diversidade considerável de estabelecimentos comerciais e as mercadorias provinham diretamente do Império. Curitiba, ainda segundo o viajante, seria o único ponto do interior do Brasil, depois de São Paulo, que mantinha relações freqüentes com a costa litorânea, por conseqüência seria a vila um ponto extremamente favorável ao desenvolvimento do comércio e também das atividades agrícolas, dispondo os produtores, apesar das dificuldades do trajeto, de ligação direta com o porto de Paranaguá. Neste âmbito favorável, digamos, o cotidiano da Vila perdurava em alguns aspectos, sem grandes modificações:

Curitiba não é menos deserta, durante a semana, que a maioria das cidades do interior do Brasil; quase todos os habitantes, como os de muitos outros lugares, são lavradores, que ocupam suas casas somente aos domingos e dias de festa, atraídos pela obrigação de assistirem ao ofício divino.<sup>8</sup>

O núcleo urbano se configurava com pouco mais de 200 casas, entre moradias e estabelecimentos comerciais, e um movimento esporádico de seus habitantes. Embora pouco movimentada, a Vila certamente assumia novas proporções com o advento e intensificação das atividades comerciais. Primordialmente ocupados e utilizados por intermédio dos cerimoniais religiosos, os espaços considerados de uso comum receberiam

---

<sup>7</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. A Cidade de Curitiba e seu Distrito. In: Boletim do IHGEP, vol. XLVIII: 107-136. Curitiba, 1993.

<sup>8</sup> Ibidem

gradativamente novas atribuições com a complexificação das atividades urbanas. Da festa ao cotidiano – expressão muito bem empregada por Murillo Marx (1989) –, estes espaços foram progressivamente abandonando seu cunho ritual para se adaptarem às novas práticas e exigências urbanas. O espaço físico, outrora dominado pelo poder eclesiástico, e seu uso, pelo calendário litúrgico, transforma-se lentamente acompanhando o afluxo de populações e o desenvolvimento de atividades puramente cidadinas, adaptando-se à uma animação cada vez mais ordinária e, por vez, adaptado para favorecer usos cada vez mais mundanos. Podemos dizer que o espaço de uso comum se transforma, progressivamente, em espaço de uso público, tanto pelo desenvolvimento de seu âmbito, a cidade, como também em contraposição ao espaço privado.

O século XIX seria marcado por profundas transformações sócio-espaciais nas cidades, conseqüências dos processos já brevemente expostos. As circunstâncias apontaram para a progressiva ascensão do meio urbano sobre o meio rural, do poder político do Estado sobre o poder religioso, o surgimento de um ambiente urbano cosmopolita e a necessidade da imposição de leis específicas e fiscalização para o ordenamento do uso do solo urbano.

## 2.2 A CONSTRUÇÃO DE UMA CAPITAL

Na metade do século XIX, a Lei paulista de 5 de fevereiro de 1842 eleva a pequena Vila de Curitiba à condição de Cidade. Onze anos mais tarde, a então Comarca do sul deixa de pertencer à Capitania de São Paulo e se torna uma Província independente, Curitiba é eleita sua capital. O Brasil já independente da Metrópole vive seu II Império, a divisão administrativa e a instituição de novas capitais decorreram de uma preocupação de nossos dirigentes em interiorizar o país, expandindo seu domínio que até então se restringia às ocupações litorâneas. No caso de Curitiba, embora não fosse a cidade mais próspera do interior da Província<sup>9</sup>, sua localização, próxima e acessível ao litoral, foi o fator determinante que a tornou capital da Província do Paraná. A autonomia que recebia Curitiba em 1853 contrapunha-se, segundo Martins (s/d), à realidade da cidade, cuja "mentalidade se parecia com a da vila de 1693".

---

<sup>9</sup> Segundo o arquiteto e historiador Irã Dudeque (2008; 2010), Guarapuava era a cidade do interior da província que mais atendia aos quesitos de interiorização do império, porém, por sua larga distância com a costa, preferiram os dirigentes eleger Curitiba como capital.



Por conta disso, impôs-se urgente uma adequação do espaço urbano ao novo *status* de capital. O título de capital trouxe à Curitiba administradores e funcionários que deveriam fixar-se na cidade e, de acordo com Dudgeon (1995), estes funcionários passaram a reclamar por melhorias e com esta população estabelecida "em poucos anos surgiram mais melhorias que nos dois séculos anteriores".

Nesta metade de século, o Império abdicava-se do tráfico de escravos através da Lei Eusébio de Queiróz (1850) e iniciava, concomitantemente, uma política nacional que incentivava e dava subsídios à imigração européia. Acreditava-se que embranquecendo a população e povoando o território com trabalhadores europeus, considerados um povo civilizado, o Brasil poderia caminhar rumo ao progresso e à civilização. A vinda desses imigrantes daria sobretudo um grande impulso para as atividades agro-exportadoras do país, garantindo aos agricultores uma oferta de mão-de-obra livre e qualificada além da manutenção de seus grandes latifúndios. Com a criação da Província do Paraná em 1853 tem-se início também uma política regional de imigração. Curitiba sofreria, a partir da metade do século XIX, um grande pulso de desenvolvimento econômico, social, cultural e, conseqüentemente, urbano, impulsionado tanto pelo contingente populacional que se estabeleceria na cidade quanto pelo simples fato de ter se tornado a Capital da Província.

A construção, em 1873, da Estrada da Graciosa (Curitiba – Paranaguá) facilitou o escoamento da produção favorecendo a exportação de gado e principalmente da erva mate, a cidade começava a presenciar seu primeiro surto de crescimento econômico e desenvolvimento. Em vinte anos, a população de Curitiba triplicara, o quadro social marcante consistia, além da presença de imigrantes, de intelectuais ligados às funções administrativas e imprensa e por uma nova elite urbana e industrial em ascensão, representada pelos grandes senhores da erva mate. Segundo o historiador Marcelo Sutil (2009)<sup>10</sup>, esta elite "ansiava construir imóveis que expressassem sua real condição social no meio urbano; já a intelectualidade, a par do que ocorria em outras partes do mundo, procurava difundir as idéias modernas vindas de fora". O ideal da modernidade e as aspirações da elite foram substituindo gradativamente as antigas casas térreas coloniais, de taipa e de pedra, por construções em alvenaria de tijolos, ferro e vidro. Como em outras capitais do império, observa Reis Filho (2006)<sup>11</sup>, foi sob a

---

<sup>10</sup> SUTIL, Marcelo Saldanha. O Espelho e a Miragem: Ecletismo, Moradia e Modernidade na Curitiba do início do Século 20. Curitiba: Travessa dos Editores, 2009.

<sup>11</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. 11º Ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

inspiração da arquitetura denominada eclética, com o apoio e os novos hábitos imigrantes, que se começa a romper com as maneiras tradicionais de construir e habitar. O estilo eclético, utilizado na arquitetura, tornar-se-ia uma representação dos anseios e dos ideais burgueses de modernidade. Anseios e ideais os quais, transpostos materialmente ao espaço urbano, viriam em consonância com as inovações urbanísticas.

O estilo chega à Curitiba pelas mãos de construtores imigrantes de origem germânica, que trouxeram consigo novas concepções estéticas e empregaram técnicas construtivas desconhecidas dos curitibanos, principiando a alteração dos padrões estéticos e construtivos. Os construtores alemães passariam a ser assediados e vigorosamente requisitados tanto por particulares como pelo governo da província. Enquanto a nova elite urbana, inspirada na própria burguesia européia, recorreria ao estilo como recurso simbólico para manifestar seu *status* social, o governo provinciano se preocuparia primeiramente em espalhar pela cidade obras monumentais cujas linguagens arquitetônicas fossem condizentes com suas funções – dentro do imaginário da época e inspirados pelas novas soluções urbanas nas cidades modernas européias, como Paris e mais precisamente, Viena – configurando, dessa forma, um espaço urbano eclético. Solicitadas pelo governo, a técnica e a mão-de-obra alemã seriam empregadas ainda no século XIX, exemplificativamente, na construção neo-classicista do Mercado Novo, em 1874; e na construção da nova Igreja Matriz, finalizada em 1893, que sobrepôs, neo-gótica e grandiosa, a antiga Matriz colonial demolida em 1875. Adotando o partido arquitetônico da Matriz, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas também ganharia uma figuração neo-gótica a partir de 1880.

Neste ínterim marcado por transformações pontuais, já se percebe alguma alteração no espaço comum urbano. No centro da província, espaço do poder religioso e do poder político desde o século passado, o Largo da Matriz, chamado agora de Largo Dom Pedro II, que outrora tinha seu uso reservado somente aos rituais litúrgicos, cedia o espaço gradativamente aos eventos políticos, principalmente após a instituição do governo provincial. Entre um evento e outro, quer político ou religioso, o Largo tinha seu uso cotidiano voltado para o pouso, pastagem e descanso de animais. Com este fim também o utilizavam os colonos imigrantes, que convergiam em carroças para o entorno da Matriz de duas a três vezes por semana para comercializar sua produção de hortifrutigranjeiros. Prestes a ser demolida, em uma imponente procissão, "a qual toda a cidade parecia estar presente", a Igreja Matriz fora transferida para a Igreja do Rosário em um domingo, dia 19 de dezembro de 1875, acompanhada também pelo

presidente da província, "uma guarda de honra encabeçou o séquito"<sup>12</sup>. A imponente do evento certamente condizia muito mais com o simbolismo da data em que fora marcado do que pelo traslado da Matriz – 19 de dezembro foi também o dia da criação da Província do Paraná, que completava, nesta ocasião, 22 anos. A transferência da Matriz levava consigo as procissões e os rituais religiosos encenados em seu antigo adro. A relativa perda simbólica da sacralidade significava o abandono provisório das práticas religiosas naquele espaço da cidade e, talvez, a abertura para rituais cada vez mais mundanos. A partir do âmbito da Matriz nota-se, para não falar em contradição, a transitoriedade vivenciada pela Capital. O espaço urbano somente receberia grandes investimentos e novas atribuições com o início da construção da Estrada de Ferro Curitiba – Paranaguá em 1879, e a cidade sentiria, por instantes, seus primeiros ares de capital.

### 2.2.1 Planejando a Ordem, o Progresso, a Modernidade e a Civilização

As exportações da Província aumentavam consideravelmente, além da erva-mate, produtos como couro e madeira também eram exportados. Levados até Paranaguá pela Estrada da Graciosa, destaca Dudeque (1995)<sup>13</sup>, que o volume de tráfego era tão intenso, congestionando o caminho, que começava a chamar a atenção de companhias européias. Sob decreto imperial de agosto de 1879, a construção da ferrovia fora concedida à companhia belga *Société Anonyme de Travaux Dyle et Bacalan*, que acabou enviando seu próprio corpo técnico de funcionários para executar tal empreendimento. Foram então trazidos para trabalhar na província técnicos italianos, franceses, alemães, poloneses e suecos. Dentre tantos técnicos, um deles ficaria responsável por definir onde e como seria a Estação Ferroviária de Curitiba e suas determinações, a partir da Estação, acabariam esboçando previamente um novo desenho urbano para a capital.

O engenheiro italiano Antônio Ferucci desembarca em Curitiba em 1880 e permanece por dois anos. Dois meses após a sua chegada já apresenta um parecer técnico contendo algumas diretrizes gerais para o projeto da Estação Ferroviária e explicita sua decisão acerca do local onde esta deveria ser construída. Ferucci localiza a Estação Ferroviária ao sul

---

<sup>12</sup> Matéria publicada no periódico Dezenove de Dezembro, em 22 de dezembro de 1875. In: BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Tiradentes: a praça verde da Igreja. Curitiba: FCC, v. 24, n 120, julho de 1997.

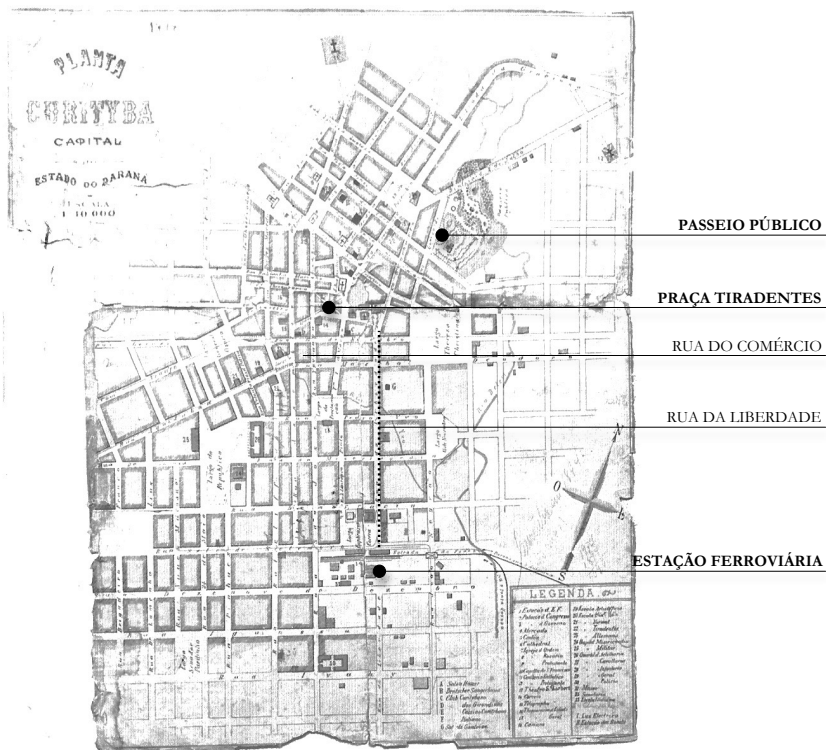
<sup>13</sup> DUDEQUE, Irã Taborda. Cidades sem Véus: doenças, poder e desenhos urbanos. Curitiba: Champagnat, 1995.

distanciada 800 metros da área urbana, traça um eixo a partir do centro da Estação perpendicular à Rua do Comércio que, como constata, "é atualmente a última rua que se encontra aberta e marginada de algumas casas". A partir desta perpendicular, na vastidão dos oitocentos metros, a cidade poderia crescer e "desenvolver-se regularmente, antes de surgir necessidade de prolongar as ruas além da estação"<sup>14</sup>. Segundo Dudeque (1995), "a formação e prática profissional de Ferucci coincidiram, em datas e locais, à expansão do modelo de desenho urbano francês na Itália", assim, "as ruas retas e grandes perspectivas" já lhe estariam completamente assimiladas e representavam o que havia de mais moderno na Europa. Ainda na década de 1880, outro engenheiro italiano, Ernesto Guaita, desenvolveria a primeira proposta de expansão urbana para a cidade. A partir da perpendicular definida por Ferucci, Guaita desenha uma malha urbana em tabuleiro de xadrez entre a rua do Comércio e a Estação Ferroviária. Segundo ressalta Dudeque (1995), "os curitibanos entenderiam que em uma área vazia entre o que a cidade era e o que se propunha a ser, tornava-se possível esculpir no vazio e com materiais de construção, um cenário, uma mentalidade e um sonho de modernidade, que teriam seu ponto focante e focal na Estação Ferroviária".

A Estação foi inaugurada em 1885. Junto com ela vieram as primeiras linhas de bondes de tração animal, inauguradas em 1887; calçadas iluminadas; um aumento significativo no número de edificações; indústrias; incremento do comércio e serviços, bancos, casas de câmbio e um intenso movimento de pessoas nas ruas da cidade. A cidade se modificaria não só pelo desenvolvimento e assimilação das novas atividades, mas principalmente por uma nova concepção de uso do espaço urbano. As ruas transformam-se gradativamente em espaços de sociabilidade utilizadas para criar e estabelecer redes de relações sociais. O Largo Dom Pedro II, que passa a se chamar Praça Tiradentes com a Proclamação da República em 1889, passaria de local de pastagem de animais para local de encontro e passeios, a arborização e ajardinamento foram decretados pela Câmara já na década de 1880. Local de passeios também conceberia a governança para usufruto da elite com a construção do Passeio Público já em 1886, que também fora concebido para sanear uma área encharcada da cidade. O mapa a seguir, de 1894, mostra a cidade se desenvolvendo regularmente sobre a ordem do novo desenho urbano e localiza os novos espaços concebidos.

---

<sup>14</sup> Parecer técnico de Antônio Ferruci. Curitiba, 31 de março de 1880. In: DUDEQUE, Irã Taborda. Cidades sem Vêus: doenças, poder e desenhos urbanos. Curitiba: Champagnat, 1995.



**Figura 01.** Planta de Curitiba, 1894.

Fonte: Boletim Casa Romário Martins. Curitiba: FCC, v.30, n 130, 2006, p. 05.

Tamanhas eram as transformações e os novos ditames urbanísticos que a mando do prefeito Cyro Velloso a Câmara legisla e institui o primeiro Código de Posturas do Município. Em sessão do dia 22 de novembro de 1895 é então promulgado o *Código de Posturas da Câmara Municipal de Curitiba* (DUDEQUE, 1995). O Código viria oportunamente para regularizar a dinâmica que se estabelecia, atualizar a cidade aos principais paradigmas de ordem e progresso urbanos e, principalmente, serviria para legitimar, nas palavras de Dudeque (1995), "o desejo de criação de cenários para a auto-afirmação da cidade".

O documento continha 368 artigos divididos em quinze títulos, os quais regulamentavam detalhadamente o espaço urbano que se pretendia: as larguras mínimas das novas ruas; uniformização da altura das novas edificações, altura dos pavimentos, alinhamento de janelas, portas e fachadas; usos do espaço público; estabelecimentos comerciais e de lazer;

limpeza, tranquilidade e segurança; higiene e salubridade públicas, entre outros. Normas de construção, limpeza, conduta e do bem-viver já eram conhecidas dos curitibanos desde os Provimentos do ouvidor Pardinho em 1721 e eram constantemente atualizadas pela Câmara, mas o primeiro Código de Posturas além de acrescentar novas temáticas da vida urbana contaria com um aparato técnico e científico de médicos e engenheiros que, decididamente, não só influenciariam na elaboração das novas normas como também as legitimariam perante a população. A presença destes profissionais seria incorporada nas novas concepções urbanas atualizando a cidade nos preceitos sanitaristas europeus já absorvidos pelos considerados grandes centros do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, que haviam presenciado surtos epidêmicos em suas áreas urbanas. No Código de Curitiba as preocupações com a higiene e salubridade existiam, mas o que predomina é a assertiva de que as novas leis foram impostas a fim de ordenar o espaço urbano com base em critérios estéticos e a partir de um ideal de modernidade e civilização que circulava entre os membros da elite, como podemos entender pelo seguinte artigo:

Não serão permitidos no quadro urbano, cercas que não sejam gradis ou muros feitos com o fim permanente de embelezar a cidade [...] as cercas atuais que se acharem em ruas calçadas, macadamizadas ou com sarjetas, deverão ser reformadas naquelas condições e no prazo que foi marcado pelo prefeito. A infração será punida com 50\$ de multa, além de ser o infrator obrigado a fazer a modificação dentro do prazo que lhe foi marcado (Art.110).<sup>15</sup>

Toda e qualquer edificação construída a partir da promulgação do Código seria subjugada à avaliação do prefeito e de engenheiros e os devidos proprietários obrigados a exibirem plantas e desenhos de fachada para serem aprovadas ou reformadas, caso não estivessem com as condições adotadas.<sup>16</sup> As normas eram claras, definiam a altura mínima e máxima para as edificações – dois ou três pavimentos –, estas deveriam estar dispostas sobre o alinhamento do lote onde ficariam proibidos

---

<sup>15</sup> CURITIBA. Posturas da Câmara Municipal de Curitiba: decretadas pela Câmara em sessão de 22 de novembro de 1895. In: SUTIL, Marcelo Saldanha. O Espelho e a Miragem: ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do século XX. Curitiba: Travessa dos Editores, 2009, p.85.

<sup>16</sup> Ibidem (Art.102), p.84.

elementos que atrapalhassem a vista retilínea<sup>17</sup>. A cidade que se propunha era visualmente homogênea, a vista das ruas seria ladeada por edificações de 13 a 17 metros de altura alinhadas à esquerda e à direita; para as edificações que estivessem fora do alinhamento previa-se seu recuo ou avanço quando fossem reedificadas a fim de se conservar a linha reta.<sup>18</sup> Caso não fossem cumpridas as exigências os infratores seriam penalizados com multas e com a adequação imediata ao regulamento, o que de certa forma garantiria o cumprimento da legislação.

A legislação que só permitia sobrados de dois ou três pavimentos seria complementada, ou acentuada, em 1905, por uma lei que proibia a construção de edificações em madeira no centro da capital. A criação desta lei tinha propósitos manifestos de hierarquização social do uso do solo urbano: sendo os sobrados em alvenaria muito mais dispendiosos que as construções em madeira, o espaço seria dominado por grupos mais abastados que dispunham de recursos para realizar e usufruir de tais obras, configurando o centro da cidade como o local para o estabelecimento da elite, dos estabelecimentos comerciais, de lazer e cultura. A lei também regulamentava e incentivava um tipo de uso que já se fazia presente, o misto de comércio e moradia que em poucos anos predominaria no espaço do centro da Capital.

A cidade deveria "desenvolver-se regularmente" sobre a ordem perpendicular do tabuleiro em xadrez e sob um código que disciplinava a população em torno de uma idéia de progresso e civilização. E foi sobre o eixo traçado por Ferucci, desde o centro da Estação Ferroviária, que a legislação se cumpriria por completo e com rigor. Incrementada pelo Palácio do Congresso, o Palácio do Governo, agências bancárias e o melhor comércio da região, e posteriormente pela construção do novo Paço Municipal: a Rua da Liberdade se tornaria a transposição ideal da modernidade e da cultura oitocentistas. No novo caminho de entrada da cidade, segundo Dudeque (1995), "foi moldado, em estilo eclético, o espetáculo do poder econômico e político curitibano".

---

<sup>17</sup> Ibidem (Art.125), p.85.

<sup>18</sup> Ibidem (Art.119), p.85.



**Figura 02.** Rua da Liberdade, 1910

[Construindo a ordem, o progresso, a modernidade e a civilização]

Fonte: Boletim Casa Romário Martins. Curitiba: FCC, v.30, n 130, 2006, p. 13.

### 2.2.2. O Saber Técnico e Científico: a Instituição do Urbanismo na Capital

Durante a construção da cidade-capital, Curitiba relatava um aumento considerável em sua população urbana: passaria, na década de 1900, de 50.000 habitantes para 60.000 em 1910. O inchaço populacional devia-se ao atrativo das inúmeras obras que se realizavam no local. Nesta primeira década do século XX, a cidade se equipava freneticamente de espaços culturais como bibliotecas públicas, teatros e cinemas; a Universidade Federal do Paraná também seria instaurada em 1912, em acordo com a conjuntura da cidade. Diante deste quadro urbano notável, assume a prefeitura em 1913 o engenheiro civil Cândido de Abreu, que dá início a uma série de obras de *melhoramentos*<sup>19</sup>. Como em outros centros urbanos do país, o programa *Melhoramentos da Capital*, como foi chamado,

<sup>19</sup> De forma geral, *melhoramentos* foi a designação utilizada nas primeiras intervenções significativas nas grandes cidades brasileiras entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Estas intervenções incidiram sobre a cidade existente com o intuito de melhorá-la e se caracterizaram principalmente por obras de infra-estrutura e saneamento, construção de parques e praças e pela constituição de legislação urbanística (LEME, 1999).



incidiria principalmente em questões sanitárias que adequariam a infraestrutura urbana de saneamento ao novo contingente populacional. Foram feitas canalizações de rios, melhorados os sistemas de abastecimento de água e esgoto e construídas galerias pluviais. Sem perder de vista o ideal da modernidade, Cândido de Abreu se preocuparia em melhorar o sistema de transporte implantando bondes elétricos; a iluminação pública seria substituída por outra mais moderna; ruas e avenidas seriam pavimentadas; ruas e praças arborizadas e ajardinadas; a Praça Tiradentes, o ponto central da cidade, receberia ainda duas fontes e um coreto, e seu perímetro seria alterado para o alargamento das vias de contorno e implantação dos trilhos e cabos dos bondes elétricos. Os melhoramentos tiveram fim em 1915, encerrando a gestão do engenheiro foram inaugurados, respectivamente em 1915 e 1916, o *Belvedere* no alto do São Francisco, de onde era possível contemplar a vista de toda a cidade; e o novo Paço Municipal, ocupando o lugar do antigo Mercado, que mal visto pelos novos ditames sanitários optou-se por sua demolição. Os dois edifícios se sobressairiam na paisagem pelos seus traços *art-nouveau* reforçando o cenário eclético que se criava. O Paço Municipal encerraria, apoteótico no centro da Praça Generoso Marques, a paisagem da antiga Rua da Liberdade, denominada agora Barão do Rio Branco, tornando-se a nova sala de visitas da cidade, um cenário representativo das modificações sócio-culturais e da modernidade que se pretendia alcançar.



**Figura 03.** Praça Generoso Marques e Paço Municipal, 1940

[A nova sala de visitas da capital]

Fonte: Boletim Casa Romário Martins. Curitiba: FCC, v.30, n 130, 2006, p. 95.

Os anos que se seguiram caracterizaram-se por um período de estagnação econômica decorrente dos últimos anos da Primeira Guerra Mundial. As obras na cidade teriam seu ritmo diminuído consideravelmente e, apesar dos melhoramentos que acabara de receber, Curitiba registraria seu primeiro quadro epidêmico de febre tifóide no centro da cidade em 1917<sup>20</sup>. As preocupações com a higiene se acentuam e ao Código de Posturas de 1895 foram acrescentadas normas específicas para garantir a salubridade de casas e moradias do centro, originando um novo Código em 1919<sup>21</sup>.

Na década de 20, o novo presidente do estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, anuncia a realização de grandes obras de saneamento, deveriam ser construídas novas redes de distribuição de água e coleta de esgoto. Convida, para tanto, o aclamado engenheiro sanitarista Saturnino de Brito que já havia realizado obras em diversas cidades do país. Em 1921, Saturnino de Brito entrega ao presidente do estado o projeto *Saneamento Curitiba – Estado do Paraná*. Este projeto além de reordenar toda a rede de distribuição de água e esgotamento sanitário da capital, sua maior contribuição fora um conjunto de recomendações que legitimava uma maior autonomia do poder público para regular e controlar o solo urbano. Segundo o próprio engenheiro a administração pública deveria, em nome do saneamento, intervir nas construções sanitárias particulares. De acordo com Dudeque (2010)<sup>22</sup>, "proibir cocheiras e porcos, drenar poças, evitar o lançamento de detritos nos córregos, limpá-los e retificá-los" já recomendavam médicos e sanitaristas diante do quadro de febre tifóide em 1917, as recomendações de Saturnino tornariam coerente este controle. Se a cidade deveria ser limpa e saneada, o mesmo deveria ocorrer no interior

---

<sup>20</sup> Curitiba já havia registrado uma epidemia desta mesma doença entre os anos 1889 e 1891 fora de seu núcleo urbano, nas colônias e bairros mais afastados, sendo atribuído facilmente aos maus hábitos dos imigrantes e outros moradores destas localidades (DUDEQUE, 2010)

<sup>21</sup> O Código de 1919 ainda insere posturas quanto ao tráfego de veículos, normas de circulação e registros de automóveis e explicita, o que já havia sido iniciado nos anos anteriores, a hierarquização e funcionalização do solo urbano. Acreditamos que é neste momento que a municipalidade esboça sua primeira idéia de "zoneamento", entendendo a cidade através de anéis concêntricos os quais delimitaria: a zona urbana, compreendida como o centro da cidade – cujo limite sul seria a Estação Ferroviária – reservado para o comércio e moradas de alto padrão; a zona suburbana, reservada para as indústrias e moradia de operários qualificados; e a zona do rocio, reservada para operários menos qualificados e pequenos sítiantes.

<sup>22</sup> DUDEQUE, Irã Taborda. Nenhum Dia sem uma Linha: uma História do Urbanismo em Curitiba. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

das residências.

Ainda nos anos vinte, assume a prefeitura de Curitiba o engenheiro Moreira Garcez. Este concentraria suas ações no alargamento de ruas e na consolidação de avenidas para indução do crescimento urbano. Sobre o tabuleiro de Guaita projeta largas avenidas paralelas que direcionariam o crescimento do núcleo urbano para o sudoeste. Garcez ainda traz consigo uma das maiores novidades para a época, é de sua autoria o primeiro arranha-céu da cidade. Instalado na Rua XV de Novembro – que se consolidara como o principal eixo de comércio, serviços e equipamentos culturais – o engenheiro explora as primeiras linhas *art-decô* para materializar, na monumentalidade do edifício, as novas tendências da modernidade. A edificação foi inaugurada em 1927 e recebeu o nome de seu idealizador. Segundo informa Sutil (2009), no mesmo ano o Congresso Legislativo do Estado decretava uma lei que tinha como único propósito "incentivar o gosto artístico das edificações da capital". A prefeitura premiaria as mais belas fachadas com isenção de impostos: dez anos para o primeiro lugar e cinco anos para o segundo, o júri seria constituído anualmente pelo diretor de obras do estado e da prefeitura, e um arquiteto, "de reconhecida idoneidade", que seria nomeado pelo governo. Entre obras de infra-estrutura urbana, o rígido controle sanitário e a modernidade trazida pelo prefeito, a administração pública se mantinha firme em satisfazer seus ideais estéticos para a cidade.

Difícil, neste momento, apreender especificidades do meio urbano. A cidade crescera e se reerguera sobre sua antiga estrutura colonial, o ideal de modernidade se instalara, desejos, idéias e valores foram institucionalizados e materializados, a rua ganhara novas significações, novos personagens, novas práticas e atividades. A importância do processo descrito no período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX reside principalmente na influência e na concentração de poder do Estado sobre a cidade e sobre a vida de seus habitantes. A capital que se desejava construir, era praticável, em escala, tangível à observação e fiscalização, ao alcance de médicos e engenheiros. A presença destes profissionais, do saber técnico e científico, marcaria desde então o processo de institucionalização da ciência da cidade e garantiria a manutenção do controle sobre o espaço urbano. Nos anos que se seguem, a cidade perde-se de vista. Para nós, a compreensão do todo torna-se completamente inviável. Para a municipalidade, a apreensão do todo torna-se método de análise e instrumento de controle sobre a cidade.

Curitiba chega aos anos 30 com 80.000 habitantes. No núcleo central, ao casario eclético dominante na paisagem, justapõe-se arranha-céus possibilitados pela difusão das novas tecnologias construtivas e transporte vertical. As linhas barrocas e representativas do ecletismo vão

sendo substituídas pela simplicidade das linhas *art-decô*, as quais, adotadas oficialmente pelo Estado, passariam a representar um novo ideal de modernidade sobre os princípios da funcionalidade e racionalidade. A década seria marcada principalmente pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a constituição do Estado Novo, caracterizando-se principalmente pela centralização do poder estatal e, conseqüentemente, pela perda relativa da autonomia de estados e municípios – nomeados interventores em substituição aos presidentes estaduais, estes deveriam submeter-se aos interesses da nação. O espírito e a exaltação nacionalista aliados ao esforço em construir e consolidar uma identidade nacional romperiam com os ideais burgueses da velha República, estes preocupados em progredir a nação em torno de um ideal de modernidade e civilização trazidos através do atlântico. A adoção do *art-decô* como um estilo arquitetônico oficial viria justamente para contrapor e sobrepor os antigos ideais materializados no ecletismo da paisagem urbana.

Enquanto o Estado iniciava sua política de desenvolvimento incentivando a industrialização do país, o contingente populacional nos grandes centros urbanos crescia em grandes proporções inviabilizando as políticas urbanas adotadas até o momento. Durante a década de 30, destaca-se a presença de dois profissionais na área da arquitetura e urbanismo que propagariam suas idéias de cidade em diversas palestras promovidas em território nacional. Os franceses Le Corbusier e Alfred Agache, apesar de terem idéias divergentes, ambos influenciariam os brasileiros em novas concepções de cidade. Os princípios mais difundidos foram o zoneamento e a hierarquização viária, acompanhada de extensos e largos eixos de circulação automobilística. A coexistência de ambas idéias gerariam grandiosos projetos para as principais capitais e substituiriam os antigos e pontuais melhoramentos. No Rio de Janeiro, por exemplo, capital federal, Alfred Agache havia sido convidado para elaborar uma projeção para a cidade ainda antes da Revolução de 30, o projeto no entanto não fora realizado devido justamente à revolução. Porém, segundo Leme (1999)<sup>23</sup> seus discursos pretensiosos em dotar a capital de monumentalidade para exaltar sua grandiosidade e importância acabariam ressoando em arquitetos, urbanistas e interventores do país que adotariam medidas com igual apelo na elaboração de seus projetos urbanos. Foi neste contexto, onde nas principais capitais já se podia vislumbrar a grandiosidade e os efeitos das propostas, que o interventor do Paraná, Manoel Ribas, decide por contratar a Empresa Paulista Coimbra Bueno e Cia para realizar uma nova urbanização para Curitiba, a cidade ainda busca

---

<sup>23</sup> LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). Urbanismo no Brasil - 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

por uma paisagem que se enquadre ao seu *status* de capital, acompanhando o cenário nacional das grandes intervenções urbanas. A contratação foi realizada em 1941 e a Empresa paulista imediatamente fornece ao arquiteto francês Alfred Agache a incumbência de elaborar a proposta para uma nova capital.

## 2.2.3 Plano Agache: uma Concepção Ideal para a Cidade

Entende-se por urbanismo, o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento das edificações, do arruamento, da circulação e do congestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito, mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descuidar as soluções financeiras.

Alfred Agache, 1931.<sup>24</sup>

Alfred Agache acreditava que sua função como urbanista era conciliar a ciência, a arte e a sociologia. Provinha de uma escola baseada na sociologia aplicada, positivista, calcado na ciência buscava a compreensão do todo para formular suas projeções e solucionar problemas urbanos. Como em um organismo, a cidade deveria conciliar suas distintas partes, suas diferentes funções, deveria ter ordem e hierarquia para tornar possível o funcionamento do todo.

Ao chegar à Curitiba, Agache solicita a colaboração de todo o quadro técnico da prefeitura para inventariar os aspectos físicos e geográficos do município, bem como sua formação histórica e social. Consegue pleno apoio da equipe do prefeito, o engenheiro civil Rozaldo Mello Leitão, tanto para levantar os dados como para divulgar suas formulações.

O Plano Agache foi entregue em 1943 para o então prefeito, o engenheiro civil Alexandre Beltrão. O *Plano Diretor de Urbanização de Curitiba*, como foi designado, pretendia organizar e preparar a cidade em um contexto de crescimento urbano acelerado e desenvolvimento econômico regional. Curitiba tendia a desenvolver-se por dois meios: acompanhando o cenário de crescimento econômico do Paraná – estimulado pelo início do desenvolvimento da região norte através do cultivo do café; e também pelo estímulo à industrialização anunciada pelo Estado Novo. É importante salientar que o arquiteto francês adapta muitas

---

<sup>24</sup> *In*: LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). Urbanismo no Brasil - 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

de suas idéias à atual conjuntura nacional, como veremos em algumas propostas Agache absorve a ideologia do Estado Novo e a transpõe, quase subliminar, para suas proposições estéticas e funcionais. Como técnica, Agache propõe desenvolver seu plano respeitando as condicionantes físicas do município, critica a malha urbana ortogonal sobre a qual a cidade crescia desde o final do século XIX e afirmava que o plano urbanístico deveria seguir as linhas naturais do terreno e respeitar os leitos naturais de rios e córregos. Nesta acepção, também esboça, como em uma nota introdutória, a respeitabilidade que o urbanismo deve ter com a cidade existente e sua história: "Cuida este plano, como é de boa norma urbanística, da proteção do patrimônio histórico e paisagístico da cidade para que possam ser conservadas as reminiscências e as tradições valiosas do esforço humano em todas as épocas, legando às gerações vindouras um patrimônio inestimável"<sup>25</sup>. Porém, o arquiteto não discorre muito mais além do descrito nas tantas páginas do Plano Diretor de Urbanização. Neste, explicita suas soluções em quatro capítulos: I Resumo Histórico-Fisiográfico de Curitiba; II Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento; III Escoamento Pluvial e Defesa contra Inundações e; IV Conclusões.

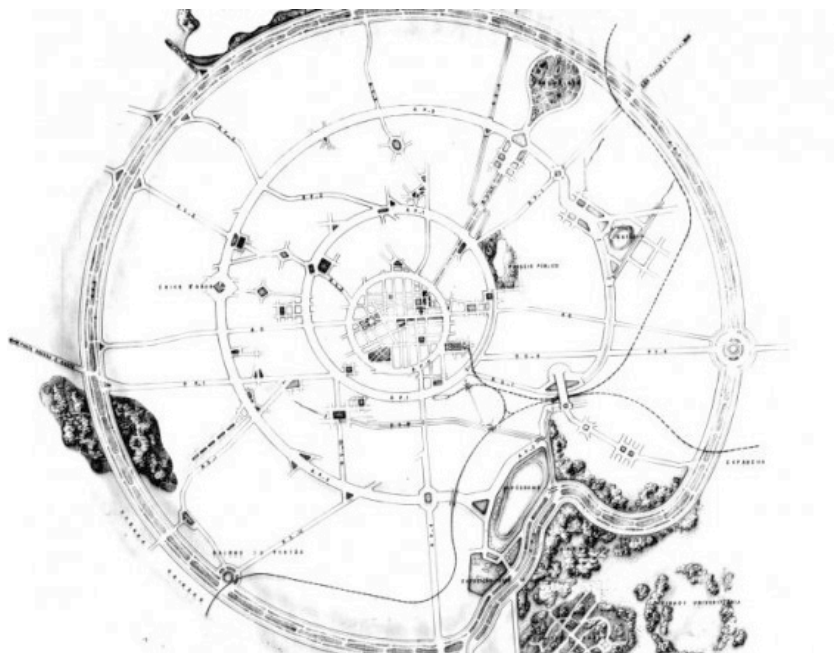
No primeiro capítulo, um resumo histórico-fisiográfico de Curitiba, o arquiteto apresenta seu inventário, discorre sobre o papel da cidade em função do estado – colocando Curitiba como "centro propulsor do progresso do estado"<sup>26</sup> – e formula suas linhas gerais de intervenção. Segundo consta no Plano, detectou-se três aspectos os quais, se resolvidos ou minimizados, garantiriam à cidade as qualidades de uma verdadeira capital: saneamento, descongestionamento e órgãos funcionais. Agache os designa, revelando suas amplitudes, respectivamente como: o solo, o homem e o meio. No segundo capítulo, que contém o Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento, sintetiza suas idéias e discrimina todas as linhas de intervenção para Curitiba: "o Plano Diretor de Curitiba estabelece as linhas e normas essenciais de sua remodelação, extensão e embelezamento – rasga avenidas e saneia áreas, disciplina seu

---

<sup>25</sup> O velho continente já discutia noções relativas à preservação arquitetônica nas cidades desde os anos 30, descritas na Carta de Atenas de 1933 e difundidas durante os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Agache certamente estava envolto por essas discussões devido à sua atuação em congressos na França e em toda a Europa, além disso, o Brasil dava seus primeiros passos na construção de seu Patrimônio Histórico e Artístico.

<sup>26</sup> CURITIBA, Prefeitura Municipal. BOLETIM PMC, 1943. Plano de Urbanização de Curitiba, Capítulo I, Título IV, p.11. Disponível em meio eletrônico em <www.ippuc.org.br>.

tráfego, organiza suas funções urbanas, coordena suas atividades e proporciona à cidade uma fisionomia de capital, zoneia e codifica suas funções, estimula e orienta seu desenvolvimento dentro de normas técnicas"<sup>27</sup>. Para tanto, Agache propõe: um Plano de Avenidas; o estabelecimento e localização de Centros Funcionais e Especializados; um Código de Obras, onde propõe um Zoneamento para a cidade; e a manutenção de Espaços Livres e Reserva de Áreas. Sua projeção consistiu em uma estrutura radial-perimetral e concêntrica, determinada por grandes vias de circulação cortadas por eixos radiais e diametrais, como podemos observar na Figura 04 logo abaixo. Essa solução projetava o crescimento periférico urbano e ao mesmo tempo em que possibilitaria a conexão de bairros e centros.



**Figura 04.** Plano Agache, 1943.

*Fonte:* IPPUC

---

<sup>27</sup> Ibidem. Capítulo II, Título I, p. 18.

Agache enfatizava a necessidade de Centro Funcionais, argumentava que "a vida urbana gravita em torno de certos elementos funcionais de uma cidade, que dia a dia se subdividem e se especializam, num entrosamento harmonioso de meios, em função de seus fins, diante da complexidade dos problemas que surgem com o crescente progresso humano"<sup>28</sup>. Assim, estabeleceu para a Curitiba três funções principais: *função de comando* – Centro Cívico ou Administrativo; *função de produção* – Centros Comercial e Industrial; *função de consumo* – Centros Residenciais e; *funções sociais* – Centros educativos, recreativos, diversões, etc. Disporia esses Centros na confluência do tráfego das radiais e perimetrais, realçando a perspectiva das vias e instrumentalizando princípios de legibilidade urbana, os quais, em consonância com a proposta de zoneamento, deveriam possibilitar uma leitura e definição claras das funções urbanas.

É importante lembrar que durante os anos da elaboração do Plano Agache o mundo vivia sua segunda grande Guerra. O Brasil entrara na disputa em 1942 e Curitiba, na época, por sua posição estratégica ao sul, sediava a 5ª Região Militar do País, um dos principais comandos do Exército brasileiro. Atento à estes fatos, Agache elaborou seus projetos para os Centros Funcionais "de acordo com as concepções que a guerra atual abalou"<sup>29</sup>. Segundo Dudeque (2010), suas propostas demonstrariam até algumas estratégias militares brasileiras durante o período. Neste contexto, o mais notável seria o projeto de Agache para uma nova espacialização da centralidade político-administrativa do estado e do município. O Centro Cívico, como concebe Agache, deveria ser um centro de comando e ao mesmo tempo a nova "sala de visitas da cidade". Em uma ampla praça de características especiais, de acordo com o Plano, deveria agrupar os edifícios destinados aos altos órgãos da administração estadual e ser o palco de grandes paradas cívicas e cerimoniais solenes das datas nacionais, "dando-lhe imponência como o logradouro público de maior projecção da Cidade". Agache o localiza ao norte, aproveitando um eixo existente da Av. Cândido de Abreu que culminava diretamente na Praça Tiradentes, o ponto central da cidade e seu centro fundador. Distanciado 1.800 metros, projeta o Centro Cívico como irradiador deste eixo e posiciona ao seu extremo o Palácio do Governo. Sua intenção, segundo consta no plano, era deslocar o "centro de gravidade da cidade". Agache observa que o núcleo central e social, ponto de irradiação da vida urbana, gravitava em torno da Praça Tiradentes, dessa forma, com a construção do Centro Cívico haveria um deslocamento das atividades e um "descongestionamento natural" da população daquele meio.

---

<sup>28</sup> Ibidem. Capítulo II, Título III, p. 30.

<sup>29</sup> Ibidem. p. 31.



Quanto a Praça Tiradentes, esta deveria continuar sendo a sede da administração municipal – lembremos que a administração municipal ocupava o edifício projetado por Cândido de Abreu desde 1916. Agache acreditava que a prefeitura deveria localizar-se de fato no ponto mais central da cidade, a fim de facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços administrativos municipais, e faz uma observação quanto à atual sede da Prefeitura, segundo ele, "satisfaz quanto à localização mas não quanto ao prédio". Não argumenta sua observação, mas acreditamos que Agache se refere primeiro, à sua estética, pois todos os seus projetos arquitetônicos figuravam ao estilo *art-déco* – adotado pelo Estado – e segundo, talvez porque o edifício não tivesse a imponência que se pretendia para a consolidação de um eixo do poder, como desejava-se. Sobre a Praça central, portanto, projeta uma nova sede para a Administração Municipal, arrematando o eixo da Av. Cândido de Abreu com o Edifício do Governo Estadual, e ainda prevê, sob a praça, um estacionamento que, como observa Dudeque (2010), serviria também como abrigo antiaéreo.

Segundo o mesmo autor, que esboça as estratégias militares na leitura do Plano Agache: "em algum passeio pela urbe, um automobilista poderia passar ao lado do Palácio do Governo do Estado, notar a aproximação de uma esquadrilha inimiga, percorrer a avenida em alta velocidade, seguir o caminho indicado pela nova sede da Prefeitura, chegar à Praça Tiradentes e submergir seu automóvel no estacionamento que o protegeria". Irã Dudeque (2010) ainda nos coloca a par sobre a essência da proposta para a Praça Tiradentes, acredita que pela formação do próprio urbanista e também pela ideologia do Estado Novo, o posicionamento de uma monumental sede para o Poder Público Municipal, "alinhada aos eixos da avenida e do Palácio do Governo, o plano urbanístico demonstraria que as decisões locais e nacionais não dependiam de nenhum poder espiritual, mas de poderes executivos fortes", o que rebaixaria a imponente Catedral dentro do contexto urbano.

O Plano de Agache para Curitiba, no entanto, fora minimamente implementado. Sua importância e seu simbolismo acabariam juntamente com o fim da Guerra e do Estado Novo. Porém, muitas de suas idéias e sugestões contidas no Plano foram legadas à todo o corpo técnico da administração municipal e também, pode-se dizer, à grande parte da população, visto que se preocupava em comunicar e propagar a ciência da cidade, além de contar com o auxílio da imprensa. Algumas de suas maiores contribuições estavam na necessidade da criação de um Código de Obras e nas definições de Zoneamento Urbano. Agache dizia que "o zoneamento é a base de todo o plano de urbanização podendo-se mesmo dizer que, sem ele o plano não é urbanismo, é desenho ou no máximo engenharia"; atribuía à delimitação de zonas a tarefa de simplificar,

disciplinar e hierarquizar as funções da cidade, e apelava, afirmando que o zoneamento "reflete o nível de cultura de seus habitantes"<sup>30</sup>. O Código de Obras apresentado no Plano Agache fora feito todo em função do zoneamento, compreende um documento extremamente detalhado que se fôssemos explorar alguns poucos títulos correríamos o risco de tornar este trabalho demasiado descritivo. Agache propôs também a instituição de uma Comissão da Cidade, a qual deveria ser formada por representantes da sociedade civil e um representante do poder público municipal a fim de ser uma mediação entre a sociedade e o poder público no processo de urbanização. Atestava para a importância de revisões periódicas e alterações no Código de Obras e no Zoneamento, recomendava que fossem revistos a cada cinco anos acompanhando o prognóstico de crescimento urbano.

#### **2.2.4. Entremeio: Implementação Esparsa de Imprecisos Ideais**

Do ponto de vista administrativo, o *frenesi* do Plano Agache e sua rápida decadência caracterizariam as intervenções no espaço urbano de Curitiba nos próximos anos. Anos de imprevistos e incertezas proporcionaram a implementação esparsa de algumas propostas de Agache, principalmente quanto a localização dos Centros Funcionais. Ao assumir o governo do Estado do Paraná em 1951, Bento Munhoz da Rocha se concentra primeiramente em iniciar a construção de um centro para o poder estadual a fim de exaltar a florescente conjuntura econômica do Paraná alcançada pela atividade cafeeira no norte do estado. Dispôs da proposta de Agache para o Centro Cívico e o edificou onde previa o plano. Edificado na década de 50, com a monumentalidade proposta por Agache, pois coincidia com os anseios de exaltação do poder do estado na época, o agrupamento de edifícios "destinados aos altos órgãos da administração estadual" consistiu, além da construção do Palácio do Governo, para o poder executivo, de mais dois edifícios, destinados também ao poder legislativo e judiciário. Porém, atento aos novos ares da modernidade, o governador decide conceber a monumentalidade do complexo dentro dos princípios fundamentais da arquitetura modernista, concedendo a tarefa à arquitetos atuantes do Rio de Janeiro. Juntamente com os edifícios, o eixo monumental na Av. Cândido de Abreu fora também executado, mas parcialmente. O governador ainda implementou algumas outras propostas de Agache para os centros sociais, iniciou a construção da Biblioteca Pública do Estado e do Teatro Guaíra ainda no primeiro ano de mandato, mas descartou os princípios de legibilidade urbana do arquiteto e os

---

<sup>30</sup> Ibidem. Capítulo II, Título IV, p. 58.

localizou onde fora possível, em terrenos dispersos de propriedade do estado (DUDEQUE, 2010).

A cidade chegava aos anos 50 com 130.000 habitantes, deste ano datam os primeiros registros de ocupações consideradas "clandestinas", a periferia aumentava rapidamente impulsionada pelas migrações campo-cidade e o centro se verticalizava sem ordenamento. Nas palavras do próprio prefeito Ney Braga, que assumiu a prefeitura em 1954: "era preciso, portanto, fazer o zoneamento da cidade"<sup>31</sup>. Fazer o zoneamento não pareceria tão óbvio se não fosse o legado de Agache, aliás, o zoneamento já estava feito e seguia rigorosamente as propostas do Plano, tanto no que dizia respeito ao zoneamento quanto ao Código de Obras. A Câmara Municipal de Curitiba aprovou em 16 de julho de 1953 a Lei Municipal nº 699 que alterava o Código de Posturas do município, vigente desde 1919, e acrescentava o código de obras e o zoneamento contidos no Plano Agache, originando o *Código de Posturas e Obras do Município de Curitiba*. Neste Código também ressoavam as preocupações de Agache em relação a preservação do patrimônio histórico e paisagístico do município, mas assim como no Plano a legislação não empreende muitas especificações, somente designava aos "departamentos competentes" – no caso somente à Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná (DPHA), criada em 1942 – a incumbência de constituir uma comissão para examinar e indicar os locais que poderiam ser de interesse de preservação paisagística da cidade e de "construções e monumentos típicos, históricos e tradicionais"<sup>32</sup>. O Plano de Agache estava teoricamente vigente, o que não havia era coerência e continuidade na administração pública municipal, além disso a alegação de que o Plano não mais condizia com a realidade do município era predominante. Neste período, o crescimento urbano e populacional tornaram o plano rapidamente obsoleto, a dinâmica própria da cidade se sobressaía muito além da rigidez das propostas de Agache. A estabilidade administrativa municipal aconteceria somente na gestão de Ney Braga e com ele viria a proposta de um plano de urbanização para Curitiba. A primeira iniciativa do prefeito fora sancionar uma lei que autorizava "o Poder Executivo a introduzir as modificações que se fizerem necessárias no Plano Agache"<sup>33</sup>. A pretensão de Ney Braga era somente atualizar um plano que já estava feito diante da nova realidade urbana da Cidade. Para tanto, criou o Departamento de

---

<sup>31</sup> Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Memórias de Curitiba Urbana. Depoimentos, 5. Curitiba, 1990. Depoimento Ney Aminthas de Barros Braga, págs. 01-11 (depoimento concedido em julho de 1990).

<sup>32</sup> Código de Posturas e Obras do Município de Curitiba, 1953. Capítulo XXII.

<sup>33</sup> Súmula da Lei Municipal nº 1.155 de 18 de Novembro de 1955.

Planejamento e Urbanismo e uma Comissão de Zoneamento para cuidar especificamente da elaboração de um novo Código para ordenar o uso do solo urbano. As pretensões de Ney Braga terminaram com o seu mandato em 1960, quando fora eleito governador do Estado do Paraná, porém deixara uma equipe técnica formada, a qual se dedicaria, desde então e exclusivamente, à urbanização da capital.

Curitiba alcançaria a década de 60 sem um plano definitivo. A inauguração de Brasília em 1960 significava a materialização possível do ideário modernista amplamente difundido na Carta de Atenas (1933), recaindo como um paradigma para (re)pensar a cidade. Neste momento, a mando do prefeito Iberê de Mattos, o Departamento de Planejamento e Urbanismo elabora um Plano Piloto de Zoneamento<sup>34</sup> e complementa sua proposta com a inserção do conceito de Unidade de Vizinhança<sup>35</sup> como política de desenvolvimento físico, social e econômico do município. Claramente baseada nos preceitos modernistas, a intenção era descentralizar a cidade destinando a cada uma das Unidades de Vizinhança as funções-chave da vida cotidiana (como propõe a Carta de Atenas): morar, trabalhar, recrear-se. Cada Unidade deveria receber legislação própria e denominação segundo os critérios de tradição, fatores geográficos e fatores históricos. A legislação, no entanto, durou pouco tempo, sua vigência não ultrapassou o ano de 1965, mas sua implementação acabou por introduzir novas acepções de usos para os espaços urbanos: recrear-se, por exemplo, passaria a ser vista como uma função vital urbana; e as denominações propostas indiciam o início de uma compreensão dos dados urbanos figurando-os à tradição e à história da cidade.

O descompasso na política de planejamento urbano somente chegaria ao fim com a introdução e adequação do plano municipal ao planejamento estadual e posteriormente federal. É na primeira metade da década de 60 que se destacam as atuações da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR) e a partir de 1964, do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). A primeira fora criada no governo de Ney Braga em 1962, a fim de dotar o estado do Paraná de uma economia agro-industrial projetando um desenvolvimento integrado entre estado e municípios, com este propósito seria a prática do planejamento urbano instituído e legislado no Paraná. O segundo fora

---

<sup>34</sup> Lei nº 1875, de 30 de Março de 1960.

<sup>35</sup> Lei nº 1908, de 30 de Setembro de 1960. Art. 02º. Fica definida como Unidade de Vizinhança o agrupamento urbano com área perfeitamente delimitada, no interior do qual o habitante desta cidade encontra os elementos necessários para atender as suas necessidades fundamentais como morador de uma coletividade.

criado já no Governo Militar em 1964 e pretendia centralizar, como estratégia para o desenvolvimento nacional, as políticas de desenvolvimento de estados e municípios. Ambos incentivaram e financiaram um novo Plano Diretor de Urbanização para Curitiba.

Entre 1950 e 1960 Curitiba obtivera o maior crescimento populacional do país, em torno de 5,5% ao ano, chegando na década de 60 aos 180.000 habitantes. Em 1962, assume a prefeitura da capital o engenheiro rodoviário Ivo Arzua Pereira, cuja primeira proposta diante do crescimento da cidade ainda gravitava em torno da idéia de revisar o Plano Agache<sup>36</sup>. Mas em 1964, já sob a intervenção do SERFHAU, o mesmo prefeito decreta uma concorrência nacional para o desenvolvimento de um novo plano para Curitiba. O Plano vencedor foi o da empresa paulista de engenharia Serete em associação com o escritório de arquitetura de Jorge Wilhelm. Toda a concepção e todo o aspecto urbanístico ficariam a cargo do arquiteto, enquanto a empresa ficaria responsável por toda a parte de infra-estrutura e levantamento sócio-econômico do município. A metodologia de Wilhelm certamente colaborou no julgamento da concorrência, propunha estabelecer um plano básico lançando as diretrizes gerais, envolver-se profundamente com os técnicos locais e a Prefeitura e criar um grupo local de acompanhamento, priorizava, portanto, que a elaboração do Plano fosse acompanhada por um grupo formado por profissionais locais que garantiriam a continuidade e a coerência técnica e profissional para sua implementação. Esse grupo fora criado e denominado APPUC (Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), posteriormente, o próprio Wilhelm convenceria as autoridades municipais e estaduais sobre a necessidade de uma autarquia diretamente ligada ao poder público municipal que garantisse a continuidade do Plano. A APPUC seria então logo substituída pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), que ficaria responsável por "elaborar e encaminhar ao executivo local estudos para a instituição do Plano Diretor de Curitiba, e subsequente, sugerir as modificações que se fizerem necessárias"<sup>37</sup>. Entre tantas atribuições, caberia também ao IPPUC coordenar o planejamento local com as diretrizes do planejamento federal e estadual.

---

<sup>36</sup> As revisões foram realizadas pelo Departamento de Planejamento e Urbanismo e se detiveram principalmente em propostas de circulação viária e descongestionamento da área central da cidade. Para a implementação dos projetos foi solicitado financiamento junto à CODEPAR, que recusou o pedido, pois não acordava com o propósito de desenvolvimento regional integrado do estado.

<sup>37</sup> Decreto Municipal nº 1910, de 07 de Dezembro de 1965.

## 2.3 PLANO WILHEIM - IPPUC: UMA CONCEPÇÃO DE CIDADE IDEAL

Urbanismo não é salvação. É muito menos, porém muito mais. É menos porque não passa de uma forma moderna de pensar a situação e administrar um organismo vivo em constante transição; é preciso pensar e decidir o que se quer, estabelecendo uma estratégia de indução de grande significado e potencialidade.

Jorge Wilhelm.<sup>38</sup>

Um organismo vivo, uma estrutura complexa suportando uma infinidade de atividades que a transformam constantemente, imersa na temporalidade, na transitoriedade das relações entre as inúmeras atividades cotidianas e o espaço físico urbano, assim sintetizava Wilhelm sobre seu campo de atuação: a cidade. Em um espaço urbano permanentemente transitório, com todas as contradições que essa definição sugere, Wilhelm contornava a precisão e buscava apreender os *fatores dinâmicos*, entender a cidade como a estruturação do fenômeno urbano, identificando o *vetor histórico* que constitui e translada essa estrutura<sup>39</sup>. A apreensão de uma realidade dinâmica partiria de uma análise dos componentes elementares urbanos, através de uma "atividade humanista e abrangente" – nas palavras do próprio arquiteto –, com o intuito de estabelecer quais os elementos predominantes, os mais significativos da vida urbana.

Curitiba eu já conhecia, mas passei a visitar profissionalmente a cidade, para tentar pegar um pouco da essência das coisas que estavam havendo [...]. Eu fazia, para isso, levantamentos – mas não os estatísticos habituais. Há que se ter uma técnica própria, uma sensibilidade para ler a cidade. Ou seja, para descobrir, naquilo que a cidade lhe mostra, o que ela é.<sup>40</sup>

O arquiteto partiria de sua própria metodologia para lançar sobre a cidade suas estratégias de intervenção. Acreditava que o objetivo do

---

<sup>38</sup> WILHEIM, Jorge. Cidades: O Substantivo e o Adjetivo. 3 Ed. Perspectiva: São Paulo, 2003.

<sup>39</sup> Ibidem.: p. 51, grifo do autor.

<sup>40</sup> Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Memórias de Curitiba Urbana. Depoimentos, 5. Curitiba, 1990. Depoimento Jorge Wilhelm, págs. 25-38 (depoimento concedido em dezembro de 1989).

urbanismo era analisar criticamente a realidade do espaço e da vida urbana, oferecendo uma visão desejável mas ao mesmo tempo possível e, a partir disso, propor uma estratégia de mudança acompanhada dos mecanismos e instrumentos necessários para induzir e conduzir a alteração da realidade proposta. Seguindo o pensamento de Wilhelm e sua metodologia, o arquiteto conduziria o Plano de Curitiba a partir de diretrizes gerais possíveis de serem diretamente impostas e institucionalizadas, neste caso, a legislação do próprio Plano Diretor e a de uso e ocupação do solo urbano. Como observa Dudeque (2010), a cidade e as formulações urbanísticas passariam a ser pensadas como processos, sujeitos a mudanças contínuas. As regras e as leis já nasceriam relativizadas a fim de se ajustarem, ou melhor, serem ajustadas, à realidade da conjuntura urbana. Wilhelm encontraria, dentro de sua metodologia, uma forma possível de permanência na transitoriedade, o Plano Wilhelm suportaria inúmeras e constantes mudanças "mantendo sua substância inalterada" (DUDEQUE, 2010). Deixaria ao IPPUC, portanto, a tarefa posterior de complementar e atualizar eventualmente os instrumentos do Plano, recomendaria também a utilização do que chamou de "instrumentos de indução do processo de transformação", ou seja, caberia ao IPPUC e ao poder público municipal "gerar estímulos e empreender iniciativas visando induzir os cidadãos, individual ou coletivamente, a empreender transformações urbanas de alcance social inseridas no contexto geral objetivado pela estratégia de um plano". Ainda de acordo com Wilhelm, esta tática de indução tornar-se-ia eficiente se fosse "baseada no sábio aproveitamento das forças espontâneas" encontradas na realidade urbana.

Depois de quatro meses de elaboração, a equipe de Wilhelm, juntamente com a APPUC, entregaria o Plano Preliminar de Urbanismo ao prefeito Ivo Arzua em junho de 1965. Pressionado pela CODEPAR, que exigia um debate público sobre o Plano, o prefeito decreta e institui o seminário *Curitiba de Amanhã*. Para as sessões do seminário foram formadas diferentes equipes técnicas interdisciplinares para apresentar e discutir sobre as diretrizes gerais do Plano e algumas proposições específicas acerca da cidade que se desejava construir. A grande exaltação do Plano Preliminar durante as sessões, observa Dudeque (2010), gravitou em torno da "humanização" da cidade, da preocupação dos planejadores com as "necessidades humanas", com a "escala do homem" e o "ser humano". Durante o "Mês do Urbanismo", assim designado pelos dirigentes as séries do seminário, a imprensa esteve todo o tempo presente e divulgava, repetindo o que fora apresentado, que o Plano se preocupava com o sentido humano, que Curitiba preservaria sua escala ainda apreensível e dominável por seus habitantes e que progrediria, dali para frente, sem

problemas urbanísticos e sem perder sua característica humana<sup>41</sup>. Desta forma, observa ainda Dudeque (2010), as sessões que deveriam debater o plano acabaram se convertendo em aulas expositivas "para platéias comportadas" que preencheram os salões com elogios e aplausos.

O apelo para uma caracterização humanista certamente fora um mecanismo intencional para induzir a aprovação do plano pelas comunidades presentes no seminário e também pela população em geral, as propostas se tornariam assim, diante do sentido humano, inquestionáveis e consensuais. O debate propriamente dito ficaria reservado ao grupo seletivo de arquitetos e estudantes do recém criado curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Paraná em 1962, o que, ainda segundo Dudeque (2010), colaborou, juntamente com a criação do IPPUC, para a ascensão posterior destes novos profissionais na administração urbana do município, até então e desde 1895 sob domínio da engenharia. Apesar de acionado praticamente como um *slogan*, o sentido humano demonstrava também uma concepção de cidade representada pelo idealizador do plano. Não que Wilhelm utilizasse essa expressão "sentido humano", mas defendia que o urbanismo não deveria estar simplesmente calcado na técnica e na ciência exata, mas que deveria procurar na sociologia, na psicologia social, na economia e na antropologia o estabelecimento de sua base para a compreensão da cidade e do fenômeno urbano e, a partir disso, formular as diretrizes de intervenção.

Um ano depois de entregue e debatido, o Plano Diretor de Curitiba foi finalmente aprovado pela Câmara Municipal em agosto de 1966<sup>42</sup>. A Lei aprovava as diretrizes básicas do Plano de Wilhelm e concedia plena autonomia ao IPPUC como órgão gerenciador e propulsor do Plano Diretor de Curitiba<sup>43</sup>.

Como estratégia geral, contida no Plano aprovado, Wilhelm entendera que a expansão das ocupações urbanas provinha de condicionantes físicas e geológicas do próprio território do município, assim, planeja sobre o existente sua principal diretriz: a expansão linear da cidade. As linhas de expansão foram denominadas "eixos estruturais", estes

---

<sup>41</sup> O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, ano 90. 26 de junho de 1965.

<sup>42</sup> Lei Ordinária 2828, de 10 de agosto de 1966. Texto: "Institui o Plano Diretor de Curitiba a aprova as suas Diretrizes Básicas, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município."

<sup>43</sup> Ibidem.: Art. 1º, Parágrafo 2: O Plano se desenvolverá em duas etapas: - a primeira, definida pelas Diretrizes Básicas aprovadas por esta Lei, de imediata aplicação; a segunda, a ser aprovada subsequentemente, em fases sucessivas, através de uma programação proposta pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba IPPUC, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Lei.



deveriam partir do centro da cidade e condensar, ao longo de sua extensão, moradias, transporte público coletivo, constituindo pequenos centros de comércio e serviços. Seriam assim, estruturas de extensão que preconizavam a descentralização, comunicação e ligação urbanas. A partir das estruturais, o plano introduz uma hierarquia viária para a cidade e sua divisão por usos diferenciados, por definição, um zoneamento.

Como parte integrante do zoneamento do município, o Plano introduz também os setores especiais que abarcava ainda implementações do Plano Agache, como por exemplo, os Centros Cívico, Militar e Universitário, além de setores especiais para os eixos estruturais, recreativo, de abastecimento e tradicional. Ao contrário da diretriz de zoneamento, os setores especiais não foram totalmente espacializados, ficaria a cargo do IPPUC suas definições e complementações. Integrando as diretrizes viárias, de zoneamento e setor especial, principalmente para a área central da cidade, o Plano estabelecia um anel perimetral de circulação viária conformando a Zona Comercial I (definida como zona comercial principal) e ruas, praças e alamedas de uso preferencial ou exclusivo de pedestres. Exemplificando esta diretriz, ao propor o fechamento de algumas vias ao tráfego de veículos, a equipe técnica alegava que o centro se constituía, tradicionalmente, como o principal ponto de encontro dos cidadãos, e não de veículos. A proposta incidiria na reconversão de algumas vias de circulação veicular em um grande passeio para pedestres – começando ao final da rua XV de Novembro, o principal eixo comercial do centro da cidade, passando pela Praça Generoso Marques, sede da prefeitura municipal, e terminando na Praça Santos Andrade, onde se situava um dos campus da Universidade Federal do Paraná. Através da proposta do anel viário circunscrevendo a área comercial principal e a estrutura de transporte coletivo proposta, a "pedestrianização" das ruas centrais tornava-se altamente viável, servindo para duas funções urbanas: como alternativa de tráfego, pois incentivava e direcionava as pessoas a adquirirem o hábito de freqüentar o centro a pé e, ao mesmo tempo, como um espaço de encontro, convívio e lazer. Nas palavras do próprio Wilhelm:

Eu havia identificado que o local de encontro mais importante de Curitiba era lá e que ninguém se encontra de automóvel, mas a pé. Por outro lado a localização da Rua XV não era importante do ponto de vista de trânsito. Podiam ser tirados veículos e a

circulação geral deles na cidade não seria afetada.<sup>44</sup>

Além do sistema viário e zoneamento, o Plano Diretor ainda implementava em suas diretrizes básicas questões relativas aos novos loteamentos urbanos, edificações, serviços públicos e equipamentos comunitários e inseria, notadamente, a Política de Renovação Urbana e a Política de Preservação e Revitalização de Setores Históricos-Tradicionais.

A Política de Renovação Urbana fora definida como "um sistema destinado a evitar a decadência das áreas e equipamentos urbanos, um instrumento para a revitalização das zonas em declínio ou exauridas, e como um meio de efetiva promoção social da comunidade"<sup>45</sup>. Como política urbana do município, esta proposição abrangia todo o seu território e tinha como objetivo restabelecer as edificações em seus usos originais ou dar-lhes destinação adequada, além de recuperar as edificações decadentes ou erradicá-las quando evidenciada a inconveniência da recuperação<sup>46</sup>. Como instrumentos para a implantação desta política, o poder público deveria, entre outros, desapropriar e adquirir imóveis de utilidade e interesse públicos bem como construir e reconstruir ruas, parques, praças e outros equipamentos urbanos<sup>47</sup>. Complementando esta nova política de planejamento, a Política de Preservação e Revitalização de Setores Históricos-Tradicionais fora estabelecida com a finalidade de "resguardar os valores históricos e urbanos de determinadas áreas".<sup>48</sup> Seus objetivos específicos foram descritos desta forma: "1- fixar uma escala urbana de determinada época; 2- garantir, na medida do possível a imutabilidade das edificações e dos logradouros quanto a alargamentos, tratamento dos passeios e leito das ruas; 3- recuperar edificações características de determinada época, destinando-as a usos adequados; 4- orientar e incentivar nesses setores usos e atividades compatíveis com as suas características; 5- incentivar o turismo"<sup>49</sup>. Como instrumentos que possibilitariam a implementação desta política foram inscritos estímulos tributários para usos e atividades adequadas e penalidade para o não

---

<sup>44</sup>Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Memórias de Curitiba Urbana. Depoimentos, 5. Curitiba, 1990. Depoimento Jorge Wilhelm, págs. 25-38 (depoimento concedido em dezembro de 1989).

<sup>45</sup> Lei Ordinária n° 2828, de 10 de agosto de 1966. Seção IV, da Renovação Urbana: Artigo 47.

<sup>46</sup> Ibidem.: Artigo 48.

<sup>47</sup> Ibidem.: Artigo 49

<sup>48</sup> Idem.: Seção V, Preservação e Revitalização dos Setores Histórico-Tradicionais: Artigo 52.

<sup>49</sup> Ibidem.: Artigo 53.

cumprimento da regulamentação<sup>50</sup>. Lembrando do exposto anteriormente, as diretrizes aprovadas em forma de lei apenas conduziriam o processo de implementação do Plano Diretor, portanto, ambas as políticas, de Renovação e de Revitalização de áreas da cidade, deveriam ser determinadas e regulamentadas pelo IPPUC, cabendo ao Poder Executivo decretá-las por lei com base em elaborações, programas e projetos do Instituto.

Do ponto de vista semântico, a renovação e revitalização urbanas automaticamente inserem o tempo na análise do espaço, ou seja, sugerem uma abordagem temporal da cidade firmando sua constituição como uma sobreposição material de vários tempos, funções e estruturas urbanas. Simultaneamente, insinuam uma leitura do espaço como destituído de vida, justificando assim sua renovação ou revitalização. Tendo sempre em mente o pensamento e a metodologia de Wilhelm, entendemos que a inserção destas políticas nas diretrizes básicas de planejamento urbano considerava de fato o tempo na análise espacial, o *vetor histórico* como princípio condutor da manutenção da estrutura da cidade e indutor da vida urbana, uma análise que busca no passado a compreensão do presente e a partir disso induz sua condição futura.

A política de renovação urbana proposta nos remete à uma premissa de caráter estritamente funcionalista, preconizada ainda na Carta de Atenas (1933) e intrinsecamente discutida por Wilhelm. Acreditamos que, neste caso, a renovação urbana seria empregada em dois sentidos: primeiro, legitimaria grandes ações e reformas no tecido urbano em detrimento da funcionalidade de determinadas estruturas urbanas, por exemplo, as vias de circulação, loteamentos e moradias; em segundo lugar, no sentido da recuperação da estrutura física existente a fim de promover também espaços de lazer e recreação – a recreação vista como uma função vital e também empregada no sentido de recuperação do indivíduo e manutenção da coletividade. Tendo como base as considerações de Wilhelm acerca da necessidade de estruturas de lazer no meio urbano, a política promoveria a criação de espaços "capazes de acolher atividades lúdicas e não programadas, servindo de palco à iniciativa e invenção espontâneas e aumentando em última análise a lucidez dos cidadãos"<sup>51</sup>, ao mesmo tempo e da mesma forma, incidiria sobre a paisagem urbana considerando-a também como um espaço – um espaço para o lazer passivo e contemplativo, podendo, de acordo com as idéias de Wilhelm, "revelar-se

---

<sup>50</sup> Ibidem.: Artigo 54

<sup>51</sup> WILHEIM, Jorge. Cidades: O Substantivo e o Adjetivo. 3 Ed. Perspectiva: São Paulo, 2003. Pág. 118.

uma experiência altamente informativa e agradável para os sentidos"<sup>52</sup>.

Neste sentido, também poderíamos atribuir à política de Revitalização de setores urbanos a função de lazer ou recreação, de forma passiva e ativa, na medida em que se preocupava, respectivamente, com a qualidade da paisagem e com o advento do turismo. Porém, ao contrário da Renovação Urbana, a Revitalização de partes da cidade vinculava-se principalmente à idéia de resgatar e salvaguardar valores. Históricos ou arquitetônicos, impressos na materialidade do espaço construído, o resgate e salvaguarda de determinados valores trazia consigo a possibilidade e o incentivo à inserção de instrumentos de preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico no planejamento urbano de Curitiba. A promoção do turismo, vista por Wilheim como um indutor para o lazer urbano, pode ser entendida neste caso também a partir dos próprios propósitos do Plano Diretor de Urbanização, ou seja, com vistas ao desenvolvimento econômico do município, integrado ao estado e à nação.

Foram precisamente sobre estas diretrizes, das políticas de renovação e revitalização urbanas e ainda, sobre a reconversão do tráfego no centro da cidade, que recaíram os predicados exaltados pela imprensa e durante as discussões do Plano Preliminar de Urbanismo.

Diante do Plano Diretor, alguns autores (OLIVEIRA, 2000; SANCHEZ, 2003) atentaram para o fato de que suas diretrizes e proposições transitaram entre influências da escola modernista e de novas correntes pós-modernistas, de cunho culturalista/contextualista. Modernista porque propunha uma estruturação global para a cidade, um *master-plan*, o zoneamento e normatização do uso do solo, sistema viário e transporte coletivo; Culturalista, pela disposição em recuperar o tecido histórico da cidade e as relações sócio-espaciais. De fato, se contextualizarmos o Plano Diretor de 1966 no quadro geral e evolutivo do planejamento urbano veremos que está situado no limiar de uma mudança intelectual paradigmática das práticas do urbanismo. Um contexto em que o pragmatismo do pensamento modernista começa a ser intensamente questionado e os movimentos contraculturais, ensaiados no interior de universidades e institutos de arte, principalmente na Europa, assumem relevância, preenchendo os debates acerca da questão urbana e constituindo o que posteriormente se denominou de crítica pós-moderna. Entretanto, no Brasil, ao mesmo tempo em que a efervescência do ideário modernista ascendia com a construção de Brasília, as críticas oposicionistas a este modelo chegavam lentamente e de forma subversiva. Neste trabalho, portanto, procurar identificar e enquadrar o Plano e as ações subseqüentes em matrizes urbanísticas específicas nos parece abrangente demais e pouco

---

<sup>52</sup> Ibidem.: pág. 117.

significativo. Tentamos, na medida do possível, a compreensão das diretrizes e proposições a partir da representação de quem as idealizou. Por este caminho, acreditamos na formação de um pensamento urbanístico a partir da experiência, da vivência, de quem o representa e da conjuntura no momento em que se representa. Neste período histórico da abordagem, acreditamos que a metodologia e o pensamento de Wilheim influenciariam de forma geral um novo processo de concepção urbana em Curitiba. Wilheim acreditava que o planejador urbano poderia contribuir para o desenvolvimento da sociedade, mas não a partir da criação de mecanismos eficientes para frear ou controlar o fenômeno urbano, e sim propondo instrumentos para conhecer, estimular e induzir constantemente os cidadãos e as organizações a transformar suas vidas e sua própria ação, propunha que o planejamento urbano fosse intencionalmente um processo de alteração da realidade urbana.

A alteração da realidade urbana de Curitiba, porém, seria repudiada pela gestão política que se sucedeu. Indicado pelo governador do estado para resolver o problema das enchentes no centro de Curitiba, o engenheiro sanitarista Omar Sabbag assumiu a prefeitura da cidade em 1967 deixando o IPPUC, e conseqüentemente o novo Plano Diretor, completamente à margem das intervenções urbanas e do Poder Executivo local. O IPPUC, nesta época, funcionava em uma sede própria e era formado principalmente pela equipe que acompanhou o processo de elaboração do Plano Diretor, entre arquitetos, engenheiros, sociólogos e economistas. Segundo Irã Dudeque (2010), durante a gestão do então prefeito a Fundação Getúlio Vargas chegou a considerar a autarquia como um modelo ideal para o país, ao mesmo tempo, Omar Sabbag reclamava, em discurso, da "chacrinha de arquitetos". O conflito fizera com que o IPPUC, excluído da prática urbanística, funcionasse praticamente como um atelier de urbanismo.

O estágio era de ter, no IPPUC, uma espécie de cérebro, armazenando experiências, até estrangeiras, em planejamento urbano, no sentido de as adaptar à cidade. Fomos fazendo um levantamento geral do que podia ser aplicado em Curitiba.<sup>53</sup>

Neste período e nesta atmosfera, os arquitetos discutiriam e transformariam as diretrizes do Plano Diretor em programas e projetos

---

<sup>53</sup> Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Memórias de Curitiba Urbana. Depoimentos, 2. Curitiba, 1989. Depoimento Clóvis Lunardi, págs. 01-08.

imaginando o dia em que poderiam ser de fato implementados. Já dizia o próprio Wilhelm (2003): "se a transformação da realidade urbana tiver que ser efetivada, deve-se passar a outro nível de elaboração: o do projeto", e "se a transformação for de natureza física, o projeto será um projeto detalhado". Foi o que aconteceu quando a equipe do IPPUC utilizou-se de algumas das concepções de cidade idealizadas no Plano e as representou, na forma de projeto, o Setor Histórico de Curitiba.

Realizada pelo IPPUC e sob a coordenação do arquiteto Cyro Correa Lyra, a proposta da constituição do Setor Histórico representava as primeiras mudanças de concepção e visão sobre o Plano de Wilhelm. Impulsionados pela coordenação do arquiteto Jaime Lerner à frente do IPPUC em 1969, os arquitetos concluíram os estudos sobre a área em 1970 e elaboraram um Plano de Revitalização. Realizado com plena autonomia, a proposta ainda assim abarcava concomitantemente quatro diretrizes básicas do Plano Diretor: as diretrizes viárias para o centro da cidade, a criação de setores especiais, a política de renovação urbana e a política de revitalização de áreas da cidade, dando continuidade ao processo de planejamento inserido por Wilhelm.

### **2.3.1. Setor Histórico de Curitiba: Plano de Revitalização**

O Plano de Revitalização do Setor Histórico, em resumo, parte primeiramente de um inventário das características gerais da área: inicia-se com uma classificação hierárquica das edificações pela representatividade histórica e expressão arquitetônica, o que determinaria a delimitação do setor; segue-se com um levantamento e análise de seus usos e, por fim, um levantamento das características e condições do calçamento, pavimentação e iluminação contribuíram para a análise e proposição de sua ambientação. Após o inventário, são apresentadas medidas de preservação, medidas urbanísticas e medidas turísticas, como proposições norteadoras para os usos e apropriações deste setor urbano.

Nas primeiras linhas que antecedem o parecer técnico sobre o Setor Histórico, o Plano se insinua no panorama mundial acerca da preservação do Patrimônio Histórico nos Centros urbanos, ressaltando a preocupação adquirida de diversas nações quanto as suas heranças culturais e a aferição do grau de maturidade social e cultural que se estabelece em função do cuidado, do zelo, com que cada povo trata seus bens históricos. As características da estrutura urbana do Setor, como o traçado, a largura das vias, a escala e a implantação de algumas edificações, bem como a coexistência de edificações de diferentes épocas, "significativas como expressão arquitetônica regional e local", constituíam os aspectos pelos quais esta área deveria ser preservada a fim de dar "continuidade ao

patrimônio histórico do centro antigo da cidade".<sup>54</sup> O conjunto material do "centro antigo", como define o plano, fora caracterizado como desprovido de "obras primas" e "conotações históricas memoráveis", por isso, o sentido de sua preservação seria traçado como uma representação de um "documento histórico" que exemplificasse diversos tempos e fases importantes da história da cidade. A posição favorável ao desenvolvimento do turismo é exposta de imediato como alternativa para a preservação e manutenção do patrimônio, consistindo o turista no principal usuário dos bens preservados. A revitalização do espaço envolveria ainda a aquisição de qualidades que atraíssem a atividade turística, para tanto deveria o espaço converter-se em um centro que concentrasse equipamentos culturais e determinadas atividades comerciais, "ambos significativos como atração turística e capazes de uma revitalização da área" – uma estratégia que visava a adesão dos usuários e proprietários dos imóveis a serem atingidos por esta política para garantir a integridade dos bens, pois acreditava-se que a preservação dos bens históricos somente seria efetuada quando passasse a significar um investimento compensatório do ponto de vista econômico. Assim sendo, as medidas a serem tomadas para a salvaguarda das características arquitetônicas e urbanísticas, dos edifícios e do espaço urbano, seriam complementadas pela renovação de seus usos. Segundo expõe o documento:

Verifica-se ainda que o crescimento do centro comercial na direção sul provocou uma estagnação do seu antigo centro, deixando o campo aberto para uma substituição do tipo de comércio. Essa modificação, a ser empreendida agora, deveria ser orientada no sentido de uma renovação do uso das unidades a preservar, de maneira que as medidas de salvaguarda se complementassem com medidas de revitalização do uso.<sup>55</sup>

Como primeira contribuição para apreendermos a representação do Setor Histórico atentamos para a mudança na terminologia de "Centro antigo" ou "Centro Histórico" para "Setor Histórico". Ressalta-se, dessa forma, o caráter técnico da visão dos planejadores e a escolha precisa de uma seção urbana, ou setor, devendo fixar-se como uma estrutura legível com atividades determinadas e sob normas específicas, como previa o Plano Diretor.

---

<sup>54</sup> IPPUC. Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba. Curitiba, agosto de 1970.

<sup>55</sup> Ibidem.: pág. 02.

Quanto a secção urbana apreendida, o Plano apresenta a delimitação do Setor Histórico segundo a observação das edificações presentes e uma classificação hierárquica de seus aspectos arquitetônicos:

a. unidades de 1º grau: são aquelas de maior valor seja pelo seu significado histórico ou seja pela expressão arquitetônica;

b. unidade de 2º grau: são aquelas de menor importância como obra de arquitetura, mas, por pertencerem à mesma época das principais unidades do 1º grau do Setor, sua presença contribui decididamente para a tônica paisagística do conjunto;

c. unidades alteradas: são aquelas cujas modificações exteriores embora alterando substancialmente sua arquitetura, não provocaram contudo uma deformação irremediável;

d. unidades neutras: são aquelas que destituídas de importância como expressão arquitetônica não prejudicam porém o conjunto; e

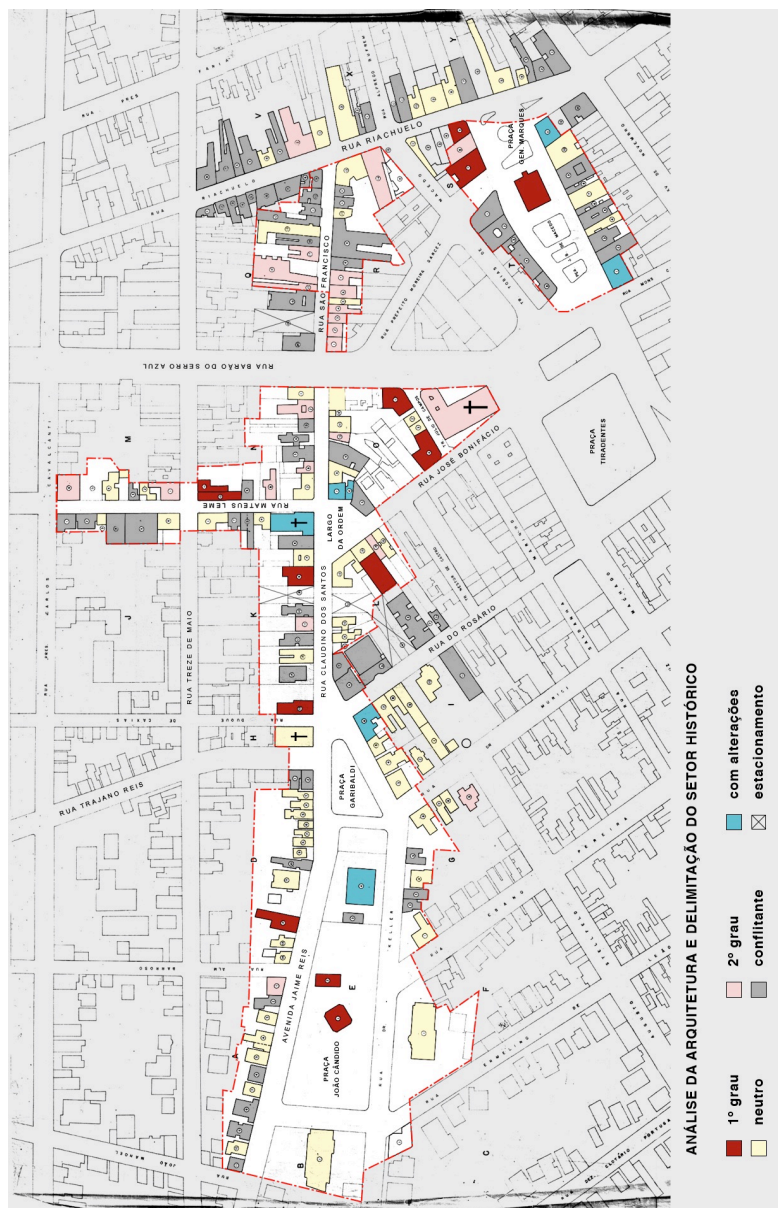
e. unidades conflitantes: são aquelas que prejudicam o conjunto conflitando plasticamente com os prédios de 1º e 2º grau<sup>56</sup>.

A delimitação do Setor Histórico fora então proposta a partir da concentração das unidades de 1º e 2º grau, conforme a situação a seguir:

---

<sup>56</sup> Ibidem.: pág. 05





**Figura 05.** Mapa de Análise da Arquitetura e Delimitação do Setor Histórico

*Fonte:* Reelaborado pela autora e confeccionado por Henrique Martins (2012) sobre mapa-base do Plano de Revitalização do Setor Histórico: IPPUC, 1970.

Os critérios que motivaram a classificação de determinadas edificações como de 1º grau transitaram entre suas representatividades históricas, como exemplares de uma determinada época, e por aspectos distintivos em suas construções que as caracterizariam como "regionais", ou "típicas da arquitetura peculiar de Curitiba". Assim, destacam-se entre elas o *Belvedere* e o Paço da Liberdade<sup>57</sup>, com traços *art-nouveau* construídos em 1915 e 1916 respectivamente pelo então prefeito Cândido de Abreu; e as chamadas Ruínas de São Francisco, resquícios da presença da Ordem Franciscana em Curitiba ainda no século XVIII. Os três edifícios já constavam como bens patrimoniais do estado do Paraná desde 1966. O *Belvedere* e as Ruínas foram tombados inscritos como um conjunto da Praça João Cândido<sup>58</sup>. Os outros exemplares, oito no total, referem-se principalmente às edificações de arquitetura eclética projetadas e realizadas entre o final do século XIX e início do século XX, principalmente por construtores alemães e austríacos a mando de famílias imigrantes de mesma origem. Em algumas obras com características semelhantes às de 1º grau foram detectadas alterações em suas concepções originais, tanto externamente como internamente, sendo enquadradas entre as "unidades alteradas", é o caso, por exemplo, da edificação em estilo neo-clássico no eixo da Praça Garibaldi, estilo trazido pelas mãos de construtores e imigrantes italianos contemporâneos aos alemães. Entre as unidades que sofreram alteração constam ainda as construções mais antigas da capital, como a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, que recebera uma roupagem neo-gótica no final do século XIX e a chamada "casa de pedra", casa térrea genuinamente colonial construída em pedra e taipa. A Igreja da Ordem, mesmo alterada de suas feições originais coloniais, fora inscrita como Patrimônio Histórico do Paraná na mesma data em que o conjunto da Praça João Cândido fora tombado. Menos representativas, as unidades de 2º grau conformavam o cenário eclético do conjunto de sobrados predominante na paisagem de Curitiba na primeira metade do século XIX.

Notadamente, a imponente Catedral de Curitiba fora denominada como uma unidade de 2º grau. Acreditamos que por sua arquitetura neo-gótica fora desconsiderada como expressão regional ou exemplar típico da arquitetura peculiar de Curitiba que se desejava ressaltar. Da mesma maneira, a antiga Igreja do Rosário, demolida em 1931 e reedificada sobre a

---

<sup>57</sup> Antigo Paço Municipal, a alteração de sua denominação obrigatória para Paço da Liberdade fora instituída sob a Lei Municipal nº 2 de 03 de fevereiro de 1948.

<sup>58</sup> Inscritos no Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 26 de Janeiro de 1966. Dados da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, disponível em <www.patrimoniocultural.pr.gov.br>.

mesma implantação mas em estilo barroco em 1946, fora considerada uma unidade "neutra". O barroco, na época em que a Igreja fora demolida, ganhava representatividade e significância nacional com a descoberta e exaltação do antigo barroco encontrado em Minas Gerais, assim como o neo-gótico do final do século XIX, tornar-se-ia o estilo predominante da arquitetura e arte sacras.

Dentro do conjunto arquitetônico do Setor Histórico, o Plano de Revitalização ainda empreende uma classificação estilística em duas categorias: construções antigas e construções novas. As primeiras seriam as representadas pelo "vocabulário arquitetônico colonial, neo-clássico, neo-gótico, eclético ou *art-nouveau*". As segundas representariam simplificadaamente as construções posteriores ao estilo eclético. Segundo dados contidos no Plano, as construções antigas correspondiam a 60,6% da área pesquisada, concentrando-se principalmente no eixo central do Setor conformado pelas ruas Jaime Reis, Claudino dos Santos e São Francisco. As construções novas predominavam na paisagem da rua Riachuelo (à direita no mapa - Figura 05).

Após a análise do conjunto arquitetônico presente, o Plano de Revitalização esboça uma classificação e nomenclatura específicas destinadas à preservação das unidades mais representativas, bem como de sua vizinhança imediata – resguardando o conjunto que as circunscreve – e a "utilização adequada destas edificações", de modo a se constituírem em pontos de referência para a história da cidade. As unidades foram assim nomeadas:

a. unidades-monumento: compreendem os edifícios de grande valor histórico, cuja preservação justificaria um tombamento como Patrimônio Histórico do Estado do Paraná. Esta medida seria primordial para a efetivação do Plano;

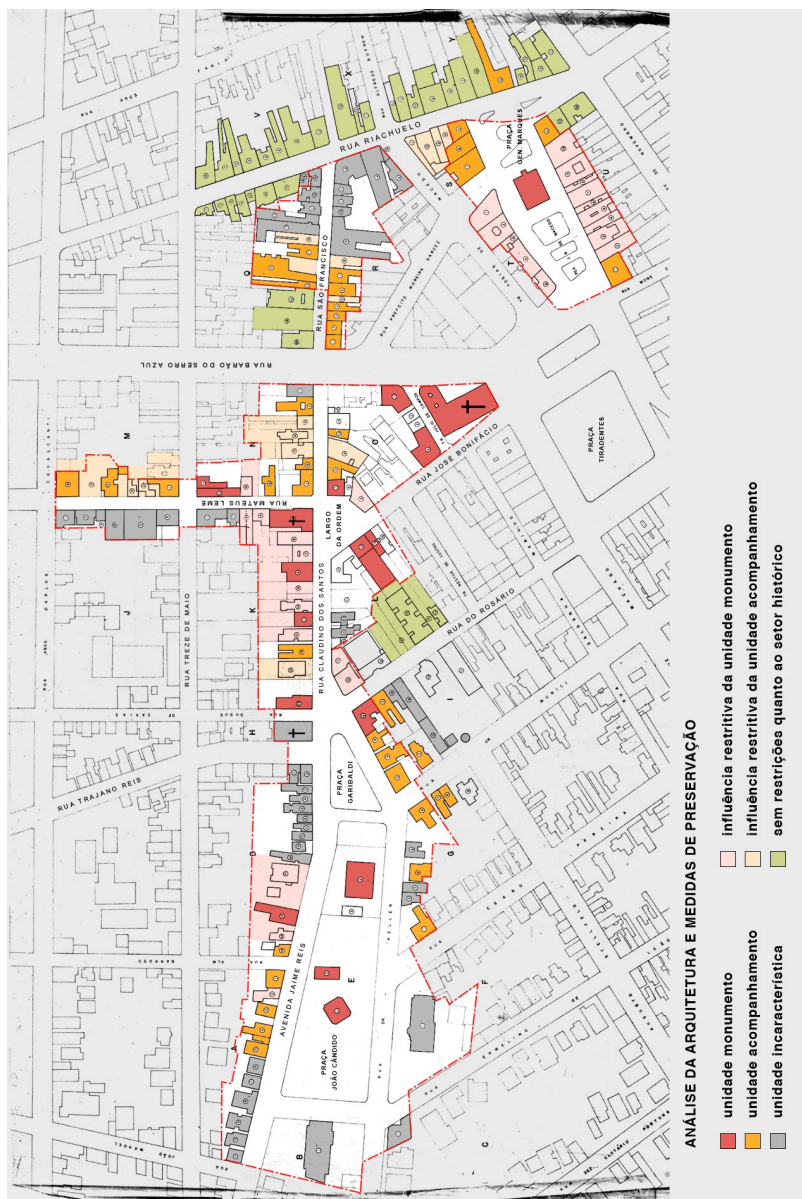
b. unidades de acompanhamento: compreendem as edificações que, apesar de não se sobressaírem como "monumento", deveriam ser mantidas para garantir a integridade do conjunto;

c. unidades características: compreendem as edificações ou conjunto de edificações destituídos de valor arquitetônico, cujo seu desaparecimento seria até mesmo desejável para a renovação e constituição do Setor Histórico<sup>59</sup>.

Para as unidades monumento e unidades de acompanhamento determinou-se uma "Área de Influência Restritiva", a qual abrangia os terrenos localizados nas proximidades dessas unidades e impunha limites às suas utilizações e novas edificações. Conforme o mapa a seguir, contido no Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba:

---

<sup>59</sup> IPPUC, op. cit.: pág.30.



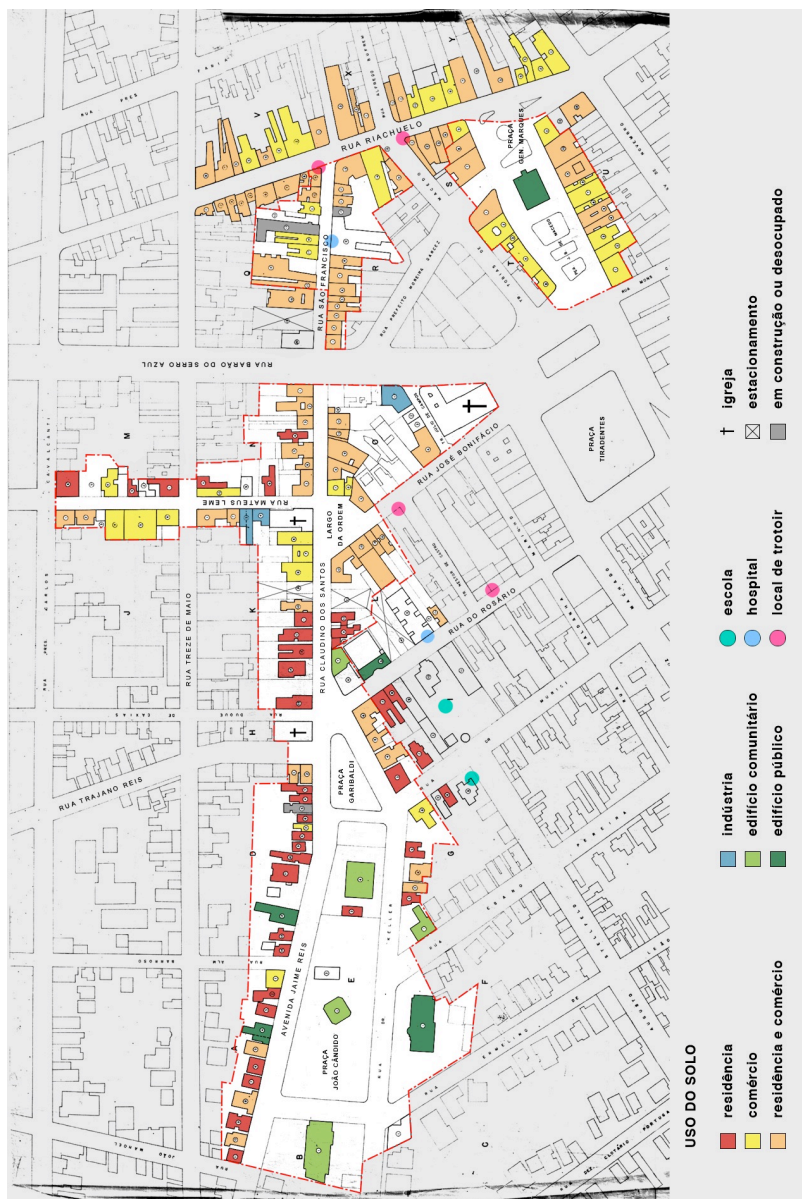
**Figura 06.** Mapa de Análise da Arquitetura e Medidas de Preservação.

*Fonte:* Reelaborado pela autora e confeccionado por Henrique Martins (2012) sobre mapa-base do Plano de Revitalização do Setor Histórico: IPPUC, 1970.

As unidades-monumento abarcariam a grande maioria das unidades consideradas de 1º grau, algumas de 2º grau e algumas "unidades alteradas". A Catedral, por exemplo, mesmo considerada de "menor importância como expressão arquitetônica", era indiscutivelmente um ponto referencial na paisagem e na vida da cidade. A Igreja da Ordem e a "casa de pedra" também receberam o predicado de "monumentos", salientando seus valores históricos e arquitetônicos e, esta última, ainda com traços visivelmente coloniais. As unidades de acompanhamento foram, em sua maioria, destinadas àquelas consideradas "neutras" para o conjunto arquitetônico do espaço urbano ou, como no caso da Praça Generoso Marques, serviriam para compor a imediação paisagística da unidade monumento, no caso, o Paço da Liberdade. Como instrumentos que possibilitariam a execução das medidas de preservação foram propostos o tombamento das edificações pela DPHA do Paraná e incentivos fiscais aos proprietários dos imóveis, como isenção de certos impostos para garantir o uso adequado do imóvel e financiamento para restauro das edificações.

No decorrer das páginas do Plano de Revitalização, foi dado sempre muita ênfase aos usos das edificações. Os técnicos salientaram a predominância de "usos inadequados" dos edifícios diante da importância destes como patrimônio do município, atribuindo a este fato o estado de abandono e deterioração das unidades e a decadência deste espaço urbano. Na análise de uso e ocupação do solo enfatizou-se "a presença de muitos pontos de *trottoir*" e constatou-se que provavelmente seria "uma das razões da ausência de um comércio de padrão mais alto". O que os técnicos certamente constataram foi que uma transformação no uso das edificações resultaria, certamente, em uma mudança no caráter social quanto a utilização e apropriação do espaço urbano, e vice-versa, culminando em uma renovação progressiva sócio-espacial da área.

O mapeamento de uso do solo da área estudada, integrante do Plano de Revitalização, resultou, em suma, na seguinte estatística: 21,4% de uso residencial; 22,5% de uso comercial e; 42,8% de uso misto (comércio e residência), além da presença de indústrias, edifícios públicos e comunitários, igrejas, escolas e hospital. De acordo com o mapa:



**Figura 07.** Mapa de Uso do Solo do Setor Histórico de Curitiba

*Fonte:* Reelaborado pela autora e confeccionado por Henrique Martins (2012) sobre mapa-base do Plano de Revitalização do Setor Histórico: IPPUC, 1970.

Na sequência, concluiu-se "que esta área, apesar da proximidade do Centro Comercial da cidade, não tem no comércio seu uso predominante. A maior parte de suas edificações são de uso misto (comércio no térreo e residência nos andares superiores), o que reflete a persistência do esquema tradicional dessa área"<sup>60</sup>. De fato, o espaço urbano fora consolidado com estas características que provinham desde o final do século XIX e adentraram o século XX.

No momento da elaboração do Plano, algumas utilizações das edificações mais significativas foram expostas e outras podem ser visualizadas pelas fotografias contidas. De acordo com o documento encontravam-se nas unidades do Setor Histórico: "hotel de baixa categoria", no sobrado localizado na esquina das ruas Mateus Leme e 13 de Maio; "livraria, sapataria e atelier de pintura de cartazes de propaganda", ocupando simultaneamente o pavimento térreo do sobrado localizado na Praça Garibaldi e esquina das ruas do Rosário e Claudino dos Santos – seus andares superiores comportavam uso residencial, mas teriam sido subdivididos para abrigar diversas famílias; "armazém, quitanda e açougue" funcionavam na casa térrea colonial, a qual também recebera um edifício anexo onde funcionava uma peixaria; pequenos mercados e mercearias conformavam o entorno do futuro Museu Paranaense, o Paço da Liberdade; no edifício localizado no eixo da Praça Garibaldi funcionava, desde seu estabelecimento, a Sociedade Garibaldi – construída e fundada por imigrantes italianos, fomentava encontros e mantinha a tradição trazida da Itália; o *Belvedere*, edifício de propriedade do Estado do Paraná e tombado pela DPHA, fora cedido para uso da União Cívica Feminina em 1962. Nas ruas, através de documentos iconográficos<sup>61</sup>, notamos que nas calçadas estreitavam-se os pedestres entre os carros que circulavam e as edificações. Na convergência das ruas Claudino dos Santos, Mateus Leme e Jaime Reis, o Largo da Ordem transformara-se em um largo estacionamento de veículos. No mesmo Largo, antigo adro da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, tem-se indícios de que até a década de 50 era utilizado por agricultores descendentes dos antigos colonos imigrantes para vender suas produções no centro da cidade, pois deslocados da Praça Tiradentes desde sua transformação em local de passeios nas primeiras décadas do século XX, esses comerciantes e suas carroças passaram então a ocupar o Largo da Ordem, sendo o único local no centro onde os animais podiam repousar e matar a sede no bebedouro que ali fora construído para atender essa função.

---

<sup>60</sup> Ibidem.: pág.26.

<sup>61</sup> Consulta ao acervo histórico da Casa da Memória de Curitiba.



Diante dos estudos, levantamentos e constatações, novos usos foram propostos e permearam as medidas urbanísticas de zoneamento e medidas turísticas que deveriam ser empreendidas no local. De maneira geral, as medidas urbanísticas compreenderam diretrizes de zoneamento, sistema viário e ambientação.

Como principais proposições para uso do solo urbano, o plano previa concentrar atividades culturais e comerciais que fossem atraentes à atividade turística. Alguns usos que já se observavam no local foram mantidos nas diretrizes, como: moradias, comércio varejista e edifícios de culto; e uma série de outros adicionados, tais como: entidades culturais (museus, casas de cultura, bibliotecas), escritórios e consultórios, ateliers de artes plásticas e oficinas de artesanatos, galerias de arte, restaurantes, cinemas e teatros, boates e floriculturas, constituindo as "atividades adequadas" para o local. Para as entidades culturais previu-se imediatamente suas localizações nas unidades-monumento.

As propostas viárias para o Setor Histórico integrariam as diretrizes básicas do sistema viário contidas no Plano Diretor enquadrando-se nas propostas para o centro da cidade, que priorizavam o trânsito exclusivo de pedestres. A Avenida Cândido de Abreu, que fora exaltada no Plano Agache para a constituição de um eixo do poder, atravessava perpendicularmente a Rua São Francisco provocando uma descontinuidade espacial e visual do conjunto histórico delimitado. Assim, o Setor Histórico já seria concebido seccionado, mas pretendia se esquivar de uma nova diretriz do Plano Diretor, a qual previa o desvio da via para o sentido sudoeste, com o objetivo de consolidar a ligação entre as partes norte e sul da cidade. O Plano de Revitalização enfatizava a necessidade de mudança desta diretriz e, para isso, propôs que a via, chamada estrutural norte, passasse sob a rua José Bonifácio a fim de resguardar parte de sua malha urbana com a ligação entre a Praça Tiradentes e o Largo Coronel Enéas (ver Figura 08).

A Praça Tiradentes, antiga Praça da Matriz, Largo Dom Pedro II, espaço primordial da apropriação física e simbólica da cidade, e que fora excluída da poligonal do Setor Histórico, fora, entretanto, inserida nas diretrizes ambientais. Nestas diretrizes, foram previstos o remanejamento de Praças e Largos, calçamento e a introdução de mobiliário urbano característico. Uma das primeiras medidas consideradas era a substituição da publicidade sobre os edifícios comerciais ali instalados por uma que não prejudicasse a leitura das feições arquitetônicas das obras. Em relação ao mobiliário urbano, o Plano constata sua ausência e propõe que fossem relocadas antigas estruturas de outras partes da cidade, como postes e caixas de correio, que estavam sendo substituídas por outras mais modernas.



Como enfatizado, a preservação da arquitetura e a requalificação do ambiente urbano somente seriam valorizados a partir da renovação do uso e apropriação do espaço. Para isso, as medidas turísticas complementavam e sustentavam as anteriores. As proposições para o uso do solo bem como as diretrizes para a ambientação, justificam-se também como medidas turísticas para a qualificação do setor como um centro turístico e cultural. Sob a alegação de que "para uma cidade da importância de Curitiba, inclusive como ponto de passagem das correntes turísticas, é inaceitável o pequeno número de museus (quatro) em funcionamento", museus que enfatizassem a história da Cidade e a formação de seu povo foram propostos para integrarem as atividades locais, além de um Museu de Arte Sacra. Um comércio "adequado" reforçaria a atividade turística como estrutura de apoio das designadas entidades culturais (museus, casas de cultura e bibliotecas): restaurantes típicos da culinária referente aos países de origem dos povoadores de Curitiba, lojas de *souvenirs*, galerias de arte, lojas de antiguidades, pavilhão de exposições e feira a céu aberto são alguns exemplos do conjunto de atividades que se pretendia empreender no local. O Plano propunha especificamente para o espaço que compreende o Largo Coronel Enéas (Largo da Ordem) sua transformação em uma Praça de Exposições e Espetáculos. Sugere que uma feira de artesanatos que acontecia todos os sábados em outra localidade fosse transferida ao Largo, pois já havia se firmado como uma atração permanente. A feira fora vista como uma possibilidade de incentivar e valorizar a produção do artesanato local além de consistir em uma atividade compatível com a atividade turística, constituindo um empreendimento de caráter turístico e cultural, e também econômico e social. O mapa a seguir, presente no Plano de Revitalização do Setor Histórico, localiza as medidas turística a serem empreendidas no local e as principais diretrizes de uso do então considerado Patrimônio Histórico de Curitiba:



Dar distinção e projeção ao Setor, enfatizando seu caráter histórico e restabelecendo sua centralidade sobre nova base, a turístico-cultural, constituiriam as preocupações e prioridades dos planejadores para a (re)construção deste espaço urbano. Um cenário deveria ser erguido, quase lúdico, representando um passado e reescrevendo tortuosamente um "documento histórico" com vistas à sua preservação e transmissão futura.

As proposições desse projeto atingem apenas os exteriores compreendidos como os aspectos visíveis pelo homem que percorre a área. Não deixa, por isso, de ser uma composição cenográfica. O Largo Coronel Enéas é o centro desse cenário. A preocupação em livrar a área dos aspectos virtualmente desagradáveis levou-nos à "camuflagem de certas fachadas, elevando muros ou dando-lhes uma cor mais recatada. Em certas construções de avantajado tamanhos, mas destituídas de talento somente um *make-up* a base de vegetação evita seu prejuízo ao conjunto. Evitamos sempre que pudemos a "cirurgia plástica", só pensando-a para os casos considerados mais desesperadores (Cyro Correa Lyra, 1971).<sup>62</sup>

Na mesma ocasião em que o arquiteto Cyro Correa Lyra, coordenador do Plano de Revitalização do Setor Histórico, expressava publicamente sua projeção para o novo espaço urbano, o arquiteto Jaime Lerner, que impulsionara os estudos para esta área, assinava em 05 de Agosto de 1971, já como prefeito de Curitiba, o decreto nº 1.160 que criava e delimitava o Setor Histórico de Curitiba, em pleno acordo com o Plano finalizado para o Setor. *"Os Prédios que são peças de museu: ninguém pode demolí-los ou reformá-los sem, antes, consultar a Prefeitura. É de lei"*, assim anunciava a notícia que publicara a instituição do Setor Histórico de Curitiba e, já assimilando as propostas para o Setor, o representava como sendo "as diversas ruas que circundam o Largo da Ordem".<sup>63</sup>

De um ponto de vista temporal, podemos compreender a instituição do Setor Histórico de Curitiba como um "trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado", como

---

<sup>62</sup> VOZ DO PARANÁ. Os Prédios que são peças de museu. Curitiba, 21 de agosto de 1971.

<sup>63</sup> Ibidem.

coloca em termos gerais Antônio Arantes (1984)<sup>64</sup> diante da prática de preservação de estruturas arquitetônicas. Este "trabalho", entretanto, realizado na contemporaneidade dos fatos, consiste em uma interpretação do passado a partir do presente e que resulta, a nosso ver, na (re)construção de um espaço pela atualização de seu ambiente físico e o desenvolvimento de novos usos e atividades urbanas, de acordo com as projeções para o Setor Histórico. Como concepção arquitetônica, sobre princípios manifestos estéticos, o projeto ainda prezava pela constituição de uma leitura uniforme da paisagem em busca de uma representação simultânea do passado e do presente, salientando e escondendo elementos para compor sua estrutura legível, subtraindo, de quando em vez, fragmentos temporais no processo de transformação sócio-espacial a fim de fixar-se em um tempo, preservar, e garantir sua continuidade. Transitaria dessa forma, quase atemporal, entre o passado e o porvir.

A evolução histórica de Curitiba, atravessando seu processo de crescimento, formação e estabelecimento de um pensamento urbanístico, nos mostra que os espaços da cidade são construídos e reconstruídos em um complexo sistema de representações e relações entre os diversos agentes sociais que participam, ativamente, das concepções que antecedem e sucedem a organização do espaço físico. Primordialmente como dispositivo de ordem e disciplina, o planejamento urbano também se tornara um instrumento para a representação de uma visão de mundo em que à organização física dos espaços procederam um conjunto de valores e um pressuposto acerca também do espaço social que se desejava constituir. Da cidade ao seu centro, tornara-se este o produto visível e inteligível da sobreposição, material e simbólica, dos anseios dos grupos sociais que constantemente o reconstruíram. Junto ao seu predicado de histórico, parte do centro da cidade receberia gradativamente novas atribuições de valor e concepções de uso, comunicando, por intermédio da constituição de uma indumentária patrimonial representativa, os valores que se desejava preservar e transmitir. O Patrimônio de pedra e cal, seria assim, em sua essência, instituído no município pela atribuição do valor histórico e artístico. Simbolizaria no espaço da cidade o documento material da sobreposição de diferentes usos, valores e significados constituídos que perpassaram o tempo e o processo de crescimento urbano. Comporia, em seu conjunto, uma paisagem que idealizava ser cenário de novos usos e novas práticas sociais urbanas. Representaria, no espaço, a interface material para a constituição de novos valores e novos ideais.

---

<sup>64</sup> ARANTES, Antônio Augusto. Prefácio. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). Produzindo o Passado: estratégias para a construção do Patrimônio Cultural. Brasiliense: São Paulo, 1984.



### **3 A CONSTITUIÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA**

### 3.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO NO BRASIL: DA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

Somos na medida em que nos lembramos.  
Gonçalves, 2002.<sup>65</sup>

A partir da apresentação e análise do Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba, entendemos que os critérios empregados na seleção dos bens patrimoniais do município podem ser interpretados como uma tentativa de engendrar, sobre princípios materiais e estéticos, a construção de uma história, tradição e identidade locais. Construção, esta, que se confunde e se entrelaça com a própria definição de Patrimônio.

Segundo Gonçalves (2002), determinados bens materiais, quando colecionados, têm por finalidade sublinhar características distintivas que os demarcam subjetivamente. Dessa forma, o patrimônio se insere, ainda de acordo com o autor, como uma categoria simbólica capaz de representar, através de objetos materiais, denotações abstratas de caráter, identidade, "espírito e vontade", afirmando-se como "extensões morais e simbólicas de seus proprietários, sejam estes indivíduos ou coletividades". Ainda por este viés, o Patrimônio carrega em seu significado a idéia de propriedade. Uma propriedade colecionada e construída através de uma ação realizada a longo prazo que atravessa o tempo e adquire cada vez mais o significado de legado ou herança, preponderando sobre si mais que um vínculo material, um vínculo afetivo com os antepassados e que se torna capaz de transmitir, no perpassar de gerações, valores e modos de vida relacionados diretamente com a noção de tradição.

Partindo destas considerações, atribui-se à emergência do Patrimônio Histórico, sua instituição e prática de preservação, o olhar convergente e objetivo do presente em direção ao passado com o intuito de criar, formar e estabelecer uma unidade visível e inteligível em torno das categorias abstratas de identidade, tradição e cultura. Atribui-se ainda ao início desta prática a estreita relação com a formação dos Estados Nacionais modernos, que se utilizaram deste recurso para estabelecerem uma subjetividade coletiva calcada na idéia de *nação* enquanto portadora e unificadora de determinada identidade, tradição e cultura.

---

<sup>65</sup> GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Monumentalidade e Cotidiano: os Patrimônios Culturais como gênero de discurso, 2002. In: GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônio. Coleção Museu, Memória e Cidadania: Rio de Janeiro, 2007.

### 3.1.1 Construindo a Nação: um Olhar do Presente em direção ao Passado

No Brasil, pode-se dizer que os primeiros esboços acerca da constituição de bens patrimoniais se deram em princípios da década de 1920 a partir de movimentos oposicionistas aos modelos político e cultural vigentes da então Primeira República. Segundo Fonseca (2009)<sup>66</sup>, tanto na esfera política como na cultural, os insurgidos movimentos provocaram a perda progressiva da legitimidade do regime e foram capazes de mobilizar a opinião pública para a idéia de mudança. No âmbito cultural, ao movimento modernista consagrado pela Semana de Arte Moderna de 1922, convergiram intelectuais das artes plásticas, literatura e arquitetura, os quais voltaram suas atenções ao rompimento dos gostos europeizados artísticos e culturais burgueses e passaram a buscar, vasculhando o passado e valorizando traços primitivos da nossa cultura, um sentido de brasilidade. Na produção arquitetônica contemporânea, a criação do estilo neo-colonial representou a primeira reação aos ideais burgueses da Primeira República que incorporaram nas paisagens urbanas a mescla historicista da burguesia européia em suas edificações em estilo eclético e, ainda, como observa Fonseca (2009), reclamaria o desconhecimento e mesmo a desvalorização da tradição construtiva vinda da colônia. A partir do debate incitado pelos meios intelectuais tem-se as primeiras iniciativas do poder público para a proteção destes bens considerados representativos da tradição e identidade nacionais. No âmbito federal, por exemplo, as primeiras iniciativas de assegurar o patrimônio da nação deram-se por meio dos museus nacionais e, notadamente, com a elevação da cidade de Ouro Preto à categoria de monumento nacional, em 1933, sintetizando, simbolicamente e materialmente, a autenticidade da tradição brasileira. Tanto o meio cultural quanto o político engajaram-se na reelaboração do passado para consolidar uma idéia unificadora de tradição e identidade essencialmente brasileiras e, não obstante, para concretizar um projeto de mudança.

A convergência do ideário modernista e os interesses do Estado culminariam na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) já em 1936 e, posteriormente, na instituição de uma categoria jurídica própria relativa à proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sob o Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Segundo Fonseca (2009), a criação do SPHAN fora resultante de dois

---

<sup>66</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. 3 Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.



fatores que marcaram a conjuntura cultural e política nacional na época: o movimento modernista e a instauração do Estado Novo, em 1937.

A década de 30, no âmbito político, seria marcada pelo rompimento definitivo com o sistema instaurado pela velha República proporcionado pela Revolução de 30 e pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Como descrito no primeiro capítulo desta dissertação, Getúlio Vargas destituiria a autonomia de estados e municípios e centralizaria o poder como mecanismo para constituir uma unidade nacional, uma nação por assim dizer, entendida como uma sociedade politicamente organizada, dotada de unidade e coerência cultural e territorial. Para a consecução de seu objetivo político unificador, recorreria, assim como os modernistas, à busca e formação da tradição e da identidade nacional, mas como um dispositivo de exaltação nacionalista e coesão sócio-cultural, internalizada e bem definida dentro dos limites do território nacional. Foi a partir da década de 30, portanto, que os intelectuais ligados ao movimento modernista se sobressaíram e receberam grande apoio do Estado, assumindo cargos e posições públicas no governo. Entre as recém criadas instâncias governamentais destaca-se o Ministério da Educação e Saúde como proeminente para o cumprimento do ideário nacionalista e propulsor do ideário modernista. A convite do ministro Gustavo Capanema o autor de *Macunaíma*, o vanguardista Mário de Andrade, elabora um anteprojeto para a institucionalização oficial do Patrimônio Nacional, o que, por sua vez, daria origem ao próprio SPHAN e ao decreto nº 25. O SPHAN passaria a atuar dentro do Ministério da Educação e Saúde mas com plena autonomia, funcionaria efetivamente, de acordo com Fonseca (2009), "como um espaço privilegiado, dentro do Estado, para a concretização de um projeto modernista".

Em torno da nação, ressalta Leite (2007)<sup>67</sup>, o desafio primordial era construir uma complexa síntese cultural que conferisse sentido às diferenças e desigualdades que lhe eram constitutivas. O anteprojeto de Mário de Andrade preconizava, de forma abrangente, a construção de um patrimônio cultural nacional capaz de agregar as distintas manifestações e expressões que considerava genuinamente brasileiras, de populares à eruditas. A partir de suas concepções de arte, Mario de Andrade conceituou a questão do patrimônio e os valores que lhe seriam atribuídos, destinando a competência da escolha e estabelecimento de bens patrimoniais aos instrumentos disciplinares e às instancias especializadas

---

<sup>67</sup> LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da Cidade: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea*. 2 Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracajú, SE: Editora UFS, 2007.

restritas aos círculos intelectuais (FONSECA, 2009). Ou seja, a atribuição dos valores pertinentes ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional restringia-se ao saber erudito e especializado de intelectuais encarregados aos quais creditava Mário de Andrade a função social de mediadores entre os interesses populares e o Estado. Acreditava que era função do Estado a formação e difusão de valores que, visivelmente representados, estariam democratizando a cultura e despertando na população um sentimento de pertencimento à nação.

No entanto, do projeto à prática, a autonomia que caracterizaria a atuação do órgão dentro do Estado estaria sempre subjugada à fatores políticos, econômicos e sociais que detiveram, em partes, o projeto mais amplo de construção patrimonial da nação para se adequar à proteção de determinados bens fundamentados em critérios que fossem juridicamente defensáveis e socialmente aceitáveis. É neste momento que se sobressaiu a figura política de Rodrigo Melo Franco de Andrade que, transitando entre as idéias de Mário de Andrade e a complexidade da conjuntura política brasileira, elaborou o decreto-lei nº 25 garantindo os meios legais para a atuação do recém instituído SPHAN. Ao elaborar o decreto nº 25 e assumir a diretoria do órgão competente, Rodrigo Melo Franco de Andrade compromete-se a assegurar a proteção legal dos bens apoiando-se na normativa instituída e, como já foi dito, em critérios que garantissem sua aceitação social. A atribuição do "excepcional valor" à determinados bens imóveis, como concebia o decreto, e a prática do tombamento, sintetizariam as ações do SPHAN e caracterizariam a própria noção de patrimônio cultural.

A prática do tombamento, por exemplo, surgia como uma alternativa para a proteção de bens que respeitava o direito individual à propriedade e ao mesmo tempo compartilhava o interesse público que envolvia sua salvaguarda. Mais questionável, portanto, era a excepcionalidade atribuída para justificar o tombamento de determinados bens. O conceito pouco esclarecido de "excepcional valor" contido no decreto-lei seria realizado caso a caso e destinado à competência exclusiva do órgão federal. Embasado pela atribuição do valor histórico e artístico – considerados valores universais, pregados pelo CIAM e presentes na trajetória de preservação patrimonial em países europeus, por meio de obras consagradas e convertidas em parâmetros estéticos – o caráter excepcional de determinados bens viria para distinguir ou destacar os referentes diretos da identidade nacional. Sobressaindo-se aos valores universais estaria, portanto, o valor das obras produzidas no Brasil de autoria daqueles que povoaram nosso território. Ditas as bases, as ações do órgão federal predominariam na salvaguarda, ou melhor, no tombamento, dos traços remanescentes do Brasil colonial. Incidiriam principalmente nos

bens arquitetônicos sob a alegação de que seriam mais suscetíveis à investigação criteriosa e preservariam, sem precedentes, a arquitetura religiosa como um bem de todos pelo amplo alcance de um consenso social em torno de suas ações.

O colecionamento de bens em Pedra e Cal, como fora predicado o Patrimônio Cultural brasileiro, refere-se justamente à trajetória de atuação do órgão federal que manteve sua orientação calcada na preservação da arquitetura civil e religiosa de nossa época colonial. Sobre a materialidade do excepcional valor artístico, fora esculpida e representada a herança da moderna tradição brasileira.

Desde a criação do SPHAN, o percurso oficial nos mostra que o patrimônio instituído, preservado, cristaliza-se sintetizando e comunicando subjetividades coletivas como representação de uma estimativa cultural, a qual ressoam valores e significados sociais de identidade, cultura e tradição. Neste sentido, afirma Leite (2007) que "as políticas de patrimônio têm uma pretensão também ontológica para a vida social, quando selecionam e destacam certos bens culturais que seriam representativos de uma tradição nacional capaz de manter os vínculos comunitários da vida em sociedade"<sup>68</sup>. Como dispositivo de integração sócio-cultural, portanto, à imagem e semelhança de uma idéia de nação, como vimos, os referentes culturais materializados também articulariam, por intermédio dos sentidos atribuídos de identidade e pertencimento, o estabelecimento de nexos entre sociedade e território.

### 3.1.2 Um outro Olhar do presente em direção ao Passado

Dando continuidade ao processo histórico da construção do patrimônio nacional, a idéia de nação consolidada a partir de referentes de sua história internalizada, apoiada e resguardada na memória de suas origens e vinculada sócio-espacialmente a partir da tradição herdada seria, porém, contestada no período pós-Estado Novo. Este período caracterizou-se, além da reestruturação do regime democrático, pelo fortalecimento e consolidação de uma economia industrial e o incentivo para a entrada de capital estrangeiro, em suma, pela implementação do desenvolvimentismo nacional. O nacionalismo, outrora localizado junto à tradição e identidade, seria atrelado aos novos valores de desenvolvimento e modernização.

---

<sup>68</sup> LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da Cidade: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea*. 2 Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracajú, SE: Editora UFS, 2007.

Nas décadas de 1950 e 1960, frente ao ritmo acelerado da industrialização e urbanização, a política preservacionista do SPHAN caminhava em sentido contrário ao ideário desenvolvimentista que se instaurara. O impasse com o SPHAN fora que sua política própria se mantinha ainda sob suas bases originais de proteção do patrimônio nacional, sendo revistas em meados da década de 60 e reestruturadas somente após a saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1967. Perdida sua credibilidade junto ao Estado, o SPHAN deveria buscar novas alternativas de atuação. A partir de 1965 recorreria então à UNESCO para reformular sua política com vistas a compatibilizar os interesses da preservação ao regime vigente de desenvolvimento nacional (FONSECA, 2009). Em consonância com as recomendações da UNESCO, o SPHAN passou a orientar suas ações, a princípio de forma discursiva, para tentar demonstrar que a preservação de bens patrimoniais poderia caminhar no mesmo sentido e de forma compatível e complementar com o desenvolvimento. O caminho a ser trilhado a fim de assegurar a preservação patrimonial no novo contexto brasileiro consistia na atribuição de uma nova função aos bens através da aquisição de uma nova espécie de valor que, junto ao valor cultural, histórico e artístico, logo se sobressairia e se constituiria num chamariz para a preservação do patrimônio cultural: o valor econômico.

### 3.1.2.1 Recomendações Internacionais

As recomendações internacionais contribuiriam também para modificar e ampliar as próprias concepções de patrimônio cultural dentro do órgão federal. Em 1962, pela Recomendação de Paris, a UNESCO já alertava para a preservação de sítios de interesse histórico e paisagístico, sejam urbanos ou rurais, em caráter de urgência, especialmente para as regiões e cidades em vias de desenvolvimento acelerado. Recomendava que a preservação se estendesse a todo o território do Estado e fosse feita por intermédio do estabelecimento de zonas de proteção e pela inserção de instrumentos de restrição que garantissem a salvaguarda destas zonas nos planos de urbanização e nas políticas de planejamento mais amplas para estados e regiões.

Incidindo na concepção de patrimônio cultural, a Carta de Veneza de 1964, ampliava o conceito de Monumento Histórico de "criações arquitetônicas isoladas" para "sítios", urbanos ou rurais. Ampliava, a partir da noção de Monumento Histórico, não somente o contexto físico da memória, mas também agregava, como Monumento, as obras modestas, entendidas como artefatos socialmente construídos que se tornaram referentes culturais próprios de um núcleo social a partir da significação adquirida, ou construída, no perpassar do tempo.

A discussão internacional lançaria as bases para as posteriores atividades do SPHAN, que se concentrariam na instituição e preservação de sítios urbanos a partir da década de 70, já sob a designação de IPHAN e o comando do arquiteto Renato Soeiro. O IPHAN, porém, somente conseguiria conciliar sua política de preservação com os interesses do Estado a partir das recomendações advindas de um contexto político e econômico predominantemente latino-americano, semelhante ao do Brasil, consagradas pelas Normas de Quito em 1967. Incorporando partes das recomendações internacionais citadas de salvaguarda de monumentos e sítios históricos, as recomendações de Quito consideravam, entre outras coisas, que "a idéia de espaço é inseparável do conceito de monumento". Deveria o Estado, por conta disso, estender também sua tutela às cidades, instituindo o bem patrimonial ao ambiente que o emoldura, de acordo com as normas. Aos espaços urbanos, portanto, onde se poderia reconhecer os "núcleos ou conjuntos monumentais", recomendava que as medidas de proteção fossem estabelecidas por meios jurídicos que, por sua vez, acabariam por definir os limites da zona de preservação, seu entorno imediato e a relação com suas adjacências, estabelecendo uma hierarquia de zonas de proteção. Designava ainda ao Estado a incumbência da instituição de monumentos nacionais através da identificação, inventário e registros oficiais e a submissão destes à legislação própria, bem como destiná-los a cumprir sua função social "intrínseca". Inseridos no âmbito nacional, considerava-se que as medidas de preservação dos monumentos instituídos não só teriam como também deveriam manter estreitas relações com os planos de desenvolvimento, partindo do pressuposto que os monumentos de interesse histórico e cultural também poderiam constituir fontes de recursos econômicos. A atribuição de valor aos bens patrimoniais abarcaria, a partir destas recomendações, função e sentido duplos: sócio-cultural e econômico. Seria um processo, portanto, de *revalorização*, que considerava enriquecer, valorizar ainda mais, o sentido histórico, artístico e cultural dos bens nacionais, contribuindo simultaneamente com o desenvolvimento econômico e cultural da nação. Neste sentido, as Normas recomendavam que a revalorização destes bens deveria partir de uma utilização adequada, implicando em "iniciativas e esforços de caráter cultural e econômico-turísticos".

### 3.1.2.2 Revalorização do Patrimônio Nacional

As considerações e recomendações expressas nas Normas de Quito seriam estritamente compatíveis com a política desenvolvimentista brasileira. Vale lembrar que a partir de 1964 o governo militar concentraria seus esforços em conduzir o desenvolvimento nacional através de uma

política que engajava o desenvolvimento integrado de estados e municípios. Nesta época, o Ministério do Interior já intervinha diretamente nas políticas municipais através do SERFHAU, incentivando e financiando a elaboração e execução de planos diretores de desenvolvimento. A partir da década de 70, o Ministério da Educação e Cultura, sob influência das recomendações de Quito e por intermédio do IPHAN, inicia um Plano de Ação Cultural que visava, entre outras medidas, dividir a responsabilidade direta pela preservação do patrimônio nacional com os governos estaduais e, indiretamente, com os governos municipais, beneficiando economicamente municípios, estados e nação. As primeiras iniciativas deram-se com os Encontros dos Governadores em 1970 e novamente em 1971, originando respectivamente o Compromisso de Brasília e o Compromisso de Salvador. No encontro de Brasília (1970), destaca-se a recomendação em caráter de urgência da ação de estados e municípios para suprir a necessidade de proteção de bens culturais de valor nacional, para isso, recomendava aos mesmos a preservação de bens que fossem representativos em termos regionais. No Encontro de Salvador (1971), as recomendações esboçadas no ano anterior adquiriram um caráter mais prático com o objetivo de possibilitar a implementação das políticas de preservação do patrimônio histórico em estados e municípios. Recomendava-se, em primeiro lugar, que fossem instituídas instâncias governamentais exclusivas no âmbito nacional e regional para tratarem especificamente da questão cultural, na forma de um Ministério da Cultura e, mais localizados, em Secretarias e Fundações estaduais de cultura. Como normativa, agregava o conceito de ambiência ao bem tombado e recomendava a criação de legislação complementar em estados e municípios que garantissem essa ampliação. Deveriam ser prioritários também o financiamento de planos diretores urbanos e regionais em localidades com grande concentração de bens de valor cultural. Com vistas à valorização e proteção destes bens, recomendava o acionamento de órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo para favorecer a preservação, a manutenção e a divulgação do patrimônio cultural.

### **3.1.3 Descentralização Política: nova Concepção de Patrimônio Nacional**

A nova orientação política de preservação patrimonial direcionava a descentralização das ações do órgão federal a partir do deslocamento da organização normativa e executiva do eixo da nação para estados e municípios. As ações posteriores do Estado viriam a consolidar esta descentralização e instituir, além do valor econômico ao patrimônio cultural, uma nova concepção de preservação que relacionava a categoria

patrimônio ao ambiente urbano: em um primeiro momento, com a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), em 1973 e, dois anos mais tarde, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). A partir do primeiro programa, conhecido como PCH, o IPHAN altera a perspectiva de salvaguarda do patrimônio vista até então desde o tombamento de monumentos isolados para abarcar a salvaguarda de conjuntos urbanos inteiros, submetendo-os às regulamentações da preservação patrimonial. Já o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), de 1975, possuía uma outra dimensão e viria oportunamente principiar uma nova concepção de patrimônio cultural nacional. Como observa Fonseca (2009), o patrimônio brasileiro, até o momento, ainda era cristalizado na formação de uma nacionalidade e se restringia às representações culturais luso-brasileiras de determinado período histórico, excluindo outros momentos relevantes da história brasileira e manifestações culturais mais recentes.

A proposta do CNRC, portanto, consistia em reavaliar e atualizar a noção de patrimônio cultural através de trabalhos de pesquisa, mapeamento e inventário da cultura brasileira, a fim de elucidar indicadores para a elaboração de um modelo de desenvolvimento adequado à complexidade cultural do país (FONSECA, 2009). Coordenado por Alísio Magalhães, o CNRC rompia com a antiga estrutura de pesquisa do SPHAN e dispunha de uma equipe multidisciplinar para auxiliar na busca de novas referências ao patrimônio cultural brasileiro. Os trabalhos desenvolvidos pelo Centro consistiram muito mais em captar e sistematizar as distintas manifestações culturais à selecionar objetos, materiais, como representantes cristalizados e sintéticos da cultura nacional. Por este viés, o CNRC descartava o conceito de tradição unicamente como um bem estático, representado por vias materiais e monumentais, e a entendia como um processo dinâmico, vivo, consagrada por sua manifestação no cotidiano das populações, constituindo um quadro cultural nacional muito mais calcado na valorização dos saberes e gêneros culturais do que propriamente em representações materiais de valor histórico. A descentralização política e conceitual da preservação do patrimônio cultural, possibilitada pelo PCH e pelo CNRC, daria os subsídios para a reformulação da atuação e da concepção patrimonial do próprio IPHAN. O patrimônio nacional passaria a considerar, desde então, as particularidades culturais regionais, ampliando a própria concepção de patrimônio pela alteração da representação da nação como uma unidade cultural.

### 3.1.3.1 O Patrimônio Ambiental Urbano

Do nacional ao local, a prática que deslocou o foco da construção da nação para o desenvolvimento das cidades atesta, simbolicamente, para a fragmentação da idéia de nação, antes atrelada à tradição e o valor excepcional da arquitetura colonial, para possibilitar a inserção de outros contextos históricos e expressões na construção do patrimônio cultural, fazendo emergir, conseqüentemente, novas construções de histórias, tradições e identidades culturais em contextos mais localizados e específicos, sob a égide patrimonial. Por outro lado, se antes, ao sentido da construção patrimonial agregava-se primordialmente o valor cultural da nação, este deslocamento político acionou o patrimônio com o objetivo explícito de desenvolvimento possibilitado pela revalorização – econômica – do bem cultural. Com um olhar objetivo do presente em direção ao passado, o Patrimônio também se consolidava, pela esfera política, como uma interface que representava os valores, anseios e ideais difundidos pelo desenvolvimentismo brasileiro. Acerca da reformulação da prática da preservação a partir dos anos 70, Antônio Arantes (2006)<sup>69</sup> afirma que "o patrimônio ganhou uma clara inflexão política (enquanto emblema de identidades diferenciadas) e ambiental (na medida em que foi associado à qualidade de vida)":

Agora, ele é reivindicado por amplos setores sociais, por seu valor econômico ou como recurso simbólico na construção de sentidos de lugar e desenvolvimento de produtos com valor cultural agregado, em um riquíssimo e freqüentemente conflituoso processo cultural de formação de tradições reinventadas (Arantes, A., 2000; 2006).

Diante desta perspectiva, nas cidades, antes destituídas de valor histórico no contexto nacional, despontaram representações de tradições, memórias e identidades amparadas pela construção patrimonial e, por intermédio da atribuição do sentido histórico, resignificariam e revalorizariam os seus contextos urbanos. É a partir da construção do Patrimônio Ambiental Urbano – como fora designada a prática que associa a preservação do patrimônio histórico à contextos urbanos – que parte dos centros das cidades se sobressairiam da malha urbana e se constituiriam potencialmente como espaços históricos. É neste contexto, portanto, que a

---

<sup>69</sup> ARANTES, Antônio Augusto. O Patrimônio Cultural e seus Usos: a Dimensão Urbana. Revista *Habitus*, Goiânia, v. 4, n° 1, págs. 425-435, janeiro/junho, 2006.



categoria patrimônio se localiza, em tempo e espaço, como uma interface material e simbólica que consagraria, além de bens patrimoniais representativos, um lugar.

Um lugar, entretanto, cuja inserção também permite refletir, nas palavras de Antônio Arantes (2006), sobre "os valores pelos quais os habitantes das cidades reconhecem nelas mais do que um simples pano de fundo, um cenário morto ao qual suas vidas seriam indiferentes", um lugar que também desvenda a cidade em "sua condição de artefato, de campo de forças sociais e de agregado de representações simbólicas", constituindo-se, dentro do contexto urbano, como uma estrutura representativa que transita pelos sentidos que envolvem o estabelecimento de relações entre o espaço construído e o espaço social.

### 3.2 O CONTEXTO URBANO DO PATRIMÔNIO

[...] não é muito fácil modificar as relações que se estabelecem entre as pedras e os homens.

Maurice Halbwachs, 2006.<sup>70</sup>

O Patrimônio instituído, em seus efeitos materiais e simbólicos, pressupõe sua atuação como estrutura cultural mediadora entre espaço físico e espaço social. Como vimos na trajetória brasileira, a articulação destas noções fora sempre um ato intencional, uma representação que teve como princípio a apreensão, a partir de um ponto de vista, de uma identidade, cultura e tradição históricas e como fim, a metonímica de sua objetificação. Como objeto do mundo social, entretanto, o patrimônio também se torna uma categoria analítica material e simbólica onde indicia sua qualidade de artefato socialmente construído, enquanto um produto e uma representação do contexto sócio-cultural que o originou e enquanto produtor e reprodutor de um sistema social, cultural e simbólico.

O patrimônio ambiental urbano, a partir do momento em que transforma fragmentos urbanos em fragmentos históricos, recupera não apenas uma história factual, mas também traços de uma história vivida e vestígios sócio-culturais. Por este viés patrimonial, em que um contexto urbano se torna histórico, sua acepção possibilita nos aproximarmos de dois conceitos distintos porém complementares: o de "memória coletiva", cunhado pelo sociólogo Maurice Halbwachs, e o de "lugar antropológico", posteriormente por Marc Augé. Ambos apóiam-se na compreensão do espaço construído como uma representação tangível do que se admite ser

---

<sup>70</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

intangível, a sociedade e seus anseios. Anseios, aspirações, práticas, que denotam a intencionalidade de moldar espacialmente uma ordem capaz de definir e singularizar a sociedade em torno de sua identidade e do estabelecimento de relações entre os sujeitos sociais. A organização do espaço físico seria, além de uma prática coletiva e individual, uma motivação para o estabelecimento das relações dos homens com o território, entre si e com os outros, ou seja, as diferentes coletividades buscam se distinguir umas das outras imprimindo na materialidade do espaço suas representações de si mesmas, uma visão de suas próprias identidades, tornando visíveis e inteligíveis, através do ato de simbolizar, categorias subjetivas e abstratas, de relação e identidade, consideradas imanentes a um mesmo grupo social, constituindo dessa forma seus próprios lugares.

Um "lugar antropológico" concebe Augé (1994)<sup>71</sup>, para qualificar este espaço físico que se constitui simultaneamente como "princípio de sentidos para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa". Em meio à cidade contemporânea, tais sentidos, os quais compartilhados pelo grupo social, conferem ao *lugar* o caráter de "identitário, relacional e histórico" – histórico, pois, "a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima", sustentando as práticas sociais na concretude de suas formas espaciais no perpassar do tempo. Caracterizam-se, portanto, os *lugares*, pela permanência de vestígios materiais, concretos, das práticas dos sujeitos sociais que continuamente traçaram e representaram suas especificidades relacionais e identitárias no espaço e que permitem "pensar a continuidade das gerações", tornando histórica sua realidade e assegurando um vínculo identitário com o passado.

Justamente na estabilidade, ou na permanência, do espaço construído pela representação de determinado grupo, onde Halbwachs (2006) concebe o contexto espacial como suporte prático e simbólico da existência, da manutenção e da continuidade do fenômeno social que chama de "memória coletiva". Para o autor, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial, como se o grupo confundisse sua vida à vida das coisas. O caráter imóvel e aparentemente inerte do espaço é na verdade o contingente físico da prática social que constantemente reconstrói o passado a partir de sua própria história vivida, garantindo, através do contato e interação cotidiana com o objeto material, a transmissão e manutenção dos laços, dos vínculos, que os une enquanto

---

<sup>71</sup> AUGÉ, Marc. Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

grupo social. Atuando por intermédio da lembrança, a materialidade do espaço que perdura no presente torna-se o meio pelo qual se pode retomar o passado e reconstruir a experiência vivida e representada pelos antepassados. Da mesma forma, o mesmo efeito que pressupõe a permanência do espaço sobre a continuidade da memória, sua mudança também condiz ao constante refazer das relações entre os sujeitos sociais no interior de um grupo e de sua própria identidade, alterando conseqüentemente sua própria memória, como uma experiência social compartilhada de um constante elaborar dos significados do passado.

Entre permanências e mudanças, podemos afirmar que uma estrutura espacial urbana se constitui como um produto histórico resultante de um contínuo refazer das relações e das identidades que permeiam o espaço social e da estreita relação, ou melhor, interação, que mantêm com o espaço físico que as envolve. Neste processo histórico interativo entre o tangível e o intangível, digamos, a construção e reconstrução de significações e sentidos torna-se o meio simbólico que fundamenta e conduz o estabelecimento de vínculos relacionais entre o espaço físico e o social. É neste processo, construído pelas relações que intercalam o espaço social, onde também se encontra e se entrelaça a prática da instituição e preservação do Patrimônio Histórico, articulando espaço, tempo e memória com os mesmos mecanismos simbólicos para consagrar também seu lugar. Lugar, este, que se pretende, ou pretende-nos, relacional, identitário, portador de uma memória que se subjugava coletiva e que se constitui, sendo suporte de materialidades, como um marco físico-territorial, representativo pelo seu sentido histórico e valor cultural. Um "lugar de memória", sugere esta interpretação, onde, segundo Nora (1984), "obriga cada um a se relembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade"<sup>72</sup>.

Pelas contribuições de Augé e Halbwachs, que atribuem a continuidade das categorias subjetivas que caracterizam o espaço social à permanência do espaço físico, se tomássemos uma estrutura espacial urbana somente por sua qualidade mais sensível, visível, como um dado acabado no presente, certamente teríamos que destituí-la do movimento incessante e inerente que envolve sua inserção e permanência num sistema social, cultural e simbólico que caracteriza o contexto urbano – a "cidade artefato" como nos lembrou Arantes (2006) – teríamos que livrá-la do

---

<sup>72</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares. In: PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-Sp. São Paulo, 1993. Disponível em meio eletrônico.

processo onde as práticas dos sujeitos sociais cotidianamente constroem suas relações, identidades e memórias, dão significados aos espaços urbanos e, como ressalta Leite (2007)<sup>73</sup>, configuram seus lugares atribuindo-lhes sentidos, identitário e de pertencimento, através de sua utilização.

### 3.2.1 A Interface Patrimonial

Diferentemente da maneira como as práticas dos grupos sociais articulam e atualizam seus nexos identitários e relacionais significando lugares, o Patrimônio, como vimos, é uma categoria instituída em um contexto que, de acordo com Arantes, A. (2006), envolve "agências governamentais e segmentos específicos e especializados da sociedade", consistindo em uma representação que "põe em prática os critérios, as concepções e os valores que são defendidos por técnicos e especialistas" e protagoniza o Estado como produtor legítimo das "representações simbólicas da nação e da identidade dos grupos que a formam". Assim sendo, a prática da preservação acaba por legitimar também determinados valores e sentidos que são atribuídos a partir de uma esfera ausente e alheia aos sentidos e valores transmitidos e construídos cotidianamente, compartilhados pelos grupos sociais. Esta compreensão localiza o patrimônio como uma interface de tensão, e por vezes conflito, na medida em que as representações oficiais colidem ou simplesmente não condizem com as representações dos grupos sociais. A interface de tensão, como colocamos, torna-se ainda mais evidente se pensarmos no *locus* onde se realizam estas representações. Como discurremos há pouco, entendemos que tanto as relações como as identidades e conseqüentemente os sentidos construídos que constituem as representações dos grupos sociais são constantemente refeitos e atualizados no contingente físico urbano ao longo do tempo, são processuais, enquanto as representações oficiais atuam apropriando-se das mesmas categorias subjetivas sócio-culturais – de identidade, pertencimento e memória – com vistas à remetê-las a um passado histórico, ou à momentos de história, representadas cristalizadas e intactas, como um legado, um "lugar de memória", que articula presente e passado, memória e história, tempo e espaço, pela seleção e eliminação de dados referenciais socialmente construídos.

O viés da representação patrimonial e das representações sociais nos insere na problemática que envolve a instituição e a constituição dos centros históricos nas cidades e nos permite associar a prática da construção de sentidos aos espaços urbanos e às estruturas espaciais

---

preservadas. Como um marco físico-territorial, o lugar patrimonial inserido no contexto urbano encontra-se, conseqüentemente, sujeito ao movimento inerente e imprevisível da cidade. Na dinâmica sócio-espacial urbana, observa Arantes, A. (2006), diferentes indivíduos e grupos sociais tendem a reelaborar os sentidos e valores atribuídos aos bens patrimoniais pelas esferas institucionais ao reincorporá-los à vida cotidiana. A problemática da constituição dos centros históricos se estende, ainda, a partir do momento em que aos sentidos construídos pelas práticas dos sujeitos sociais no cotidiano da cidade e os sentidos atribuídos pelas políticas preservacionistas somam-se e justapõe-se os sentidos atribuídos por outra esfera institucional: a do planejamento urbano.

### **3.2.2 Centros Históricos: Patrimônio e Planejamento Urbano**

Como observamos na trajetória política da preservação do Patrimônio Histórico Nacional, na contemporaneidade dos fatos a instituição e constituição destes lugares patrimoniais entrelaça a política de preservação do patrimônio com as políticas de planejamento e desenvolvimento urbanos. Esse entrelaçamento político não só contribuiu para a construção e preservação do patrimônio em contextos urbanos, como também incentivou a emergência dos centros históricos nas cidades, para onde convergiram simultaneamente os anseios que envolvem a prática preservacionista e os pressupostos físicos e sócio-espaciais que embasam a prática do planejamento urbano. Dessa forma, inseridos na pauta das políticas públicas municipais, os centros históricos se constituem também pelas representações dos planejadores urbanos, os quais, podemos dizer, reelaboram os sentidos que subjazem à construção do Patrimônio Histórico e os transpõem à estrutura espacial urbana, aliados às suas próprias visões e concepções.

Circunscrevendo sentidos da mesma forma e simultaneamente em que circunscrevem espaços, seu campo de ação, estes agentes colocam em prática princípios que denotam, sinteticamente, a intencionalidade de moldar uma ordem espacial capaz de simbolizar e significar, através da legibilidade que almeja a inteligibilidade, seus pressupostos, suas concepções sócio-espaciais. Em consonância com as representações patrimoniais, observa Jeudy (2005)<sup>74</sup>, que a estratégia dos planejadores, arquitetos e urbanistas, consiste em articular o tangível e o intangível transferindo o que é "implícito, o que é pouco visível, ao registro sobrevisível", produzindo uma "sobreobjetivação dos efeitos simbólicos".

---

<sup>74</sup> JEUDY, Henry-Pierre. Espelho das Cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

Se a prática da construção patrimonial atua criando referentes materiais como meio cultural que interrelaciona espaço físico, memória e identidade social, a prática do planejamento urbano associa, sintetiza e projeta na paisagem a materialização do cultural em uma configuração espacial. Buscando dotar de coerência formal e cultural uma estrutura urbana, percorrem a legibilidade projetual pela visibilidade de uma leitura uniforme, identificam um contexto urbano e circunscrevem também seus lugares pela alteração de sua configuração espacial, sua substância física, na medida em que detém o poder de subjugar o espaço à sua ordem de modificá-lo materialmente. Consideramos, portanto, apreender a constituição dos centros históricos também a partir dos olhares e das representações dos planejadores urbanos.

### 3.3 OS CENTROS HISTÓRICOS DO PONTO DE VISTA DO PLANEJAMENTO URBANO

A adoção de um ponto de vista é sempre o ato de reconhecimento de uma cegueira.

Henry-Pierre Jeudy, 2005.<sup>75</sup>

O momento em que ambas as políticas, patrimonial e de planejamento, de alguma forma se entrelaçam, ainda que pelo viés do desenvolvimento, é também o momento em que a prática do urbanismo encontra-se ela própria e de maneira geral em meio à intensas críticas e debates. A partir da década de 1960, o paradigma da vanguarda modernista, tanto na arquitetura como no urbanismo, começou a sofrer fortes objeções que, impulsionadas por uma gama de intelectuais, constituíram o que comumente se designa de crítica pós-moderna. Dentre as vertentes pós-modernistas podemos afirmar que as que preconizaram uma abordagem culturalista, contextualista e histórica da cidade se sobressairiam nas novas concepções urbanas. A nova visão sobre a cidade que se iniciava a reconhecia e a concebia como artefato histórico e cultural, produto, produtora e reprodutora de significados sociais e culturais; uma soma de fragmentos urbanos, um tecido histórico visto como um palimpsesto formado por camadas de significações sócio-espaciais; um *lugar*, de acordo com Otilia Arantes (2001), um "corte estrutural de espaço e tempo, condensação simultânea de vários tempos e valores históricos"<sup>76</sup>. As novas

---

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> ARANTES, Otilia. *Urbanismo em Fim de Linha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

intervenções urbanísticas proclamariam então pela requalificação, reabilitação ou revitalização desse tecido histórico significativo.

Partindo desta abordagem culturalista pós-moderna, Otilia Arantes (2001) afirma que "no momento em que as cidades passaram a ser encaradas como um repertório de símbolos, *tudo virou cultural*", colecionando um acervo de "bens culturais, aos quais se somam enormes estoques de valores e tradições, foram se tornando por isso mesmo a arena por excelência das novas estratégias a um tempo políticas e culturais". Os novos ditames urbanísticos não somente encontrariam na representação patrimonial sua forma discursiva como também a tornariam um meio legítimo de consagrar suas representações. A um tempo políticas e culturais, viriam também as representações espaciais dos valores e tradições locais e regionais.

A discussão principiada nos revela, a partir dos olhares dos planejadores urbanos, a dimensão física e política de suas ações. Por este motivo a análise da *práxis* urbanística se torna extremamente relevante para compreendermos a complexidade que envolve a constituição dos centros históricos na cidade contemporânea.

### 3.3.1 A Inscrição de um Lugar: Dimensão Física dos Centros Históricos

Partindo do campo de atuação da arquitetura e do urbanismo, buscamos primeiramente compreender essa visão culturalista formulada pela crítica pós-moderna que considerava a cidade como um tecido histórico significativo e lançaria as bases teóricas para as práticas e intervenções sobre a realidade urbana. Como síntese teórico-prática, recorreremos ao estudo do urbanista Kevin Lynch (1982)<sup>77</sup> que partiu deste entendimento sobre a cidade e ao mesmo tempo tornou-se um direcionamento para as ações de arquitetos e urbanistas, auxiliando-nos na compreensão de como estes agentes representariam, no espaço, seus pressupostos e suas concepções que passariam a considerá-lo por seu valor histórico, composto por camadas de tempos e significações sócio-espaciais. A partir da compreensão que uma estrutura espacial urbana compõe-se de objetos concretos dotados de significados, arquitetos e urbanistas passariam a atuar especialmente sobre a materialidade do espaço a fim de comunicar estes significados. Pelo estudo de Lynch, através do entendimento dos conceitos de "legibilidade" e "imaginabilidade"

---

<sup>77</sup> LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. Lisboa: Edições 70, 1982.

formulados por ele, podemos compreender como estes agentes articulariam espacialmente condicionantes físicas e simbólicas.

No entrelaçamento entre o planejamento urbano e a construção do patrimônio histórico nas cidades, este entendimento também nos sugere como arquitetos e urbanistas reelaborariam os sentidos que subjazem a representação patrimonial – os valores culturais, a identidade, o pertencimento, a tradição – e transporiam à estrutura espacial urbana, direcionando nosso pensamento em visualizar a dimensão física das atuações dos planejadores nos centros urbanos resignificados como históricos.

### 3.3.1.1 Legibilidade e Inteligibilidade do Espaço

De acordo com Kevin Lynch (1982), "todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes de sua cidade", sendo que sua estrutura física, assim "impregnada de memórias e significações", torna-se perceptível visualmente e reconhecível também pelos sentidos que agrega, colaborando para a formação do que o autor chama de uma "imagem mental". Presume, portanto, que uma cidade possa ser compreendida visualmente como uma estrutura composta por símbolos, os quais, assim como em um texto, são reconhecíveis e facilmente identificáveis: são, portanto, legíveis.

Como um sistema simbólico organizado, uma estrutura urbana legível desempenharia um papel social fundamental servindo como uma estrutura referencial, a qual, de acordo com Lynch, poderia fornecer "a matéria-prima para os símbolos e memórias coletivas da comunicação entre grupos". Ou seja, podemos complementar, forneceria a base material para a construção e reconstrução de significações e sentidos de indivíduos e grupos nos espaços físicos urbanos.

Remetendo sempre a legibilidade à formação de uma imagem mental do ambiente construído, o urbanista acredita que se a cidade for "bem desenvolvida do ponto de vista óptico, pode ter um forte significado expressivo". Dessa forma, indica a "identidade, a estrutura e o significado" como categorias analíticas mas que tomadas em conjunto contribuem para a formação de uma "imagem viável", ou legível: a identidade supõe uma particularidade de um dado objeto físico que o torna distinto de outros e reconhecível como uma "entidade separável", singular; tal objeto singular deve ser compreendido a partir de sua relação com o observador bem como a partir de sua relação com a estrutura mais ampla que o envolve; por último, o objeto deve ressoar no observador um significado, seja "prático ou emocional", capaz de vinculá-lo, através da identificação, ao meio construído. Essa categorização do ambiente construído, ou da



imagem mental, converte-se nos mecanismos práticos da constituição do que Kevin Lynch (1982) chamou de imaginabilidade, ou seja, "a qualidade de um objeto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte".

Diante desta consideração, os conceitos de legibilidade e imaginabilidade se entrelaçam, pois o objeto físico, sua forma, sua estrutura mais ampla, se apresenta também como um recurso que articularia sentidos relacionais, pressupondo o estabelecimento de vínculos entre o "observador" e o "meio construído", como coloca o autor. Precisamente neste ponto, o autor considera a importância da atuação dos planejadores urbanos como "manipuladores do ambiente físico" e o poder que detêm esses agentes em impedir ou facilitar o processo de formação de uma imagem<sup>78</sup>.

No entanto, Lynch admite que a formação de uma imagem mental do ambiente é um processo bilateral entre o observador e a estrutura física que o envolve. Nesse processo, a própria imagem constituída seria constantemente "posta à prova contra a capacidade de registro perceptual, num processo constante de interação". Por este caminho, Lynch admite também que o processo de formação de uma imagem difere e muitas vezes diverge entre indivíduos, mas, segundo ele, "parece haver uma concórdia substancial entre membros do mesmo grupo". Precisamente nestas "imagens de grupo" deveriam portanto os planejadores urbanos convergir suas atenções com o intuito de constituírem um "modelo de ambiente que muitos possam desfrutar", utilizando-se, para tanto, de suas atribuições para dotarem uma estrutura urbana de imaginabilidade por intermédio da articulação dos efeitos físicos e simbólicos do espaço.

A partir do momento em que um espaço urbano torna-se, nas palavras ainda do próprio Kevin Lynch, "visivelmente organizado e nitidamente identificado, poderá então o habitante dá-lo a reconhecer por meio dos seus próprios significados e relações. Neste momento tornar-se-á uma verdadeiro *lugar* notável e inconfundível" (grifo do autor).

A contribuição de Kevin Lynch consistiu em acentuar os aspectos concretos, mais sensíveis e visíveis do espaço urbano e correlacionar aos aspectos simbólicos de relação e identidade do espaço social, contribuindo

---

<sup>78</sup> Nos pormenores de seu estudo, Lynch identifica e estabelece alguns elementos perceptíveis da forma urbana que deveriam ser utilizados e manipulados pelos planejadores urbanos a fim de alcançarem a imaginabilidade do espaço físico, nesta dissertação no entanto, não nos adentraremos nas especificidades do trabalho de Kevin Lynch, interessa-nos sua contribuição a partir destes conceitos mais amplos, os quais acreditamos que serviram de base teórico-prática para novas intervenções sobre a cidade existente.

para a formação de uma método de leitura da estrutura urbana e a proposição de um *lugar* através da articulação entre os componentes físicos e simbólicos do espaço, tornando-se um dos dispositivos práticos dos planejadores para a compreensão e intervenção sobre a realidade urbana. Sob os olhares dos planejadores urbanos, o ensaio exemplificado nos leva ao entendimento que o centro resignificado e convertido como histórico receberia, simultaneamente à identidade patrimonial, uma identidade espacial, acentuando-se como um marco físico-territorial, representativo pelo seu sentido histórico e valor cultural. Tratando-se de uma demarcação física e simbólica pela *práxis* urbanística seria a consagração de um contexto urbano específico que pretende, ou pretende-nos, identificar-se como um *lugar*: reconhecível, referencial, singular e significativo de forma prática e simbolicamente.

### 3.3.2. Um Lugar das Estratégias a um Tempo Políticas e Culturais

Um lugar, demarcado física e simbolicamente pelas representações dos planejadores urbanos, convertem-se os Centros Históricos nas cidades. No entanto, como produto de uma representação contemporânea, a imagem e a paisagem que os identificam resultam de uma complexa intersecção de fatores políticos, sociais, culturais e econômicos mais abrangentes. Antes de se consagrar como um lugar proveniente das ações do planejamento urbano sobre suas qualidade físicas e embora tenham perdurado como uma estrutura funcional urbana, estes espaços foram perdendo, acompanhando o crescimento e desenvolvimento urbano, uma importância sócio-econômica e cultural em relação ao contexto mais amplo da cidade. Não por acaso, a terminologia empregada pela prática do planejamento em suas intervenções transitaria por revitalização, reabilitação, requalificação deste espaço urbano. A própria terminologia, como discorreremos brevemente no primeiro capítulo deste trabalho acerca da semântica das palavras renovação e revitalização, insere o tempo na análise do espaço, uma abordagem histórica que passa a reconhecer os fragmentos urbanos como agregados materiais de vários tempos e valores históricos, mas que ao mesmo tempo os reconhece como destituídos de vida, justificando assim os predicativos das intervenções. De acordo com Leite (2010):

Em geral, a situação que antecede essas intervenções é caracterizada por um declínio abrangente do sítio, tanto em seu aspecto físico (deterioração das edificações, do mobiliário urbano e da infra-estrutura sanitária, entre outros aspectos),

como em seu aspecto simbólico (decaimento da importância do sítio em relação a outras áreas da cidade; perda de centralidade e crescente representação social negativa, muitas vezes relacionada com a insegurança e o caráter inóspito e marginal do local).<sup>79</sup>

Diante deste quadro alguns autores identificam os Centros Históricos como um produto exponencial do entrelaçamento da política patrimonial e de planejamento urbano principalmente quando se associa a revitalização urbana à revalorização do bem patrimonial – visto não mais e somente como um recurso simbólico cultural, de identidade e relação, mas sim e principalmente como um recurso econômico.

Segundo Rogério Proença Leite (2010), a dimensão mercadológica do patrimônio histórico imbricada no planejamento e desenvolvimento urbano "implica que a racionalidade da preservação tem seu foco direcionado para as práticas que podem agregar valor aos bens culturais, no sentido de possibilitar uma rentabilidade dos investimentos aplicados acrescidos dos lucros potenciais que o bem restaurado pode propiciar". Um fenômeno identificado como proveniente desta visão econômica sobre a construção do patrimônio ambiental urbano e sua concretização pelo viés da política de planejamento é comumente caracterizado como *gentrification*. Por este caminho, afirma ainda Otília Arantes (2009)<sup>80</sup>, que os projetos contemporâneos de revitalização, reabilitação ou requalificação do espaço, a partir do momento em que conjugam politicamente cultura e capital, não seriam mais do que um eufemismo para "gentrificação".

### 3.3.2.1 *Gentrification*

De forma geral, de acordo com Arantes, O. (2009) a gentrificação seria um instrumento próprio do planejamento urbano lançado como uma estratégia de desenvolvimento das cidades diante de uma "conjuntura histórica marcada pela desindustrialização e conseqüente desinvestimento de áreas urbanas significativas". O argumento de Otília Arantes converge

---

<sup>79</sup> LEITE, Rogério Proença. A Exaustão das Cidades: Antienobrecimento e Intervenções Urbanas em Cidades Brasileiras e Portuguesas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 5, n. 72, p. 73-88, 2010.

<sup>80</sup> ARANTES, Otília. Uma Estratégia Fatal. A Cultura nas novas Gerações Urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. 5.Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

com os de autores como David Harvey (2008)<sup>81</sup> e Mike Featherstone (1995)<sup>82</sup>, por exemplo, que atribuem as práticas de gentrificação na produção do espaço urbano à conjuntura histórica, econômica e cultural da condição pós-moderna estritamente relacionada aos fenômenos da internacionalização da economia, da queda das barreiras geográficas nacionais pela intensificação dos fluxos econômicos e comunicacionais e pela produção e reprodução acelerada de mercadorias e bens de consumo simbólico. Um panorama de transformações políticas, sociais e culturais no âmbito mundial impulsionado pela reestruturação econômica global em meados da década de 70 cujos efeitos resultariam em novas condições de relações sócio-culturais, sócio-espaciais e econômicas mundiais. O rebatimento desta conjuntura na (re)construção dos espaços da cidade transitaria entre a sua dimensão física e política, traduzindo-se pela prática do planejamento urbano através da assimilação da abordagem culturalista da cidade com a oportunidade de acumulação de capital, conjugando cultura e capital em um "culturalismo de mercado", como sugere ainda Otilia Arantes (2009).

O patrimônio histórico, especificamente neste contexto, tornar-se-ia uma espécie de *mercadoria cultural*. O que significa, de acordo com Leite (2010), "ressaltar seu valor de troca a partir da ampliação dos seus valores de uso". "Enobrecimento", sugere-nos o próprio autor (2007; 2010), como um sinônimo para designar os objetivos das intervenções em sítios históricos urbanos, principalmente brasileiros, que advém justamente da assimilação econômica do bem patrimonial com o planejamento e desenvolvimento urbanos, resultando na prática sócio-espacial urbana no que o autor define como "paisagens espetacularizadas".

### 3.3.2.2 A Imagem do Centro Histórico: Paisagem Espetacularizada

Em decorrência dos fatores estéticos, funcionais e políticos identificados nos processos de enobrecimento, uma paisagem espetacularizada, segundo Leite (2010), caracteriza-se conformada por "contornos cenográficos" com um "forte apelo visual, reinterpretações justapostas de estilos arquitetônicos, ênfase na monumentalidade e perspectiva mercadológica no trato do patrimônio histórico". Ainda de acordo com o autor, nestes processos de enobrecimento observa-se a

---

<sup>81</sup> HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

<sup>82</sup> FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

"espetacularização da cultura" no espaço urbano, como coloca, ou seja, "a acentuação ou a criação de traços culturais que objetivam caracterizar a singularidade de um espaço urbano por um forte apelo visual e práticas sociais momentâneas, com vistas à apreensão consumível da história e da cultura na forma de uma mercadoria".

Dessa forma, a imagem, o espaço legível do centro histórico, configura-se como um produto consumível, uma mercadoria cultural em que a representação de seu valor simbólico confunde-se com a representatividade de seu valor de mercado. A identidade espacial urbana, como uma representação dos valores históricos e culturais, tornar-se-ia, neste contexto, um insumo altamente valorizado por um promissor mercado turístico global voltado para o consumo cultural e encontraria no advento desta atividade, portanto, sua principal reivindicação.

Como produto da política de planejamento urbano, entretanto, os "contornos cenográficos" dos centros históricos revitalizados não delimitariam somente os aspectos físicos e sensíveis do espaço, mas supõe a implementação de dispositivos capazes de fomentar e sustentar os objetivos manifestos da prática de enobrecimento urbano.

Dentre os dispositivos utilizados para fomentar e sustentar a estratégia de enobrecimento urbano, o ordenamento e a regulação do solo urbano – primordiais das representações sobre a cidade do ponto de vista do planejamento – são acionados em diretrizes normativas de uso e ocupação do espaço, pressupondo uma projeção sócio-espacial sobre a delimitação do centro histórico. Neste contexto, e similar a contribuição de Rogério Proença Leite, Sharon Zukin (2000) sintetiza a complexidade da produção e reprodução do espaço urbano na contemporaneidade, conjugando seus aspectos físicos, simbólicos e políticos, no conceito que define como "paisagem de poder", auxiliando-nos na compreensão problemática da (re)construção dos espaços dos centros históricos.

### 3.3.2.3 O Poder sobre a paisagem

Segundo Zukin (2000)<sup>83</sup>, a *paisagem* construída, de forma geral, configura-se como uma construção material e ao mesmo tempo uma representação simbólica das relações sociais e espaciais. Como um artefato sócio-cultural, a paisagem denota uma intencionalidade relacional através de uma ordem espacial que é imposta ao meio ambiente natural ou

---

<sup>83</sup> ZUKIN, Sharon. Paisagens do Século XXI: Notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, A. A. (Org.). O Espaço da Diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000.

construído. O poder sobre a paisagem, que impõe uma ordem espacial, advém da representação de determinados agentes sociais, os detentores de poder como sugere Zukin, os quais materializam na paisagem uma visão de suas relações e identidades. Na forma de um contra-poder, digamos, a autora identifica no termo *vernacular* a construção material e simbólica das relações sociais e espaciais feitas pelos "desprovidos de poder", que se opõem, em contraste e em conflito, com a *paisagem* dos detentores de poder. A partir desta constatação, a autora defende que "o que observamos como paisagem – aquilo que é construído, escondido e que resiste – é uma paisagem de poder".

A paisagem de poder torna-se, assim, apreensível como um "texto legível das relações sociais, separando e estratificando atividades e grupos sociais, incorporando e reforçando as diferenças", sendo a arquitetura a base material de suas representações sociais e culturais (ZUKIN, 2000). O poder sobre a paisagem transforma-se em uma paisagem de poder condensando as relações sociais que permeiam o espaço social e suas representações materiais, configurando, na estrutura espacial urbana, uma vista dual e assimétrica, onde o contraste da paisagem representa o conflito em fazer prevalecer uma visão. Sobre a paisagem, afirma ainda Zukin (2000), que a capacidade de impor uma concepção estética viria ainda associada às ideologias de modernização, do controle da terra e, principalmente, implicaria na remoção do vernacular.

A (re)construção do centro histórico recairia, portanto, sobre esse princípio dual e assimétrico da paisagem que caracteriza a produção e a reprodução do espaço urbano. Reivindicado pelas esferas institucionais como resquício histórico, um fragmento urbano depositário de uma memória e de uma identidade coletiva, o centro histórico se consagra no contexto urbano reconstituído como um conjunto legível, cuja a paisagem resultante é uma representação sócio-cultural estabelecida através da apropriação simbólica e material dos grupos que a reivindicaram e a reconstruíram na conjuntura econômica, política e cultural a qual se inserem. Sobre o ponto de vista dos planejadores do espaço, observa Jeudy (2005), que a paisagem (re)construída é a representação da "estética urbana da soberania", a concepção sócio-espacial de um olhar que, "como uma imagem devolvida pelo espelho", constitui-se em uma "inscrição territorial de sua representação especular". É neste momento que podemos compreender ainda mais a demarcação física e simbólica pela prática dos planejadores urbanos, os quais, gestores do espaço, são também os detentores legítimos do poder sobre a paisagem. Este entendimento nos sugere que a legibilidade proveniente da representação destes agentes sobre o espaço dos Centros Históricos seria constituída, na experiência do *lugar*, como uma ordem sócio-espacial que, estrategicamente, localiza e distribui

indivíduos e grupos no espaço idealizada através de uma ordem arquitetônica, vislumbrada também esteticamente.

### 3.3.3 Considerações sobre o Ponto de Vista dos Planejadores Urbanos

[...] se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder se urbaniza, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder pan-óptico.

Michel de Certeau, 2011<sup>84</sup>.

A "linguagem do poder" a qual se refere Michel de Certeau (2011) designa de forma sucinta as representações – ou práticas – realizadas pelos planejadores urbanos que materializadas, ou "urbanizadas", compõem as estratégias para o controle e ordenamento do espaço urbano. Suas ferramentas de intervenção, ou inscrição, como vimos, tornam abstrato um contexto urbano, como uma realidade que é imaginada à distância, uma realidade projetada. Uma vista perspectiva e prospectiva a qual advém de uma visão panorâmica, um simulacro teórico, que subjaz o "poder panóptico".

Da representação dos planejadores urbanos à experiência cotidiana da cidade, a transposição material de seus pressupostos sócio-espaciais nos revela uma imagem que é posta à prova, onde a ordem prática e simbólica do texto claro e legível do centro histórico encontra-se suspenso, aberto à extensão de suas interpretações e significações.

Neste espaço, no cotidiano da cidade, segundo Certeau (2011), vivem seus "praticantes ordinários", os quais realizam seus próprios movimentos, ou práticas, "estranhas ou espaço geométrico ou geográfico das construções visuais, pan-ópticas ou teóricas" dos planejadores do espaço, reinterpretando e realizando metáforas sobre o "texto claro da cidade planejada e visível".

Sobre o ponto de vista dos planejadores do espaço, entendemos que os Centros Históricos se constituem como uma demarcação física-territorial e simbólica que delimita sócio-espacialmente o uso do espaço e que abstrai, em forma, sentido e significado, o contingente espacial onde se

---

<sup>84</sup> CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. 17ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

estruturam as ações cotidianas de diferentes sujeitos e grupos sociais. Sujeitos e grupos, os quais, por sua vez e em contrapartida, atribuem sentidos ao espaço através de sua utilização. Partindo deste olhar sobre este *locus* singularizado, transcendendo a dimensão física e seguindo para o espaço vivenciado na experiência cotidiana da cidade, compreendemos ainda que a representação dos planejadores urbanos pode ser contestada e por vezes contrariada.

### 3.4 A CONTRAPARTIDA DA CIDADE

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, em uma palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações compartilhadas.

Antônio Arantes, 2000.<sup>85</sup>

Entre a cidade imaginada e a cidade vivida, entre o espaço concebido, projetado, e o espaço praticado, o centro histórico transita em suspenso, incerto, como um lugar de representação. Produto de uma representação do espaço, torna-se ao mesmo tempo produto, produtor e reproduzidor de representações no espaço. Limiar, um espaço fronteira, onde a materialidade é a linha tênue, porém paradoxal, que divide a realidade imaginada e a realidade vivida, e a mesma que as une, sobrepondo e tensionando distintas e antagônicas representações. A constituição do centro histórico pela (re)construção de seu espaço não se encerra, portanto, na intencionalidade material, funcional e simbólica pelo seu sentido de lugar atribuído por uma esfera institucional e proveniente de determinado ponto de vista. O poder pan-óptico, entretanto, este sim encontra seu limite mais "embaixo", a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, onde vivem "os praticantes ordinários da cidade", como coloca Certeau (2011). Este espaço que contesta e por vezes contrapõe o espaço

---

<sup>85</sup> ARANTES, Antônio Augusto (Org.). O Espaço da Diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000.



disciplinar, encontra no tempo, na casualidade cotidiana, sua existência ou persistência.

### 3.4.1 Lugar das Estratégias e Táticas

Na forma de um contra-poder novamente, a experiência cotidiana da cidade nos revela as "maneiras de fazer" na cidade. Maneiras as quais, realizadas ou praticadas pelos usuários do espaço, utilizam, manipulam e alteram de forma "tática" as "estratégias" da ordem imposta. Designada por Michel de Certeau (2011), a "estratégia" pode ser definida como "o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado". Desde seu isolamento e a partir de seu próprio ponto de vista, o autor complementa que "a estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma *exterioridade* de alvos ou ameaças" (grifo do autor). Neste sentido, e ainda de acordo com Certeau (2011), postular *um próprio* seria um "tipo de operação", de prática, que denota também "o domínio dos lugares pela vista" e se encaixa perfeitamente na atribuição dos planejadores urbanos e em suas intenções sobre o espaço na medida em que sua divisão, sua análise, "permite uma *prática panóptica* a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar, portanto, e 'incluir' na sua visão" (grifo do autor). Dessa forma, projetar caracterizaria a prática da vista perspectiva e prospectiva dos planejadores, seria "igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço". "Uma vitória do lugar sobre o tempo" também caracterizaria o "próprio", como uma forma de domínio do tempo através do espaço. Um saber, como coloca Certeau, que vai além de "transformar as incertezas da história em espaços legíveis" para sustentar o "poder de conquistar para si um lugar próprio".

Circunscrito um lugar próprio, a "tática" seria a contrapartida deste mesmo lugar, ou melhor, *neste* mesmo lugar. Segundo Certeau (2011), a tática seria uma espécie de "ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio", pela ausência de poder, mas que por isso mesmo "deve jogar com o terreno que lhe é imposto" em um "movimento" que desvia e subverte as circunstâncias e as possibilidades que lhe são oferecidas. Assim, sobre o texto legível da estrutura física e simbólica que lhe é oferecido "o usuário da cidade extrai fragmentos do enunciado para atualizá-los em segredo", transformando "em outra coisa cada significante espacial", ou seja, dotando de sentido aquilo que vê no percorrer do espaço e no decorrer de suas práticas cotidianas.

No contexto da cidade, pela falta de lugar e na ausência de um próprio, o espaço das operações táticas pode ser localizado onde o antropólogo Manuel Delgado (1999; 2004) define o espaço urbano, ou simplesmente, o "urbano". Segundo o autor, o urbano é também o espaço "*en que los individuos y los grupos definen y estructuran sus relaciones con el poder, para someterse a él, pero también para insubordinarse o para ignorarlo mediante todo tipo de configuraciones autoorganizadas*"<sup>86</sup>. Este espaço não seria resultante de uma determinada morfologia predeterminada pelo *diseñador*, pelo urbanista, mas seria conformado por uma articulação de qualidades sensíveis provenientes das práticas ordinárias dos *practicantes de lo urbano*, os praticantes ordinários em Certeau, e de seus esquemas e suas organizações tempo-espaciais, as quais, também de forma tática podemos dizer, espontaneamente e momentaneamente definem suas relações no espaço e com o espaço. Relações instáveis, momentâneas e espontâneas, que qualificam o urbano como efêmero e contrapõem a postulação de um "próprio", a manipulação do tempo pelo espaço na prática dos planejadores da cidade. A efemeridade do urbano, portanto, advém da relação entre tempo e espaço e acaba por definir um estado, uma circunstância presente na cidade e conseqüente da cidade, circunstância que Delgado (1999) define como "urbanidade". Segundo o autor,

[...] la ciudad no es tan solo la consecuencia de un proyectamiento que le es impuesto a una población indiferente, que se amolda pasiva a las directrices de los administradores y de los planificadores a su servicio. Mas allá de los planes y las maquetas, la urbanidad es, sobre todo, la sociedad que los ciudadanos producen y las maneras como la forma urbana es *gastada*, por así decirlo, por sus usuarios. Son estos quienes, en un determinado momento, pueden desentenderse – y de hecho se desentienden con cierta asiduidad – de las directrices urbanísticas oficiales y constelar sus propias formas de territorialización, modalidades siempre efímeras y transversales de pensar y utilizar los engranajes que hacen posible la ciudad.<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup> DELGADO, Manuel. De la Ciudad Concebida a la Ciudad practicada. Artigo publicado originalmente *in*: Archipiélago: Cuadernos de crítica de la cultura. Espanha, n° 62, 2004. Disponível em <www.scribd.com>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

<sup>87</sup> DELGADO, Manuel. El Animal Público: Hacia una Antropología de los Espacios Urbanos. Barcelona: Editorial Anagrama, 1999.

A urbanidade presente na cidade se caracteriza pelo instável e pelo constante, um ininterrupto reelaborar das relações e identidades de sujeitos e grupos sociais que estruturam o espaço social através de sua movimentação, ou agitação, pelo espaço físico urbano e que acaba por fundamentar a formação de pequenas sociedades conjunturais e inesperadas, cujo destino é se dissolverem logo que se formam (DELGADO, 1999). A urbanidade pode ser então entendida como um conjunto de práticas que estruturam o espaço social e se estruturam através de seu próprio movimento pelo espaço físico da cidade. Constante, é tida como um processo que o próprio autor define como "urbanização", um trabalho despendido da sociedade sobre si, um trabalho jamais concluído.

Neste processo, o urbano se conforma disforme, digamos, onde por sua própria indefinição, e por definição, teria seu lugar no espaço público da cidade. Um espaço formado por componentes instáveis que Delgado define como "*un espacio paradójico, testimonio de todo tipo de dinámicas enredadas hasta el infinito, abierto, en el sentido de predispuesto a conocer y crear informaciones, experiencias y finalidades nuevas, y a concretarlas*". Encontrado nos interstícios das estruturas espaciais urbanas, em meio às engrenagens da cidade, o espaço público torna-se a arena, a esfera física e simbólica, das práticas cotidianas na cidade e das práticas teóricas sobre a cidade.

Neste sentido temos que uma estrutura espacial urbana pode ser compreendida como um "objeto de um duplo discurso" como coloca Delgado. Nas palavras do autor, "*es el producto de un diseño urbanístico y arquitectónico políticamente determinado, cuya voluntad es orientar la percepción, ofrecer sentidos prácticos, distribuir valores simbólicos e influenciar sobre las estructuras relacionales de los usuarios*". Por outro lado, e em contrapartida, resulta do discurso "*deliberadamente incoherente y contradictorio de la sociedad misma*", de suas representações sócio-espaciais que, através de seus movimentos, definem por si mesma as maneiras de utilizar a "trama" proposta pelos planejadores (DELGADO, 1999). Este entendimento proposto por Delgado nos remete à discussão até então desenvolvida acerca da complexidade da constituição dos centros históricos na cidade contemporânea e a problemática que envolve a (re)construção de seu espaço, tendo em vista os princípios de legibilidade e inteligibilidade provenientes das estratégias dos planejadores urbanos para postular seu lugar – seu próprio – esforçando-se para converter, por intermédio também de dispositivos normativos disciplinares, o processo de "urbanização" em politização – como sugere ainda Manuel Delgado –, onde se tenta fazer prevalecer uma visão e uma concepção oficial de cidade sobre a instabilidade e os "esquemas paradoxais" que a organizam cotidianamente.

### 3.4.1.1 Demarcações no Espaço: Territórios e Lugares

No urbano, através do conceito de espaço público proposto por Delgado, praticamente podemos penetrar nos interstícios da forma da cidade a fim de compreendermos as relações que se estabelecem entre o espaço físico e o social. "Territorialização" sugere o autor para nos aproximarmos do movimento dos praticantes ordinários e as relações de contestação, insubordinação e identificação com os espaços urbanos politicamente conformados. Contrapondo o próprio, o espaço disciplinar e politicamente organizado, a idéia da formação de territórios no espaço urbano utilizada pelo antropólogo é análoga ao conceito formulado pelo filósofo Félix Guattari (1985)<sup>88</sup>, que entende esta prática como uma delimitação espacial procedente de "uma ordem de subjetivação individual e coletiva". Uma delimitação física e simbólica que resulta precisamente de resistências e contra-ofensivas das práticas sociais às imposições organizacionais do poder pan-óptico e que, segundo o autor, denunciariam "formas particulares de apropriação, vivências cotidianas específicas".

Contração, dessa forma, seu conceito de "território" com o de "espaço", sendo o primeiro formado por relações intrínsecas com a subjetividade que o delimita, o segundo funcionaria como uma "referência extrínseca", objetiva, "em relação aos objetos que ele contém, estando ligado às relações estritamente funcionais de toda espécie" (GUATTARI, 1985). Os espaços objetivamente organizados seriam assim pré-codificados como equipamentos urbanos funcionais, espaços hiper-equipados comenta o próprio autor. Características que denotam a intencionalidade organizacional dos espaços para se fazer comunicar sobremaneira através de dispositivos arquiteturais e da forma urbana. Nestes espaços, atentando para a experiência cotidiana da cidade, as delimitações físicas calcadas em ordens subjetivas individuais e coletivas seriam uma espécie de desvio das finalidades dispostas por estes equipamentos, reconstituindo *de qualquer maneira* os territórios de subjetivação, territórios existenciais (GUATTARI, 1985; grifo nosso).

Assim, de qualquer maneira, todo espaço guardaria em sua própria existência a possibilidade e a potencialidade de se converter em território, estaria sempre sujeito ao tempo do urbano, da espontaneidade dos grupos e sujeitos sociais que por ali transitam e depositam partes de si, de suas próprias vivências, tornando-o existencial, subjetivo. Da mesma forma, reciprocamente, todo território estaria prontamente sujeito a se converter em espaço, destituído dos sentidos antes atribuídos por determinados

---

<sup>88</sup> GUATTARI, Felix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. Espaço e Debates, n. 16, ano V. São Paulo, 1985.

grupos e sujeitos sociais e de suas práticas cotidianas. Neste sentido, todo espaço urbano encontra-se em suspenso, limiar, transitando entre o objetivo e o subjetivo, o imaginado e o vivido, tão preciso e estável quanto à fisionomia, tão incerto e instável quando ao seu significado.

Justamente nos aspectos físicos do espaço, sugere Guattari, encontraríamos talvez na materialidade da arquitetura e na morfologia pré-concebida, a origem, a proveniência da subjetividade individual e coletiva, "os pontos de passagem" entre o espaço funcional e os territórios existenciais, de acordo com o autor. Funcionaria dessa forma o espaço físico como um condensador de subjetividade, a materialidade como um conversor que produz e reproduz espaços e territorialidades na cidade.

Análogo ao conceito de território formulado por Guattari, o sociólogo Rogério Proença Leite (2007) contribui com a sugestão do filósofo através de seu conceito de *lugar* como "demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentido de pertencimento, orientando ações e sendo por estas delimitados reflexivamente", associando, dessa forma, a estruturação do espaço social com o espaço físico e a conseqüente formação de sócio-espacialidades urbanas. Ainda que inerentes às práticas no urbano, o *uso* do espaço é evidenciado no conceito de lugar como determinante para o estabelecimento das relações subjetivas entre os espaços físico e social.

Estas considerações podem ser muito bem estendidas precisamente sobre a constituição do espaço do Centro Histórico pelas políticas públicas patrimoniais e de planejamento. Na medida em que estas ações estratégicas, digamos, postulam seu lugar intervindo, como vimos, diretamente na materialidade e no uso do espaço, codificando o espaço e articulando sua funcionalidade urbana para usos específicos e socialmente delimitados.

### 3.4.2 Os Centros Históricos

Direcionando seu estudo na (re)construção do espaço dos Centros Históricos, Leite (2007) aponta a prática da contra-ofensiva no espaço, as ações táticas, as maneiras de fazer, na forma de "contra-usos". Segundo o autor, o contra-uso é "capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado como de possibilitar que o espaço que resulta das 'estratégias' se cinda, para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação sócio-espacial da diferença e das resignificações que esses contra-usos realizam". Os Centros Históricos, delimitados e constituídos por intermédio da prática de enobrecimento urbano tornam-se, ainda de acordo com Leite (2010), espaços privilegiados para a observação das ações táticas e da constituição de contra-usos, na medida

em que "estes espaços ganham considerável visibilidade em virtude das intervenções urbanas que alteram seus usos". Ainda segundo este autor, a visibilidade proveniente destas intervenções fazem emergir, conseqüentemente, "pessoas e grupos muito distintos em suas feições identitárias, que disputam o espaço de modo prático e simbólico"<sup>89</sup>.

Contextos espaço-temporais flexíveis formariam estes grupos de distintas feições identitárias, diria Antônio Arantes (2000), que qualificam zonas de contato onde se entrecruzam moralidades contraditórias, delimitando fronteiras de pertencimento, as quais "a um só tempo, separam práticas e visões de mundo antagônicas e as põe em contato" no espaço cotidianamente compartilhado na cidade contemporânea.

Suspenso no contexto urbano, ou no contexto do urbano, o lugar próprio e delimitado do Centro Histórico pode comportar na realidade uma gama de diferentes lugares, tantos quantos os sujeitos e os grupos que ali realizam suas práticas cotidianas. Ainda que efêmeros e instáveis, destes lugares podem decorrer sócio-espacialidades, as quais possibilitam uma apreensão de seu espaço por distintos pontos de vistas.

O Centro Histórico, objeto de um duplo discurso, podemos dizer, um espaço público por definição – se retornarmos às considerações de Manuel Delgado –, que se apresenta desafiador aos projetos urbanos, às vistas disciplinares dos planejadores do espaço. Reflexão compartilhada também por Leite (2007) que atribui a formação de lugares no espaço do Centro Histórico à própria concepção de espaço público, na medida em que subvertendo as estratégias na forma de contra-usos o espaço se torna um local "de disputas práticas e simbólicas sobre o direito de estar na cidade, de ocupar seus espaços, de traçar itinerários, de *pertencer*, enfim: ter identidade e lugar", para utilizar as palavras do próprio autor.

Dessa forma, como um *lugar*, inscrito e circunscrito sobrecarregado de sentidos, o espaço do centro histórico se constitui como uma arena prática e simbólica de diferentes esferas, sujeitos, grupos sociais, os quais a partir de suas próprias representações concebem, constroem, apropriam-se e percebem o espaço de distintas maneiras, provocando o contato, sobrepondo e tensionando diferentes realidades na experiência da cidade, produzindo e construindo diferentes sentidos, constituindo, portanto, diferentes *lugares*.

Objeto de um duplo discurso, portanto, espaço e território, equipamento urbano e espaço público, lugar estratégico e lugar tático,

---

<sup>89</sup> LEITE, Rogério Proença. A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea. Dados, Revista de Ciências Sociais: Rio de Janeiro, vol. 53, n 3, pag. 737 – 756, 2010.

paisagem de poder, podemos dizer que os Centros Históricos apresentam em sua constituição uma ambigüidade e uma ambivalência latentes. Perpassando pelas representações patrimoniais e do planejamento urbano, temos que ambas concorrem para a dualidade, para a ambivalência de valores, sentidos, identidades, memórias, usos e funções quando contextualizadas na prática do espaço. Na experiência cotidiana da cidade contemporânea, o espaço (re)construído transcende sua delimitação formal na cidade e se constitui também como um espaço de relações sócio-espaciais. Neste espaço de relações, apreender sua complexidade constitutiva é apreender um momento de um espaço em construção e se deparar com mundos plurais, com distintos pontos de vistas e distintas representações. Representações, as quais, ainda que efêmeras, tornam-se um dado real e uma apreensão inteligível da complexidade que envolve a produção e a reprodução do espaço urbano, o planejamento e a apropriação dos espaços na cidade contemporânea.

#### **4 CURITIBA: PLANEJAMENTO URBANO E PATRIMÔNIO**



#### 4.1 CONCEPÇÕES SOBRE A CIDADE: REFORMAS URBANAS E CULTURAIS

Em 1971, lembro-me bem, Curitiba era a última cidade do Brasil sem qualquer característica especial. O próprio curitibano era um cara que não tinha a sua marca, não tinha uma expressão, isto porque a cidade nada tinha a oferecer.

Abrão Assad<sup>90</sup>

Ao assumir a prefeitura de Curitiba em janeiro de 1971, Jaime Lerner assumiria também seu comprometimento com a execução do Plano Wilhelm. Engenheiro civil pela Universidade Federal do Paraná complementou sua formação estagiando na França, retornando ao país para atender ao convite de ministrar uma disciplina no recém criado curso de Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Ao regressar, preferiu se matricular no curso à ministrar qualquer disciplina e já em 1964 dispunha dos títulos de engenheiro civil e arquiteto e urbanista. De acordo com Dudeque (2010), durante seu estágio na França Jaime Lerner conviveria com algumas novas idéias e projetos que começaram a concretizar as críticas mais densas à arquitetura e urbanismo modernistas propagadas pelo CIAM. Justamente por sua formação e trajetória, Jorge Wilhelm considerava Lerner o arquiteto mais capacitado para compreender o plano por ele proposto.

Por meio de uma estratégia política, o jovem arquiteto de 32 anos fora indicado ao cargo de prefeito pelo governador Haroldo León Peres principalmente por não possuir vínculos e ambições políticas declaradas, mas seria aceito de imediato pelo governo militar por sua formação de engenheiro e arquiteto. Sua primeira iniciativa na gestão da cidade fora distribuir seus colegas e companheiros do IPPUC para presidir órgãos e secretarias da administração municipal e transformar o órgão no catalisador de toda a atuação prevista para a cidade. A unilateralidade que caracterizaria a esfera política municipal e a convergência das atribuições ao quadro técnico do IPPUC contribuiriam decididamente para a consecução do Plano Diretor aprovado em 1966. Sem alterações significativas no quadro político subsequente, a continuidade administrativa seria a garantia de sua total implementação. Além disso, vale ressaltar que a equipe que ingressava ao poder público municipal em 1971 era formada também por

---

<sup>90</sup> Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Memórias de Curitiba Urbana. Depoimentos, 4. Curitiba, 1990. Depoimento Abrão Assad, págs. 27-37 (depoimento concedido em março de 1989).

uma geração de arquitetos atuantes principalmente de São Paulo que foram atraídos a Curitiba pela abertura do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná em meados da década de 60. Segundo Dudeque (2010), os arquitetos que chegavam à cidade nesta década tendiam a considerar Curitiba um meio cultural pobre, limitado e provinciano. Muitos deles, que ingressaram na Universidade para ministrar disciplinas no Curso de Arquitetura, conviveriam e contribuiriam com discussões nos movimentos estudantis contra-culturais que desprezavam as políticas oficiais de cultura difundidas pela municipalidade. Simpatizantes da literatura, do cinema e da música considerados então marginais, esta equipe de arquitetos no poder significava a possibilidade de uma ruptura com a política cultural vigente julgada por eles como pernóstica. Ainda de acordo com Dudeque (2010), eufóricos pela possibilidade de uma nova concepção de cidade ao alcance da implementação do plano urbano, os arquitetos que formariam a vanguarda urbanística da cidade tornar-se-iam também parte da vanguarda cultural, criando uma política cujo público preferencial, pode-se dizer, eram eles próprios. Os planejadores urbanos, portanto, direcionariam suas visões e concepções em grandes reformas urbanísticas e culturais para a cidade.

O depoimento do arquiteto Abrão Assad sintetizou muito bem as diretrizes que seriam lançadas pelos técnicos do IPPUC sobre a realidade sócio-espacial urbana. Moldar espacialmente uma identidade para Curitiba e dotar a cidade de equipamentos culturais e espaços públicos de lazer seriam as prioridades dos gestores urbanos. A equipe do executivo municipal logo estaria discursando e manifestando seus princípios: "o espaço urbano pertence ao homem e, portanto, o centro é dos pedestres", anunciaria o diretor do Departamento de Trânsito (DETRAN) da capital; já o arquiteto José Maria Gandolfi, que dirigia o Departamento de Parques, afirmaria que na escala de prioridades da prefeitura a recreação ocupava um inédito primeiro lugar.<sup>91</sup> "O habitante de uma cidade não deve ficar subordinado às imposições urbanas, na posição de mero espectador", expressaria Jaime Lerner em seu discurso de posse para prefeito<sup>92</sup>, induzindo a população a empreender, juntamente com as transformações físicas, o projeto para a constituição de uma nova realidade urbana.

Como instrumentos que possibilitariam a concretização das intenções dos planejadores, foram acionadas e inseridas no planejamento urbano políticas culturais que promoveriam novas formas de uso e atividades nos novos espaços concebidos – atribuindo-lhes sentidos de encontro e lazer –, e acabariam por incidir diretamente na preservação do

---

<sup>91</sup> VEJA. O Crescimento Humanizado. Curitiba, 10 de Outubro de 1973.

<sup>92</sup> Ibidem.

patrimônio histórico, estabelecendo-o de fato, dentro do contexto urbano, como a interface que simbolizava uma nova concepção de cidade e sociedade.

#### **4.1.1 As Primeiras Intervenções**

Uma das primeiras ações neste sentido deu-se com o projeto de reconversão de um antigo paiol de pólvora afastado do centro da cidade em um novo espaço cultural. Abandonado, o espaço do antigo paiol vinha sendo reivindicado por um grupo de artistas locais vinculados ao teatro. Apropriando-se da reivindicação do grupo, o projeto realizado pelo arquiteto Abrão Assad transformou a edificação em um teatro do tipo arena que promoveria também espetáculos musicais. Após oito meses de reforma, o então designado Teatro Paiol fora inaugurado em dezembro de 1971 com o poeta, compositor e músico Vinicius de Moraes fazendo as honras da abertura do novo espaço cultural, atendendo ao convite do próprio Jaime Lerner. Sua reconstituição espacial e seu viés cultural simbolizariam a empreitada política no direcionamento das grandes reformas urbanísticas e culturais para a cidade. Seria assim, não por acaso, convertido no logotipo da Fundação Cultural de Curitiba, instituída em 1973, que procederia relacionando os novos espaços concebidos pelo IPPUC a um plano cultural para a cidade.

Antes, porém, da instituição oficial da cultura no município, o IPPUC já articulava o incremento de espaços culturais em meio às suas concepções urbanísticas, promovendo novas formas de utilização dos espaços públicos urbanos. Primordialmente sobre essa articulação, incidiram as proposições de fechamento da Rua XV de Novembro para o tráfego automobilístico e a (re)construção de seu espaço. Qualificada por Wilhelm como "o local de encontro mais importante de Curitiba", seria requalificada pelo IPPUC através de uma concepção sócio-espacial mais ampla. Além do calçamento previsto, o projeto designado "Rua das Flores" – realizado pelo arquiteto Abrão Assad – reconstruía o espaço central como uma unidade paisagística característica possibilitada pelo desenho de piso, um novo e uniformizado mobiliário urbano e o acréscimo de vegetação arbórea e floreiras. Redesignada como "Rua das Flores" pelos planejadores, a nova denominação fazia jus ao projeto paisagístico ao mesmo tempo em que resgatava a antiga denominação da via, remontando aos primórdios lusitanos e coloniais da constituição do núcleo urbano.

Dessa forma, podemos dizer que os planejadores a vinculariam à uma memória urbana remota, esquecida ou até mesmo desconhecida, com a pretensão de arquitetar uma noção de espaço tradicional da cidade. No entanto, como ponto de encontro tradicional, proclamariam os

planejadores, a Rua XV somente se consolidara com tal função durante a efervescência cultural urbana que a caracterizaria no ápice dos câmbios econômicos e sócio-culturais da vida da cidade no final do século XIX e início do século XX, sugerindo-nos a reinterpretação da história factual e da memória coletiva na (re)construção de um legado através da seleção de tempos fragmentados históricos para compor sua representação presente, tanto na forma discursiva como na materialização do discurso. Nos anos 60, Wilhelm certamente qualificara a rua como principal ponto de encontro porque concentrava uma diversidade de usos que a tornavam potencialmente um ponto convergente e dinâmico da vida urbana. Os técnicos do IPPUC, contudo, a requalificariam vinculada ao resgate e ao retorno de um determinado uso social neste espaço da cidade.

Os discursos em torno da reforma urbana, entretanto, não convenceram a população sobre os benefícios das propostas e desagradavam principalmente os proprietários de estabelecimentos comerciais, que temiam uma queda acentuada no movimento da rua em função do bloqueio de veículos. À revelia dos comerciantes, e também da imprensa, o calçamento e a implantação de algumas peças do mobiliário, floreiras e árvores adultas foram realizados impositivamente em um período que iria de sexta-feira a domingo, quando os operários da prefeitura e os técnicos do IPPUC podiam se ver livres dos protestos. Na tentativa de legitimar o projeto com o apoio ao menos da imprensa, relata Jorge Wilhelm que uma pequena estratégia fora montada. O arquiteto idealizador do Plano Preliminar de Urbanismo era, na época, representante do Brasil na União Internacional dos Arquitetos e, segundo ele, pensava-se em fazer uma reunião da Comissão de Urbanismo desta entidade no Brasil. Jorge Wilhelm decidira por realizá-la em Curitiba. Combinou então com Jaime Lerner o fechamento da Rua XV justamente durante a presença de urbanistas do mundo todo como um "ato de homenagem da Prefeitura à Comissão", preparando os urbanistas estrangeiros para dar apoio e suporte à obra em andamento. Os membros da Comissão visitaram a obra no sábado e teceram os devidos elogios à iniciativa da Prefeitura. A estratégia, por fim, funcionou. Segundo Wilhelm, após o reconhecimento internacional a imprensa passou a divulgar o empreendimento público como "uma coisa francamente aplaudida pelos maiores luminares do urbanismo"<sup>93</sup>.

Mesmo com o apoio da imprensa, havia ainda relutância por parte da sociedade civil. Um grupo de automobilistas local, de acordo com

---

<sup>93</sup> Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Memórias de Curitiba Urbana. Depoimentos, 5. Curitiba, 1990. Depoimento Jorge Wilhelm, págs. 25-38 (depoimento concedido em dezembro de 1989).

Dudeque (2010), organizava uma manifestação na forma de um "buzinação" para a semana seguinte ao término das obras. O Poder Público, por sua vez, utilizaria outra estratégia para frear, literalmente, os opositores. Pouco antes da manifestação automobilística, funcionários da prefeitura esticaram um rolo de papel no centro do calçamento, distribuíram tintas e convocaram as crianças que por ali passavam para se apropriarem do papel, das tintas e da calçada. O protesto mal começou e logo terminou com os automóveis estacionados diante da criança agachada no meio da rua desenhando sobre o papel. No mesmo ano em que a atividade infantil sobre o "calçadão" da Rua XV tornar-se-ia uma atividade corrente, pelo lazer e recreação, em frente ao antigo Paço Municipal parte do calçamento da Praça Generoso Marques fora convertido em um tabuleiro de xadrez, arquitetando, dessa forma e exemplificativamente, novas maneiras de utilizar os espaços públicos urbanos em meio às concepções urbanísticas.

Os exemplos apresentados nos servem como elucidativos do empenho, do esforço dos planejadores urbanos e o pragmatismo que os envolveria ao se tratar da implementação de suas concepções e da imposição de suas visões. A Rua XV, imposta e (re)construída à revelia dos comerciantes locais seria, em contrapartida, logo apropriada pela população e aceita pelos mesmos comerciantes, os quais passaram a reconhecer qualidades no projeto urbano somente após a experiência de sua realização. A iniciativa de caráter experimental da rua exclusiva para pedestres em Curitiba fora considerada tão bem sucedida que projetos semelhantes se espalharam em outras capitais Brasil à fora de forma paradigmática.

Paradigmática, também se tornaria a visão dos urbanistas em geral e a consideração que passariam a ter sobre os espaços potencialmente mais dinamizados da vida pública cotidiana. Em defesa da diversidade de usos e atividades como princípios para a vitalidade dos espaços urbanos, parte da crítica pós-moderna no campo da arquitetura e do urbanismo também forneceu os meios teóricos para a correlação, no planejamento urbano, entre espaço físico e sociabilidade pública<sup>94</sup>. Neste ponto, o manifesto de Jane Jacobs de 1961 ocupou um local de destaque ao relacionar as características físicas espaciais e de uso do solo urbano ao favorecimento, ou não, da interação social, atribuindo aos espaços de sociabilidade o florescimento da vida pública, ou melhor, podemos dizer, atribuindo à determinados espaços a qualidade de públicos. Da morte à vida dos espaços públicos, os efeitos diretos e indiretos da obra crítica de Jacobs também direcionariam a atribuição de arquitetos e urbanistas à

---

<sup>94</sup> A sociabilidade pública, de acordo com Rogério Proença Leite (2007), pode ser caracterizada como o "conjunto de práticas interativas, conflitivas ou não, que se estruturam no curso da vida pública cotidiana."

requalificação, reabilitação e revitalização de logradouros urbanos.

A correlação trabalhada por Jacobs pode ser complementada com o entendimento de Rogério Proença Leite (2007) acerca da constituição de espaços públicos a partir da flexibilidade entre espaço e sociabilidade pública. De acordo com o autor, dentro do domínio público do espaço as sociabilidades se estruturam e se espacializam através da convergência das práticas individuais e coletivas que atribuem sentidos à determinado *locus* urbano, delimitando sócio-espacialidades, delimitando também territórios de subjetivação. Partindo da reflexão aqui proposta entendemos que os projetos urbanos combinariam estritamente concepções espaciais e sociais, pressupondo a correlata reestruturação de sócio-espacialidades urbanas.

O acionamento de uma política cultural e de preservação do Patrimônio Histórico em Curitiba viria justamente para a atuar nesta intersecção entre as concepções espaciais e sociais. Seria um instrumento que possibilitaria a constituição de práticas interativas e integração sociais, na medida em que atribuída à materialidade do espaço físico, por intermédio da preservação patrimonial, a faculdade de condensar e ressoar valores e sentidos sócio-culturais, e aos espaços públicos urbanos os sentidos de encontro e lazer.

## 4.1.2 Instrumentos do Planejamento Urbano

### 4.1.2.1 A Fundação Cultural de Curitiba

A Fundação Cultural de Curitiba (FCC) fora instituída por lei em janeiro de 1973, com "personalidade jurídica própria" suas atribuições seriam, entre outras, "formular a política cultural do município" e promover a defesa do patrimônio histórico e artístico da cidade e do estado do Paraná<sup>95</sup>. Em seu Plano de Ação Cultural, divulgado no mesmo ano, a FCC expõe entre os objetivos de sua política: "proporcionar à população da cidade uma vida cultural mais intensa", "elevar o nível cultural e artístico", bem como "estimular o hábito do lazer cultural passivo e ativo, visando a integração social da população".

"A Fundação é um instrumento e também um resultado do Plano Diretor", diria a Diretora da FCC em entrevista já em 1976<sup>96</sup>, atestando para a pesquisa sobre os hábitos da população realizada pelo IPPUC que embasaria a criação e direcionaria as ações da nova instituição. Tal pesquisa, segundo matéria divulgada alguns meses antes da oficialização da

<sup>95</sup> Lei 4545, de 5 de janeiro de 1975. Cria a Fundação Cultural.

<sup>96</sup> Maria Eliza Paciornick, Diretora-Executiva da Fundação Cultural de Curitiba. GAZETA DO POVO. Curitiba: viva, bela e humana. 29 de março de 1976.

Fundação, acusaria as formas utilizadas pelo curitibano para desfrutar a cidade e apontaria quais os novos pontos de encontro que deveriam ser criados<sup>97</sup>. Por estas vias, a Fundação não só promoveria novas formas de uso e ocupação dos espaços urbanos, como também se apropriaria de atividades já ocorrentes, como as feiras populares, de arte e artesanato, regulamentando e disciplinando seus exercícios. Um espaço urbano animado pelas práticas sociais seria visto, potencialmente, também como um espaço cultural. A partir desta visão, a recreação e o lazer urbanos – definidos em conjunto como um dos pilares para o acionamento cultural – comporiam as estruturas de animação da cidade, e seus espaços, contingentes das práticas sociais, seriam elevados à categoria de equipamentos culturais.

A constituição, ou a reconstituição, de tais equipamentos, que estruturariam a animação da cidade, tinham o objetivo manifesto de se consagrarem como pontos de interesse local e também turísticos. Dentro do programa de "devolução do centro da cidade ao pedestre", conforme especifica o Plano de Ação Cultural, a revitalização do Setor Histórico de Curitiba fora prioritariamente localizada nesta convergência de interesses: "destinada a preservar o patrimônio histórico-cultural de Curitiba e a estabelecer novos pontos de encontro para a população". Com esta finalidade, convergiam ao espaço as atuações do IPPUC, como idealizador das alterações na substância física dos espaços e da normativa de uso do solo urbano; a FCC, como promotora de atividades e do almejado lazer cultural urbano e, não obstante os olhares coincidentes das duas instancias municipais, a Divisão de Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná (DPHA) teria um papel fundamental na seleção e tombamento de bens patrimoniais representativos da história e da cultura regional. A constituição do Setor Histórico de Curitiba, pode-se dizer, seria o produto exponencial desta convergência de olhares, onde as alterações sócio-espaciais tornar-se-iam consensuais amparadas pela construção patrimonial. Como observa Jeudy (2005), o valor patrimonial concedido também atuaria no sentido da consagração de uma "marca", como uma garantia de sua autenticidade, sendo "a institucionalização o reconhecimento oficial que o patrimônio confere a qualquer reivindicação identitária".

Neste sentido, o acionamento patrimonial também incidiria estrategicamente para legitimar a "marca" que Curitiba escolhera para construir sua identidade sócio-cultural e urbana. Uma ação que exemplifica essa constatação ocorreu em 1974 quando a paisagem (re)construída da Rua XV de Novembro fora tombada pela DPHA, preservando intactas as

---

<sup>97</sup> DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba ainda pode permanecer humana. 06 de outubro de 1972.

feições arquitetônicas do eclético ao recente estilo internacional e, obviamente, seu novo caráter sócio-ambiental proporcionado pelo projeto do IPPUC. A legislação que garantira a proteção da Rua XV data de 1953 e fora redigida como uma extensão regional da precursora legislação do SPHAN, de 1937. Sem as devidas alterações na própria concepção de patrimônio, o tombo paisagístico em 1974 pode ser visto como uma clara inflexão das recomendações nacionais, do IPHAN e do Plano de Ação Cultural do governo federal, quanto a emergência e salvaguarda do Patrimônio Ambiental Urbano. A própria Fundação Cultural de Curitiba fora criada vinculada à este contexto nacional, manifestando em seu Plano de Ação a intenção de incluir-se no Programa de Ação Cultural nacional e "transformar a cidade de Curitiba em laboratório vivo da atual programação cultural do Governo Federal"<sup>98</sup>.

#### 4.1.2.2 O *Marketing* Urbano

Além do ajuste político entre o nacional e o local, a cultura urbanística que se iniciava em Curitiba esboçava o incremento de um novo instrumento na política urbana que se tornaria ainda mais influente durante a década de 90.

Alguns autores como Oliveira (2000) e Sánchez (2003) observaram que em conjunto com as grandes intervenções e a (re)construção de espaços urbanos iniciados na década de 70, o *marketing* seria inserido estrategicamente atentando à duas finalidades específicas: primeiramente, segundo Sánchez (2001), em uma espécie de "simbiose entre governo e mídia, com a promoção orquestrada de fragmentos renovados do espaço da cidade junto à difusão dos usos sociais considerados adequados", contribuindo para a assimilação simbólica do espaço por determinados sujeitos e grupos sociais e induzindo formas de apropriação destes espaços; em segundo lugar, o *marketing* também proporcionaria a promoção da cidade e sua visibilidade internacional, dirigindo sua inclusão ao então recente mercado competitivo inter-cidades na busca de investimentos e recursos do capital transnacional, em consonância com a reestruturação econômica mundial em meados da década de 70. Neste contexto, podemos afirmar que a inserção deste novo instrumento na política de planejamento predominaria ainda sobre a captação de recursos e investimentos sobre os bens materiais e simbólicos urbanos, ou seja, sobre o patrimônio histórico do município, no entrelaçamento político entre patrimônio e planejamento, entre cultura e capital. O *marketing* atuaria, portanto, no desenvolvimento econômico do município e auxiliaria na concretização dos ideais sócio-

---

<sup>98</sup> Fundação Cultural de Curitiba. Plano de Ação Cultural. Curitiba, 1973.



espaciais dos planejadores, incidindo também, por este caminho, nas intenções de revitalização do Setor Histórico.

#### 4.1.3 O Setor Histórico de Curitiba

As proposições que nortearam a criação e a instituição do Setor Histórico de Curitiba condensavam as principais diretrizes políticas e as proclamadas de intervenção urbana, conjugando revitalização sócio-espacial através do incremento de equipamentos culturais e um novo espaço de lazer urbano, associados também à reestruturação de sócio-espacialidades e ao desenvolvimento econômico do município.

Situando nosso objeto de estudo no contexto político, o *marketing* funcionaria nesta ocasião como um dispositivo propulsor da prática de gentrificação ou enobrecimento urbano, onde o patrimônio urbano, juntamente com seus sentidos sócio-culturais que agrega, seria convertido em "mercadoria cultural" e o espaço em uma "paisagem espetacularizada". As intenções dos planejadores urbanos sobre a revitalização do Setor Histórico de Curitiba, como vimos no Plano de Revitalização, podem ser interpretadas como princípios manifestos de enobrecimento, na medida em que manifestavam seus objetivos econômicos através da inserção da atividade turística e da atribuição de novos usos específicos voltados ao consumo cultural. Ocasionalmente, intencionalmente, a remoção de usos e conseqüentemente usuários que consideravam inadequados – para utilizar o termo contido no Plano de Revitalização do Setor Histórico –, priorizando a reconversão do espaço em um equipamento cultural, um espaço de lazer passivo e ativo, contemplativo e consumível.

Associando as práticas dos planejadores urbanos, podemos sugerir que a instituição do Setor Histórico de Curitiba seria concretizada por duas vias que concorrem para o mesmo ponto pelo viés patrimonial: como recurso econômico para o município e como uma "marca" para ser veiculada e projetada no competitivo mercado global. Esta última, no entanto, refere-se também à intenção dos planejadores urbanos quanto a comunicar sentidos sócio-culturais para provocar sua assimilação por parte da população, uma representação identitária a qual, amparada pela construção patrimonial, seria em teoria facilmente reconhecível por seus valores histórico e culturais.

As políticas públicas municipais e as representações dos planejadores urbanos formuladas neste contexto da década de 70 formariam a base das intervenções posteriores na cidade e em nosso objeto de estudo. Podemos até mesmo arriscar e antecipar que ainda hoje, 40 anos depois, os fundamentos lançados pela vanguarda urbanística no poder podem ser identificados na constituição contemporânea do Setor Histórico

de Curitiba.

#### 4.1.3.1. Intervenções Pontuais

Entre arquitetar espaços culturais e ter todo um Plano para a cidade já transposto na forma de projetos, a euforia dos planejadores na gestão urbana se caracterizaria pela rapidez e agilidade com que as ações seriam realizadas. "Urgente" fora a palavra utilizada por Abrão Assad para qualificar a rapidez das intervenções urbanas nesta primeira gestão de Jaime Lerner, a ponto, segundo o arquiteto, de não se ter tempo de fazer um projeto bem detalhado no IPPUC porque a obra era mais urgente<sup>99</sup>. No Setor Histórico, a urgência das alterações transformou-se em intervenções pontuais que foram sendo realizadas logo após a oficialização de sua instituição.

O Setor Histórico começa a tomar forma, portanto, ainda em 1971, com a desapropriação da "casa de pedra", o início de sua restauração e a atribuição de um novo uso cultural. Denominada por lei em 1972<sup>100</sup> como "Casa Romário Martins" – em homenagem ao historiador curitibano –, a edificação localizada no Largo da Ordem foi considerada uma "unidade-monumento" na ocasião do Plano de Revitalização do Setor Histórico e sua restauração deveria resgatar sua fisionomia genuinamente colonial, destituindo as eventuais alterações que comprometessem sua identificação. Para tanto, a construção adjacente, onde funcionava uma peixaria, foi demolida e platibandas incorporadas em suas fachadas foram retiradas, deixando à mostra sua cobertura original.

Seus valores histórico e artístico já estavam, no entanto, reconhecidos pela DPHA do Estado do Paraná, que tombou a edificação em abril do mesmo ano, antes mesmo da instituição do Setor – o que certamente contribuiu para a desapropriação da casa comercial<sup>101</sup> pelo poder público e a consecução das obras de restauro. Concluído o restauro em 1973, a casa passou a sediar, já sob a administração da FCC, o primeiro núcleo de documentação e preservação da memória da cidade, constituindo a "base inicial da Casa da Memória e da Diretoria do Patrimônio Cultural do município"<sup>102</sup>, sendo seu uso atual um espaço de

---

<sup>99</sup> Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Memórias de Curitiba Urbana. Depoimentos, 4. Curitiba, 1990. Depoimento Abrão Assad, págs. 27-37 (depoimento concedido em março de 1989).

<sup>100</sup> Lei 4.335 de 18 de Setembro de 1972.

<sup>101</sup> Na casa de pedra, de acordo com o Plano de Revitalização, funcionava uma espécie de "armazém, quitanda e açougue".

<sup>102</sup> Dados da Fundação Cultural de Curitiba. Disponível em meio eletrônico.

exposições destinado a divulgar arquivos e pesquisas acerca da história e memória da cidade.



**Figura 09.** Casa Romário Martins  
[Antiga "Casa de Pedra"]

*Fonte:* Fundação Cultural de Curitiba.

No Largo da Ordem, em 1973, já instituída a Fundação Cultural e inaugurada a Casa Romário Martins, as fontes oficiais de cultura do município localizam o surgimento da Feira de Arte e Artesanato no local, consistindo deste então em uma das grandes atrações do Setor Histórico. No entanto, ao que parece, o espaço já vinha sendo ocupado aos domingos espontaneamente com este fim há alguns anos. Tal assertiva advém também da pesquisa *in loco* que realizamos – e que será acentuada no decorrer do trabalho – captada em conversa com um velho artesão que vagava lentamente no Largo da Ordem cumprimentando os colegas de profissão e nos revelou, direcionando seu olhar ao espaço, ser "um dos primeiros" a ocupar "aquele largo" em fins da década de 60<sup>103</sup>.

"Na Praça da Ordem, já está sendo realizada todos os domingos, a Feira de Arte Popular", informa a matéria que divulgava a instituição do Setor Histórico em 1971<sup>104</sup>, colocando-nos a par de que o poder público

<sup>103</sup> Conversa *in loco* durante pesquisa exploratória, em 15 de abril de 2011.

<sup>104</sup> VOZ DO PARANÁ. Os Prédios que são peças de museu. Curitiba, 21 de agosto de 1971.

também se apropriaria das atividades já ocorrentes no espaço e as transporta a seu favor. A recém instituída FCC atuaria sobre o espaço concomitantemente às primeiras intervenções, dessa forma, acreditamos que em 1973 a feira e o uso do espaço – visto como um equipamento cultural – seriam regulamentados e a atividade em si até mesmo acrescida, tendo em vista as proposições dos planejadores no Plano de Revitalização em transferir uma outra feira similar que acontecia em outra praça da cidade, consagrando seu espaço, ao menos aos domingos, com esta utilização "cultural".

Outra ação bastante similar à primeira, aconteceu no ano seguinte à inauguração da Casa Romário Martins. Sob decreto<sup>105</sup>, o sobrado localizado na Praça Garibaldi, esquina das Ruas do Rosário e Claudino dos Santos, designado posteriormente de Palacete Wolf, fora desapropriado pela prefeitura e restaurado pelo arquiteto Cyro Corrêa Lyra (o mesmo responsável pelo Plano de Revitalização do Setor Histórico), passando a abrigar a própria Sede da Fundação Cultural de Curitiba a partir de 1975, permanecendo com esta utilização até o ano de 2006.

Assim como a Casa Romário Martins, o Palacete Wolf também fora predicado como uma "unidade-monumento" que sofrera alterações em seus aspectos físicos e de uso originais. No momento em que foi realizado o Plano de Revitalização o sobrado era utilizado como uma espécie de pensão e abrigava no pavimento térreo usos comerciais<sup>106</sup>. A desapropriação do edifício sob a alegação de que "é necessária à preservação do Setor Histórico", conforme o decreto especifica, denota as intenções dos planejadores e o esforço que despenderiam em preservar os imóveis que consideravam representativos como bem patrimonial do município e em remover usos, e conseqüentemente usuários, que consideravam inadequados para o espaço do Setor Histórico de Curitiba. O novo uso do patrimônio municipal como sede da Fundação Cultural denota ainda, a nosso ver, uma postura afirmativa, ou auto-afirmativa, da constituição do espaço como um equipamento cultural, sob os olhares diretos e as premissas da instituição. Classificado como uma arquitetura típica curitibana no Plano de Revitalização do Setor, o Palacete é um resquício material das concepções espaciais e mão-de-obra dos imigrantes alemães e austríacos do final do século XIX, os quais, como vimos, foram os responsáveis pelas inovações construtivas na cidade e estavam à frente de diversas obras que simbolizaram os anseios modernos da elite

---

<sup>105</sup> Decreto Municipal nº 145, de 1º de Fevereiro de 1974.

<sup>106</sup> De acordo com o Plano de Revitalização, "livraria, sapataria e atelier de pintura de cartazes de propaganda" ocupavam simultaneamente o pavimento térreo deste edifício.

curitibana. Não obstante sua desapropriação, restauração e novo uso, o Palacete seria tombado pela DPHA em 1981, afirmando sua representatividade identitária sócio-cultural.



**Figura 10.** Palacete Wolf

*Fonte:* Fundação Cultural de Curitiba .

As alterações previstas pelo Plano de Revitalização foram sendo implementadas dessa forma, pontuais e urgentes, logo após a instituição do Setor Histórico de Curitiba e nos servem como elucidativas da participação, do diálogo e do entrelaçamento das três instâncias públicas apontadas como os principais agentes na (re)construção do espaço histórico: o IPPUC, como idealizador das alterações na substância física do espaço; a FCC, como promotora de atividades culturais; e a Divisão de Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná (DPHA), no tombamento de bens patrimoniais representativos da história e da cultura regional.

Estas primeiras ações compreenderam, portanto, as primeiras alterações físicas e de uso do espaço do Setor Histórico. Entre as grandes reformas urbanas, que também eram urgentes, as maiores alterações previstas para o espaço do Setor seriam realizadas com mais vigor a partir de 1979, já na segunda gestão do arquiteto Jaime Lerner, juntamente com uma formulação legal do patrimônio histórico municipal, culminando em uma conceituação mais precisa da própria categoria patrimônio e determinando o que deveria ser preservado.

#### 4.1.3.2 O Olhar Técnico sobre as Reformas Urbanas e a Preservação do Setor.

Acerca do que deveria ser preservado no Setor Histórico de Curitiba, a princípio, de acordo com o Plano de Revitalização, o olhar técnico privilegiava os aspectos construtivos e expressões arquitetônicas, as quais, definidas como peculiares, consagrariam ícones ou marcos simbólicos no espaço representativos da história e da identidade cultural da cidade e excluiriam as construções realizadas com menor rigor estético e construtivo, as ditas vernaculares, em contraposição aos ícones. A partir do imediatismo inteligível da estilística arquitetônica definiu-se o que era novo e o que era antigo no conjunto, o que nos sugere uma abordagem acrítica dos tempos históricos que desconsiderava suas próprias conjunturas históricas. Neste sentido, não nos torna difícil compreender a convivência dos planejadores com que parte da malha urbana e do conjunto arquitetônico histórico fossem demolidos em detrimento de outros princípios urbanísticos: o fluxo e a ligação viária intra-urbana.

A diretriz viária que desviava a Avenida Cândido de Abreu para consolidar um eixo de ligação entre as partes norte e sul da cidade, chamada Estrutural Norte (atual Travessa Nestor de Castro), fora concretizada logo no início da implementação do Plano Diretor, em 1972, seccionando definitivamente, visual e espacialmente, o Setor Histórico de Curitiba. Como observamos no Plano de Revitalização, previa-se assegurar apenas a ligação entre a Praça Tiradentes e o Largo Coronel Enéas, porém consentia-se com a destruição de boa parte do conjunto arquitetônico e da malha urbana ali presentes (Figura 08. e Figura 12). Segundo Dudeque (2010), os técnicos logo perceberiam o dano causado e o "*mea culpa* resultaria num controle rígido sobre o Centro Histórico".

Sobre o "*mea culpa*", uma medida que nos pareceu mitigadora deste processo realizada pelo IPPUC alguns anos após a abertura da via, em 1976, consistiu em uma passagem subterrânea para pedestres a fim de reatar a ligação entre o Largo da Ordem e a Praça Tiradentes. Sob a Tv. Nestor de Castro, a Galeria Júlio Moreira, como designada a passagem, fora concebida também como um espaço cultural para abrigar o Teatro Universitário de Curitiba (TUC), dando continuidade espacial ao setor cultural.

A figura abaixo tirada a partir do largo da Ordem nos mostra a entrada da Galeria Júlio Moreira e do Teatro Universitário, ao centro, e, ao fundo, é possível observar uma das torres da Catedral Metropolitana, localizada na Praça Tiradentes. Entre estes elementos, a via de tráfego ao centro:



**Figura 11.** Largo da Ordem: Galeria Júlio Moreira e Teatro Universitário de Curitiba

*Fonte:* a autora (06.01.2012).

A Galeria subterrânea abrigaria o primeiro espaço cultural entre outros construídos posteriormente pelo IPPUC no Setor que ficariam sujeitos aos cuidados e gestão da Fundação Cultural de Curitiba, servindo-nos também como exemplo de como se daria o diálogo e o entrelaçamento do IPPUC e da FCC na concepção dos novos espaços culturais. Como equipamento cultural, notamos que o Teatro Universitário de Curitiba seria palco e daria voz às encenações artísticas da cultura universitária, a contracultura ensaiada, a qual os governantes de então não só haviam colaborado com sua efervescência anos antes como deviam, na ocasião, partilhar sincera simpatia.

A construção e a instituição destes espaços culturais, juntamente com a Casa Romário Martins e o Palacete Wolf, encerraria, a nosso ver, o conjunto de intervenções de caráter pontual no Setor Histórico. Embora a construção destes espaços seja bastante significativa, as intervenções que moldariam o Setor Histórico alterando principalmente os referenciais de uso do espaço urbano, como previa o Plano de Revitalização, ficariam para a segunda gestão do prefeito a partir de 1979. As novas intervenções viriam amparadas por um estatuto patrimonial que daria maior credibilidade ao Setor a partir de pesquisa, mapeamento e inventário realizado nos moldes do CNRC, culminando em uma conceituação mais precisa da própria categoria "patrimônio" e determinando o que deveria ser preservado,

influenciando, decididamente, na preservação do Setor Histórico de Curitiba.

#### 4.2 INSTITUIÇÃO DO SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA: ZONEAMENTO E LEGISLAÇÃO PATRIMONIAL

Concomitantemente às primeiras intervenções no Setor, a equipe de planejadores lançava e aprovava a primeira lei de Zoneamento para o município após a aprovação do Plano Diretor em 1966. Em 1972, em pleno acordo com o Plano, a Lei 4.199 dispunha, distribuía e instituía as devidas zonas funcionais e os setores especiais na cidade legitimando também algumas ações que já haviam sido realizadas pelo poder público, como o Setor Preferencial de Pedestres na área central e o próprio Setor Histórico, que fora instituído por decreto já em 1971 antes mesmo da funcionalização do município como um todo. O zoneamento de 1972, no entanto, vigorou apenas por dois anos, sendo revogado e complementado em 1975 pela Lei 5.234, que permaneceria em vigor até o ano 2000, quando uma nova normativa seria lançada.

Pelo presente na Lei de Zoneamento de 1975, os setores especiais foram delimitados, inscritos e distribuídos conforme suas funções em distintas áreas da cidade, porém suas normas de uso e ocupação deveriam ser instituídas por legislação própria e complementar ao zoneamento. No caso do Setor Histórico, que já estava instituído e delimitado por decreto, o mapa da Figura 12 nos mostra que as disposições contidas no Plano de Revitalização prevaleceram, sem alterações. Conforma-se assim, portanto, o Setor Histórico de Curitiba a partir de 1975:





Figura 12. Setor Histórico de Curitiba, 1975.

*Fonte:* Reelaborado pela autora e confeccionado por Henrique Martins (2012) sobre mapa-base do IPPUC, 1979 e mapa de Zoneamento e Uso do Solo do IPPUC, 1975.

Sem referentes sobre a legislação que especificaria as normas de uso e ocupação do Setor Histórico após a aplicação do grande zoneamento urbano, acreditamos que a normativa sobre o Setor ficou vinculada ao seu decreto de instituição de 1971 e às recomendações do Plano de Revitalização. Sob o decreto de sua instituição, vigorado por 25 anos, ocorreriam as maiores alterações no Setor Histórico. O decreto somente seria revisto no ano 2000 e o espaço receberia restrições legais quanto ao uso e ocupação do solo como medidas de preservação e teria ainda ampliada sua delimitação. Sem submissão direta à qualquer normativa, o uso e a ocupação do espaço do Setor Histórico seriam induzidos e incentivados pela construção patrimonial em conjunto com as alterações físicas e de uso do espaço, as quais discriminaremos no decorrer do trabalho.

#### **4.2.1. Instrumentos de Preservação do Patrimônio Histórico**

Delimitado o Setor Histórico, a construção jurídica do Patrimônio Histórico e Cultural no município viria para dar suporte e credibilizar sua instituição. Envolvendo as esferas estadual e municipal tem-se início em 1977 a pesquisa que daria origem ao Plano de Preservação do Acervo Cultural da Região Metropolitana de Curitiba. Nos moldes do CNRC, como brevemente comentado, parece-nos que o estopim para tal ação fora lançado alguns anos antes, em 1975 – mesmo ano da criação do Centro Nacional de Referência Cultural –, quando a Secretaria do Planejamento da Presidência da República teria encaminhado à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná (DPHA) um documento propondo a criação de um programa de preservação do Patrimônio Ambiental e Urbano a ser executado conforme o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico<sup>107</sup>.

Em acordo com as diretrizes nacionais, o trabalho em Curitiba e região consistiu, resumidamente, em pesquisa histórico-arquitetônica, documentação e análise qualitativa das obras inventariadas, resultando no cadastramento de bens imóveis que passariam a compor o diversificado e representativo acervo cultural do Estado do Paraná. Só no centro da capital, abarcando também a área compreendida pelo Setor Histórico, 600 imóveis foram cadastrados.

A partir da pesquisa, uma classificação gradativa em termos de prioridade de preservação foi gerada e diretrizes de preservação foram lançadas, exemplificadas dessa forma: revitalização do uso através da reciclagem de edificações antigas; dinamização cultural através da

---

<sup>107</sup> O ESTADO DO PARANÁ. Preservar Centros Urbanos. 15 de Maio de 1975.

implantação de Casas de Cultura; complementação cultural através da criação de museus a nível regional; desenvolvimento turístico através da equipamentação de pólos e do estabelecimento de um roteiro turístico das colônias<sup>108</sup>. Tais diretrizes nos parecem uma extensão a nível estadual do que fora proposto para o Setor Histórico de Curitiba, não por acaso, à frente da equipe técnica do Plano regional encontrava-se Cyro Corrêa Lyra, o mesmo arquiteto que coordenara a pesquisa que daria origem ao Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba. A extensão regional das proposições também nos sugere o caráter precursor das propostas para o Setor Histórico, que antecipava localmente o que seria incentivado posteriormente em nível nacional, principalmente em relação à utilização de bens culturais para o desenvolvimento econômico.

Acerca das proposições para a preservação do acervo cultural, a equipe técnica emitiu a seguinte consideração:

Uma política eficaz de proteção da arquitetura antiga deve se basear em uma linha de revitalização de uso. A grande maioria das construções arroladas é composta de casas de moradia. A ameaça que comumente ronda este tipo de edificação é a sua inadequação aos padrões atuais de habitação. Pretender que seus proprietários venham a preservar suas velhas casas por filantropia cultural é tolice. Pode-se, porém, pretender que uma parte desses proprietários se conscientizem, que uma outra parcela seja induzida a isso por vantagens oferecidas pelo poder público, que uma outra se disponha a vender a quem queira conservar e que o Estado ou o Município assuma diretamente a preservação do restante<sup>109</sup>.

Estas considerações influenciariam decididamente as ações normativas em relação à preservação do Patrimônio Histórico em Curitiba. Após a pesquisa e utilizando-se do inventário e do cadastramento realizado de bens imóveis, o poder público municipal – agora novamente sob o comando do arquiteto Jaime Lerner – decretaria em 1979 a criação do Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação, indicando 586 imóveis na cidade que não mais poderiam ser destruídos ou modificados sem a avaliação e consentimento do poder público, recebendo incentivos

---

<sup>108</sup> Boletim da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), nº 10, p.12, mês Jan/Fev. 1981.

<sup>109</sup> Idem.

fiscais e "tratamento específico no sentido de adequá-los à vizinhança mais imediata e, sempre que possível, integrá-los ao contexto urbano"<sup>110</sup>. Dentre estes imóveis uma boa parte localizava-se no Setor Histórico de Curitiba.

As Unidades de Interesse de Preservação, ou as UIPs, como comumente designadas, comporiam o patrimônio histórico e cultural do município mas também serviriam como um instrumento do poder público, o qual concederia em troca um incentivo fiscal como uma espécie de parceria público-privada capaz de garantir e viabilizar a salvaguarda do patrimônio.

Segundo nos relatou a arquiteta da Diretoria do Patrimônio Cultural da FCC<sup>111</sup>, a princípio a idéia em torno da salvaguarda do Patrimônio consistia na apropriação por parte do poder público de todos os bens considerados de valor histórico e cultural para o município, porém, ao constatar a inviabilidade do desejo, a instituição das UIPs consistia no instrumento que mais se aproximava das intenções dos gestores, possibilitando, ainda, sua viabilização econômica.

No entanto, a instituição das Unidades de Interesse de Preservação ressoaria sobre os proprietários dos imóveis cadastrados como um congelamento dos seus bens, acreditamos, sendo que após o decreto – contou-nos ainda a arquiteta da FCC – houve uma "correria no setor imobiliário" de proprietários querendo se desfazer de seus imóveis, recorrendo, muitos deles, às instâncias judiciais para garantir seus direitos sobre a propriedade. O poder público chegaria até a decretar em 1981 a isenção de impostos sobre os imóveis de valor histórico e cultural cadastrados<sup>112</sup>, mas tanto este como o decreto anterior que instituiu as UIPs no município foram julgados, por sentença judicial, inconstitucionais e considerados sem efeito sob outro decreto, já em 1984<sup>113</sup>, assinado pelo então prefeito e opositor político de Jaime Lerner, Maurício Fruet.

Ainda que frustrada a normativa sobre a preservação do patrimônio histórico e sujeita à interesses distintos e oposições partidárias, a ação serviu para introduzir a preservação de bens culturais no município, influenciando, desde então, os planos de governos e projetos das gestões municipais que se seguiram.

Ainda nesta gestão de Lerner, porém, o poder público conseguiria

---

<sup>110</sup> Decreto Municipal nº 1.574/79, trecho retirado de matéria divulgada pelo jornal *Gazeta do Povo* em 16 de dezembro de 1979. O decreto chegou a ser consultado pela autora, no entanto, necessitando de uma nova consulta constatou-se que foi retirado dos meios de comunicação eletrônicos.

<sup>111</sup> Entrevista concedida em 17 de janeiro de 2012.

<sup>112</sup> Decreto Municipal nº 161, de 08 de maio de 1981.

<sup>113</sup> Decreto Municipal nº 9.684, de 25 de junho de 1984.

implementar por decreto uma Comissão Especial para tratar das questões relativas à preservação do Patrimônio no município<sup>114</sup>, e ainda, por lei, a instituição de incentivos construtivos para a preservação de imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico<sup>115</sup>. Esquecidos e não vigorados por conta da inconstitucionalidade do Setor das UIPs e também, digamos, por uma ruptura na continuidade administrativa da equipe de Jaime Lerner, ambos seriam retomados e regulamentados durante a terceira gestão do arquiteto, em 1991.

O decreto de 1991 considerava de valor histórico, cultural ou arquitetônico os imóveis "que fizeram parte da memória histórica ou cultural de Curitiba "e que contribuem "para a preservação da paisagem urbana tradicional da cidade"<sup>116</sup>. Para estimar estes valores, o decreto ainda regulamentava e implementava definitivamente a Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural (CAPC), a qual também ficariam responsável por deliberar sobre a concessão do incentivo construtivo<sup>117</sup>. A Comissão, desde sua instituição, atua como uma das principais instâncias que colaboram com a preservação do patrimônio municipal, é soberana e atua também aprovando ou revogando solicitações referentes ao uso do patrimônio, levando em consideração sempre um parecer expedido pelo IPPUC. O IPPUC, por sua vez, criaria no próprio órgão um setor dedicado exclusivamente ao Patrimônio Cultural do município, já em 1992.

Após a implementação da CAPC e do incentivo construtivo em 1991, o poder público implementaria uma nova categoria de avaliação do patrimônio no município: a Unidade de Interesse Especial de Preservação (UIEP). Assim como as UIPs – cujo termo jamais deixou de ser utilizado para o cadastramento de imóveis –, as UIEPs também dispunham de concessão de incentivos e também seriam avaliadas e definidas pela CAPC,

---

<sup>114</sup> Decreto Municipal nº14, de 08 de janeiro de 1980.

<sup>115</sup> Lei Municipal 6.337 de 28 de setembro de 1982.

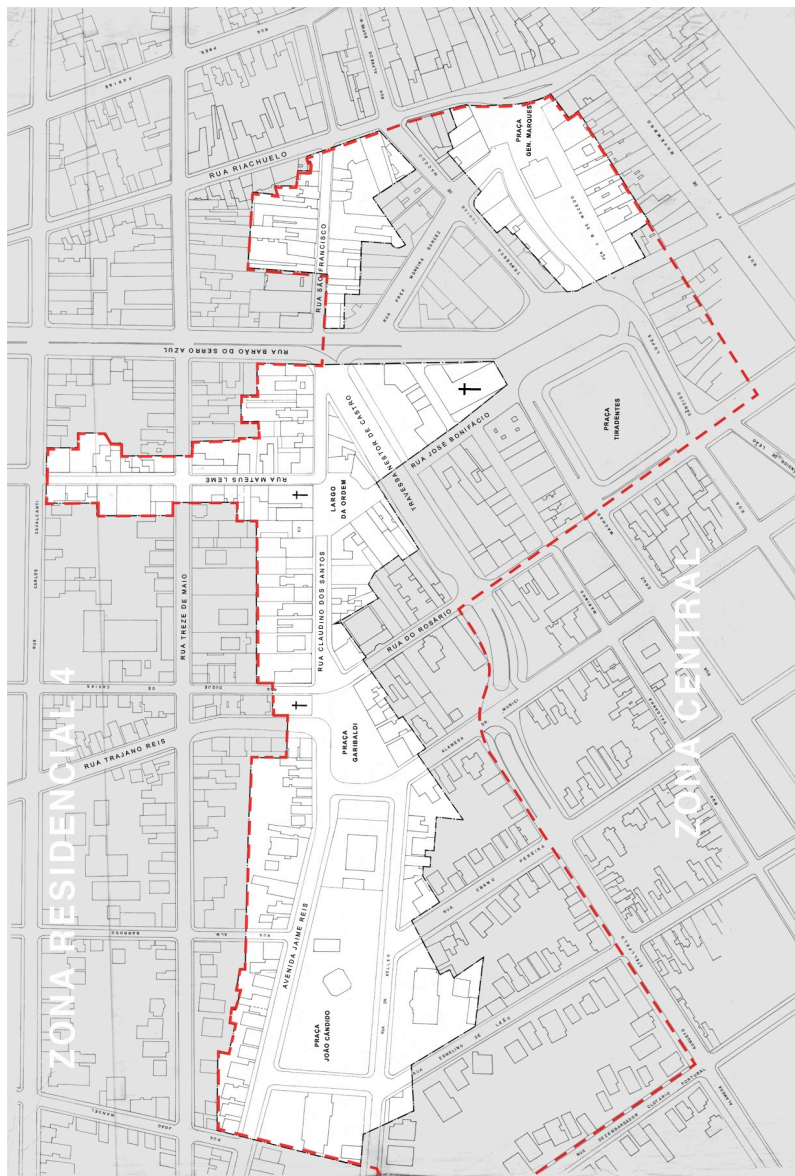
<sup>116</sup> Decreto Municipal nº 408, de 22 de julho de 1991.

<sup>117</sup> O incentivo construtivo a ser concedido pelo decreto consistia praticamente em um incentivo fiscal aos proprietários dos imóveis que, de forma compensatória sobre o direito de construir, daria condições para salvaguardar o patrimônio. Tal instrumento serviria de base para a consolidação da prática da transferência de potencial construtivo, a qual, instituída por lei no ano 2000 (Lei Municipal nº 9.803 de 03 de janeiro de 2000), consiste no principal instrumento de preservação do patrimônio histórico do município até os dias atuais. Ainda utilizando-se da compensação financeira como medida de preservação, seria aprovada, já em 2002, a redução do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) para os imóveis considerados como Patrimônio Histórico Cultural e devidamente cadastrados como Unidade de Interesse de Preservação (decreto municipal nº 662, de 12 de setembro de 2002).

criando, dessa forma, uma distinção e hierarquização quanto ao valor cultural, histórico e arquitetônico do patrimônio dentro da esfera municipal.

A experiência do planejamento e o amadurecimento das questões relativas à preservação do Patrimônio Histórico e Cultural levariam à inserção definitiva desta categoria na política de planejamento e desenvolvimento do município. Todas estas formulações patrimoniais dentro da política urbana incidiriam sobre a constituição do Setor Histórico e garantiriam sua preservação. A partir do ano 2000, como vimos, o Setor Especial Histórico, como denominado, receberia ainda uma legislação específica que incidiria no espaço ordenado e disciplinando seus usos, como promove a legislação de zoneamento urbano – consistindo em mais um dispositivo prático dos planejadores para garantir sua manutenção e preservação.

A nova legislação viria, portanto, para legitimar usos que certamente já haviam se firmado no local e delimitaria usos permitidos, tolerados e permissíveis. Dentre os usos permitidos podemos destacar os que firmavam o Setor Histórico como um espaço de lazer, cultura e turismo, como: habitações transitórias e usos comunitários de lazer e cultura (museus, teatros, cinema, galerias de exposições, sociedades culturais, entre outros). Tendo sua poligonal expandida, e sendo subdividido em sub-setor 1 e 2 para diferenciação de parâmetros construtivos, a nova conformação, que incorporou partes adjacentes e a Praça Tiradentes, também legalizava e permitia usos habitacionais (habitação coletiva) e os denominados vicinais e de bairro, de comércio e serviços, considerados de uso imediato e cotidiano.



**Figura 13.** Setor Especial Histórico, 2000.

*Fonte:* Reelaborado pela autora e confeccionado por Henrique Martins (2012) sobre mapa-base do IPPUC, 1979 e mapa de Zoneamento e Uso do Solo, anexo da Lei 9.800/00, IPPUC, 2000.

A normativa de uso do solo, no entanto, não necessariamente poderia ser aplicada em todas as edificações, tratando-se de UIPs e eventualmente UIEPs os usos ficariam sujeitos à avaliação do IPPUC e da CAPC, ou seja, a preservação e a utilização do patrimônio histórico se manteriam vinculadas às decisões dessas instâncias.

Destaca-se, neste processo legal de construção do Patrimônio Histórico em Curitiba, a inexistência da prática do tombamento. Sua preservação seria garantida principalmente a partir do cadastramento de imóveis e incentivos fiscais e construtivos. No entanto, destacamos a construção patrimonial destinada exclusivamente ao saber das esferas institucionais, a CAPC e o IPPUC, pela atribuição dos valores históricos e culturais. Localizando-as como produtoras legítimas das representações simbólicas sócio-culturais no espaço urbano e da identidade cultural local.

Entre leis e decretos, dispositivos práticos das representações dos gestores e planejadores urbanos, o Setor Histórico vinha paralelamente, desde sua instituição, sendo (re)construído na cidade também pelas projeções sócio-espaciais dos arquitetos e urbanistas do IPPUC. Como enfatizamos, as alterações previstas pelo Plano de Revitalização do Setor seriam implementadas com mais vigor a partir de 1979, na segunda gestão do prefeito Jaime Lerner, em conjunto com a instituição das normativas patrimoniais, dando credibilidade para a constituição do espaço histórico. Conjugando a normativa patrimonial com as ações do planejamento urbano, partimos para discorrer sobre a (re)construção do espaço do Setor Histórico de Curitiba.

#### 4.3. A (RE)CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR

"Bom, em 1979 [...] as casas velhas ainda eram pensões em processo de decadência."<sup>118</sup>

Assim relataria o engenheiro Rafael Greca que ingressava na equipe de Lerner neste mesmo ano com a incumbência, segundo ele, de "cuidar da Casa Romário Martins". De acordo com o engenheiro, sua contribuição na Casa era fazer a "ligação entre a memória da cidade com o planejamento urbano: entre a paisagem e memória da cidade". Sua atribuição estaria vinculada aos propósitos do próprio Lerner que ingressava nesta sua segunda gestão trazendo novas idéias que giravam em torno, segundo Greca, de "identidade e pertencimento". Se remontarmos os aspectos simbólicos sócio-culturais que intercalam a própria construção patrimonial,

---

<sup>118</sup> Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Memórias de Curitiba Urbana. Depoimentos, 4. Curitiba, 1990. Depoimento Rafael Greca de Macedo, págs. 37-69 (s/d).



identidade e pertencimento constituem categorias subjetivas, as quais, articuladas em referentes culturais materializados, contribuem para o estabelecimento de nexos, vínculos, entre sociedade e território, entre o espaço físico e o espaço social. Ausente no discurso, mas presente nas entrelinhas do Plano de Revitalização do Setor Histórico, a idéia de identidade e pertencimento seria trazida oficialmente para as representações dos planejadores e nos é elucidativa quanto ao início da própria construção patrimonial no município, acentuando também o que observamos sobre a correlata reestruturação de sócio-espacialidades na (re)construção dos espaços urbanos por intermédio das representações patrimoniais e culturais.

Dando continuidade à alteração da realidade urbana, portanto, em meio à implementação da primeira normativa patrimonial do município proposta pelo prefeito e a estimativa acerca das categorias subjetivas coletivas, os esforços sobre o Setor Histórico transcenderiam as representações projetuais e normativas patrimoniais e incidiriam no uso do espaço com outra abordagem.

Lembrando da notícia que divulgava a instituição do espaço, a matéria salientava: "Outra preocupação da prefeitura é estimular o desenvolvimento no Setor Histórico de atividades comerciais compatíveis [...]. Antes, porém, a municipalidade terá que convencer determinados comerciantes a deixarem o setor, pois seus ramos são considerados inadequados (açougues, mercearias, lojas de tecidos e ferragens, etc.)"<sup>119</sup>. Ao que parece, sem uma normativa que regulava e disciplinava o uso do solo urbano, a municipalidade faria exatamente isso, utilizando as palavras do próprio Greca:

Começamos um processo de substituição dos bordéis por restaurantes e pontos de encontro, bares e locais de animação. Lembro-me de ter convencido o velho Strobil – hoje falecido – a transformar, numa Festa da Ordem, seu depósito da loja de tintas num restaurante. Deu tanto lucro, que eles resolveram manter para sempre e hoje é o *Schartzwald*.<sup>120</sup> Cada espaço foi conquistado para a memória da cidade.<sup>121</sup>

A Festa da Ordem, a qual se refere o engenheiro, tratava-se de mais um dispositivo de animação para os espaços públicos urbanos também

---

<sup>119</sup> VOZ DO PARANÁ. Op. cit.

<sup>120</sup> Mais conhecido como "Bar do Alemão", inaugurado em 1979.

<sup>121</sup> IPPUC, 1990. Op. cit.

relacionado com a concepção dos novos espaços culturais. Em homenagem a São Francisco de Assis, a Festa promovia o início das obras de restauro da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas que receberia, já em 1982, o Museu de Arte Sacra<sup>122</sup>. Durante a restauração da Igreja e o esforço para substituir o tipo de comércio do Setor urbano, as ruas que convergem ao Largo da Ordem recebiam calçamento e passavam a ser utilizadas somente para o trânsito de pedestres. As obras terminaram no mesmo ano, em 1980, alterando definitivamente os referenciais de uso daqueles espaços, contribuindo também para a modificação perceptível do conjunto arquitetônico presente.

Dessa forma, preconizando a legibilidade e imaginabilidade do conjunto histórico conformado, seria assim, a nosso ver, o grande início da consagração das intenções sócio-espaciais para o Setor Histórico. Junto com o calçamento, os arquitetos ainda resgataram o antigo bebedouro que ali costumava existir quando era ponto de parada das carroças dos colonos imigrantes e que dera lugar, no início do século XX, a um mictório público, com vistas a atender a demanda que ali parava em função das atividades comerciais.

Em princípios da intervenção, o jornal *Gazeta do Povo* divulgava as obras ressaltando o fechamento das vias ao tráfego automobilístico e que o Setor ainda deveria receber, após o calçamento, "novos adereços", como "lâmpioes no estilo do século XIX" sobre as fachadas das edificações e "iluminação especial para realçar os monumentos históricos"<sup>123</sup>. Na mesma matéria ressaltou-se também o descontentamento dos comerciantes locais os quais, assim como ocorrera na rua XV de Novembro, temiam a queda do movimento de seus estabelecimentos imaginando que as pessoas procurariam o Largo apenas para passear, "acabando assim com o ponto de comércio local"<sup>124</sup>.

Esta e outra matéria veiculada no mesmo ano nos dão indícios do uso do espaço no início das intervenções. Segundo nos revela a matéria do jornal *O Estado do Paraná*, bares e bordéis eram usos presentes no espaço do Setor Histórico que atraíam múltiplos usuários, ressaltando que durante a noite o ambiente se transformava, "lembrando um pouco o romance

---

<sup>122</sup> Equipamento cultural previsto no Plano de Revitalização para integrar a Catedral Metropolitana, mas que acabaria sendo implementado na Igreja da Ordem.

<sup>123</sup> GAZETA DO POVO. Setor Histórico será só para Pedestres. Curitiba, 27 de fevereiro de 1980.

<sup>124</sup> Comércio de tecidos, armazém e papelaria foram os estabelecimentos comerciais presentes e consultados pelo jornal *Gazeta do Povo* para a redação da matéria

sinistro de *Dr. Jekyll and Mister Hyde*" <sup>125</sup>. Duas personalidades antagônicas presentes num mesmo corpo sugere o romance, duas atmosferas antagônicas presentes no mesmo espaço, podemos assimilar, relacionando os distintos usos que haviam no local.

"Com entusiasmo, acompanhei como o prefeito Jaime Lerner transformou o rosto da cidade.[...] Era a dedicação das pessoas em transformar a cidade numa coisa nova".<sup>126</sup>

Com este entusiasmo relata Rafael Greca as alterações no Setor Histórico de Curitiba. Dedicção e esforço, portanto, continuariam a ser despendidos para a (re)construção do espaço histórico.

Ainda nos anos 80, o poder público negociou com um empresário libanês a concessão de seu imóvel no Largo da Ordem para instalar ali a Casa da Memória de Curitiba. Cedido por vinte anos ao município, este ficaria responsável pelo restauro do sobrado. A Casa foi inaugurada em 12 de maio de 1981 e ali permaneceria até 1985, quando sua sede foi transferida para outro sobrado na rua 13 de maio, também no Setor Histórico.

Conjunto de dois sobrados, os imóveis pertenciam à família Guimarães e foram desapropriados pelo município em 1981. O primeiro sobrado abrigaria a Casa da Memória até 1993 e o segundo, na esquina das ruas Mateus Leme e 13 de Maio, único exemplar com três pavimentos no Setor Histórico, deveria ser restaurado e, de acordo com Rafael Greca, o poder público tentou várias vezes com a Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) transformar o "velho bordel" em uma hospedaria. Plano que não foi realizado devido a inviabilidade do espaço do imóvel em abrigar este tipo de uso.

---

<sup>125</sup> O Estado do Paraná. Não foi só bebedouro .... Curitiba 287 anos, 18 de março de 1980.

<sup>126</sup> IPPUC, 1990. Op. cit



**Figura 14.** Solar dos Guimarães  
*Fonte:* Fundação Cultural de Curitiba.

O Solar dos Guimarães, assim designado, somente começaria a ser restaurado em 1983, ano em que ingressava na gestão da cidade o prefeito Maurício Fruet. Como observamos, o prefeito de posição política oposta à Lerner assinaria o decreto que destituía o Setor das UIPs mas não deixaria de desenvolver uma política de preservação do patrimônio histórico em conjunto com a política de planejamento e desenvolvimento urbano. As propostas apresentadas em seu plano de governo agregavam, podemos dizer, a concepção de cidade presente na esfera política municipal desde o início da implementação do Plano Diretor – principalmente em relação à preservação do patrimônio cultural, histórico e arquitetônico, a identidade cultural da cidade e a manutenção da escala da cidade "tradicional", além de firmar o centro da cidade como o espaço de lazer e cultura e principal ponto de encontro da população.

#### **4.3.1. Centro e Setor**

As proposições lançadas pela nova gestão embasariam a implementação do *Projeto Centro*, o qual apontava o núcleo central como uma "síntese do grande legado que as cidades tradicionais transmitiram: a multiplicidade de funções mesclada a valores subjetivos como a escala, a

paisagem, a animação e a continuidade"<sup>127</sup>.

Esta noção do centro da cidade, no entanto, excluía o Setor Histórico das alterações previstas para o espaço central pelo projeto. Visto como uma outra estrutura funcional da cidade, o Setor Histórico seria associado ao *Projeto Centro* como uma extensão física do espaço que através de seus usos e sua animação, principalmente noturna, resoariam e auxiliariam para a vitalidade da área central, sendo necessário sua manutenção desta forma. Além disso, conformado pela concentração de unidades históricas que deveriam ser preservadas, sua manutenção também referenciava a conservação da própria identidade espacial, "da própria personalidade do setor", como foi colocado. Personalidade espacial que pretendiam os gestores para caracterizar e revitalizar a área central como parte do *Projeto Centro*.

De fato, poucas alterações no Setor Histórico foram observadas em nossa pesquisa durante esta gestão, somente o início da restauração do Solar dos Guimarães e a inauguração da Casa da Memória ao lado. A maior alteração física do espaço foi realizada defronte a Catedral Metropolitana em 1985 – lembrando que nesta época o Setor Histórico não abarcava a Praça Tiradentes e tampouco o espaço em frente a Catedral – ,consistindo na ampliação do calçamento, ou "plataforma" como foi designada, sob a alegação de que a edificação encontrava-se "prensada, física e visualmente, por vias de circulação intensa". A ampliação da calçada traria, dessa forma, maior segurança aos pedestres e fiéis que freqüentavam a Catedral, além de valorizar o monumento histórico pela alteração da percepção espacial e visual do objeto (Figura 12 e Figura 13).

Embora não abarcando o Setor Histórico de Curitiba, o Projeto Centro nos chama a atenção por seus objetivos manifestos em revitalizar a área. A constatação do poder público de que o centro da cidade estaria sem vida, por assim dizer, pode ser observada pelos problemas que foram apontados e que justificariam a revitalização do espaço<sup>128</sup>. Apontados os problemas, a solução perpassava pela (re)construção dos espaços urbanos com o intuito de induzir, por intermédio de dispositivos culturais de animação, o retorno da população ao centro da cidade ao menos nos fins de semana e estabelecer o centro como um pólo de lazer e cultura.

O interesse em expormos estas representações encontra-se na

---

<sup>127</sup> Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Projeto Centro. Curitiba, 1984.

<sup>128</sup> Entre os problemas apontados pelo Projeto Centro estavam: o esvaziamento da função habitação, afastamento gradual de populações com renda acima de determinados padrões, deterioração de alguns espaços físicos e ausência de uma personalidade física.

semelhança com as intenções da revitalização do próprio Setor Histórico, principalmente quanto à deterioração e "personalidade" do espaço e a tentativa de atrair determinados usuários. O *Projeto Centro* ainda nos coloca a par da consolidação de algumas projeções sócio-espaciais contidas no Plano de Revitalização do Setor Histórico, como a "personalidade do setor", ou seja, a caracterização singular do espaço, sua identidade espacial já constituída, bem como a utilização do espaço como ponto de encontro e lazer passivo e ativo.

Em 1985, o periódico *Correio de Notícias* divulgava o "novo espaço de encontros descontraídos e bem humorados" da classe média curitibana<sup>129</sup>. No Setor Histórico aos domingos pela manhã quando a Feira de Artesanato, já regulamentada e com aproximadamente 500 barracas de acordo com a matéria, reunia grupos que discutiam desde política à artes em geral e se consagrava como ponto de encontro de intelectuais. A matéria traz uma entrevista com uma das organizadoras do evento a qual ressalta que a Feira de Artesanatos, após "perambular de praça em praça", ganhou seu espaço definitivo no Setor Histórico da cidade, "que além de ser um atraente espaço cultural também recebeu uma boa dose de valorização imobiliária". A partir desta matéria podemos considerar que algumas pretensões sócio-espaciais para o Setor foram, assim, bem sucedidas do ponto de vista dos planejadores urbanos. Este caráter sócio-espacial, essa atmosfera cultural e de encontro, desejavam também os gestores ao implementarem o *Projeto Centro*.

#### 4.3.2 Identidade Visual: Legibilidade Espacial

No Setor Histórico, incidiriam as representações da próxima gestão da cidade. Ao assumir a prefeitura em 1987, Roberto Requião, partidário do prefeito anterior, daria continuidade ao *Projeto Centro* estabelecendo metas de intervenções pontuais e anunciaria logo de início a "Revitalização do Largo da Ordem", dando continuidade à revitalização do Setor Histórico, podemos dizer. Na revitalização do Largo da Ordem os paralelepípedos das ruas calçadas foram todos trocados e o bebedouro em seu ponto central religado, as edificações foram limpas e repintadas. Os técnicos do IPPUC vinham elaborando ainda um projeto para a pintura das fachadas e despoluição visual do Setor Histórico e colocariam em prática a primeira fase, especialmente para o Largo da Ordem e as ruas convergentes.

Por este projeto observamos que muitos estabelecimentos

---

<sup>129</sup> CORREIO DE NOTÍCIAS. Domingo é Dia de Feira. Curitiba, 01 de junho de 1985.

comerciais presentes no local utilizavam toldos de lona sobre suas portas e placas de identificação do comércio sobre as fachadas dos prédios históricos, o projeto então previa a retirada destes objetos sobressalentes e a uniformização da identificação dos estabelecimentos. Estas alterações visuais seriam complementadas em 1989, já na terceira gestão de Jaime Lerner, com o "emplacamento" das unidades componentes do Patrimônio Histórico do município visando facilitar sua leitura e identificação.

Nesta gestão de Lerner as ações foram voltadas principalmente sobre a preservação do Patrimônio do município com a implementação do incentivo construtivo para os imóveis de valor histórico e cultural, a instituição da Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural e a criação do Serviço do Patrimônio Cultural no IPPUC. Significativamente, nesta gestão ainda foi realizada a reconstrução de parte do Solar dos Guimarães – que permanecera fechado desde sua desapropriação e restauração – e a instalação, em 1992, do Conservatório de Música Popular Brasileira em suas dependências, sob a gestão da Fundação Cultural de Curitiba.

#### 4.3.3 Espaço de Encontro e Lazer

Entre a consolidação da normativa patrimonial no planejamento urbano de Curitiba e as novas alterações no Setor Histórico, algumas matérias veiculadas pela imprensa nos dão a impressão da consagração do espaço como ponto de encontro e lazer principalmente durante o período noturno e, em contrapartida, o surgimento de conflito com a população residente do local.

É uma tanto difícil imaginar a cena de uma pátio colonial calçado com paralelepípedos invadido por mesinhas ocupadas pelas mais diversas figuras noturnas, de *punks* a *socialites*. É mais difícil ainda é pensar que, no meio do burburinho da moçada com menos de 45 anos, possa surgir, repentinamente, um velho padre, aos berros, pedindo por silêncio para que ele possa repousar em paz. Mas isso acontece. [...] entranhado no Setor Histórico da Cidade, ao lado de galerias de arte, antiquários e igrejas.<sup>130</sup>

Um espaço ocupado por diferentes grupos sociais devido a diversidade de estabelecimentos noturnos e, "de punks à socialites", a disputa por um lugar em que se possa simplesmente estar e consumir nos sugere esta matéria de 1989, colocando-nos a par também que em meio ao

<sup>130</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. História e Recato embalam Curitiba. São Paulo, 22 de julho de 1989.

"burburinho" noturno, galerias de arte e antiquários – usos considerados adequados e incentivados pelos planejadores urbanos de acordo com o Plano de Revitalização – já haviam se firmado no local.

Assim como o "velho padre" que reclamava por silêncio, o uso noturno do espaço incomodaria residentes e outros comerciantes, outros usuários e praticantes do espaço. Estes usuários, por sua vez, formariam um consenso a partir de 1991 na forma da Associação de Moradores e Comerciantes do Setor Histórico para reivindicar alterações quanto ao uso do espaço do Setor e aclamar por suas representações. De acordo com outra matéria já de 1991, a Associação questionava os critérios para a concessão de alvarás de funcionamento dos estabelecimentos considerados "espeluncas", os quais, segundo eles, seriam os responsáveis pelo barulho, pela bagunça e pela depredação no espaço promovida por gangues que, ainda segundo a matéria, dominavam o local<sup>131</sup>. A atração noturna destes grupos sociais dava-se inteiramente pela quantidade e variedade de estabelecimentos presentes – segundo a mesma matéria, cerca de 30 bares, restaurantes e danceterias ocupavam o local.

"Largo da (des)Ordem" qualificava o espaço outra matéria em 1992, veiculando o temor dos residentes e o provável descaso por parte do poder público. De acordo com a matéria, a Associação ainda descontentava-se com algumas declarações feitas pelo deputado de então, Rafael Greca, diante das inúmeras denúncias e reclamações. Ao que parece, Greca, que se auto-intitulava "representante do Setor Histórico", chegava a proclamar que "o Setor precisa ser muito alegre e festivo" e recomendava que "os incomodados é que se mudem"<sup>132</sup>. Estas declarações indiciam que, do ponto de vista dos planejadores e gestores, o espaço se tornara de fato um ponto de encontro e lazer, um espaço animado, um espaço cultural, mas desconsiderava as consequências e divergências quanto à estes sentidos atribuídos e aos usos do espaço decorrentes dos mesmos.

#### 4.3.4 Memória e Paisagem

Sob este conflito de visões, o próprio Rafael Greca assumia a prefeitura em 1993 e os projetos de revitalização do Setor Histórico. Logo no início de sua gestão, instituiu o decreto que estabelecia as Unidades Especiais de Interesse de Preservação (UIEPs). No mesmo ano, a Catedral

---

<sup>131</sup> VEJA Paraná. Larga Desordem: o movimento no Largo da Ordem irrita moradores. Curitiba, v. 24, nº 44, novembro de 1991.

<sup>132</sup> O ESTADO DO PARANÁ. No Setor da Desordem, clima é de desespero. Curitiba, 25 de janeiro de 1992. Disponível em meio eletrônico: <www.millarch.org>.



Metropolitana e a Sede da Sociedade Garibaldi no Setor Histórico foram elevadas à esta categoria. Esta última, por sua vez, já havia sido tombada em 1988 pela então Coordenação do Patrimônio Cultural do Paraná (CPC), que substituiu a DPHA do Paraná. Posteriormente, seriam ainda consideradas UIEPs no Setor Histórico o Palacete Wolf, sede da FCC, e o antigo Paço Municipal na Praça Generoso Marques, onde funcionava o Museu Paranaense – em 2001 e 2002 respectivamente.

Especialmente sobre o Setor Histórico, suas ações parecem que ainda estavam vinculadas à integração da paisagem com a memória da cidade, como quando ingressara na Casa Romário Martins. Sua primeira ação fora desapropriar a chamada Casa Hoffmann que, após sofrer um incêndio em 1996, seria restaurada e inaugurada somente em 2003 como o Centro de Estudos do Movimento e administrada pela FCC. A Casa Hoffmann seria o último imóvel até o presente momento desta pesquisa a ser desapropriado pelo poder público, restaurado e transformado em equipamento cultural<sup>133</sup>.

---

<sup>133</sup> Percebendo e questionando o esforço da municipalidade em deter estes imóveis sob sua tutela mesmo após a instituição da normativa patrimonial, que garante os direitos individuais sobre a propriedade e ainda incentivos fiscais, a arquiteta da Fundação Cultural de Curitiba nos informa que o interesse do poder público reside justamente em mostrar à população que se pode preservar um bem histórico e ao mesmo tempo abrigar um outro uso, convertê-lo à outra função.



**Figura 15.** Casa Hoffmann

*Fonte:* a autora (06.05.2011).

No centro da Praça Garibaldi, o prefeito inaugurava em 1995 a chamada Fonte da Memória e complementava sua ambientação com postes e luminárias no "estilo republicano". Mais conhecida pelas linguagens populares como "Fonte do Cavalo" ou "Cavalo babão" trazia em sua concepção um vínculo com o passado de uso do espaço pelos colonos imigrantes, que se deslocavam em carroças até o Largo da Ordem para comercializar sua produção em fins dos século XIX e início do século XX, e ao mesmo tempo, procurava homenageá-los.

Ainda neste ano, foi inaugurada a chamada Arcadas de São Francisco, em frente às ruínas na Praça João Cândido. Concebida como um equipamento cultural, as Arcadas constituem um palco feito em pedra e uma arquibancada ao ar livre onde, sob esta, uma galeria fora concebida para abrigar especificamente exposições, comércio de arte e antiquários.

Próximo ao Largo da Ordem, o Memorial de Curitiba seria inaugurado em 1996, em terreno onde antes era utilizado como estacionamento e que fora adquirido pelo município. Concebido também como um equipamento cultural abriga, desde então, espaços destinados à exposições de arte e eventos, auditório e um palco onde se realizam apresentações teatrais e musicais, tendo seu uso vinculado, certamente, à Fundação Cultural de Curitiba.



**Figura 16.** Memorial de Curitiba  
*Fonte:* Fundação Cultural de Curitiba.

Notadamente nesta gestão, as alterações físicas no Setor Histórico seriam estendidas pela primeira vez para além da área compreendida entre a Praça Garibaldi e o Largo da Ordem. Onde se localiza o Pelourinho da cidade, entre a Praça Tiradentes e a Praça Generoso Marques, as designadas Arcadas do Pelourinho seriam inauguradas em 1994.

Assim como as Arcadas de São Francisco, o equipamento fora concebido para abrigar usos específicos e se consolidaria com o Mercado das Flores – aberto 24 horas –, bancas de revistas e cafeteria. A construção das Arcadas do Pelourinho era parte integrante de um projeto específico de revitalização da a Praça Generoso Marques, o qual estava diretamente relacionado à implementação do *Projeto Cores da Cidade*. Em parceria público-privado, o *Projeto Cores da Cidade* abarcava o conjunto arquitetônico da Praça onde se localiza o antigo Paço Municipal e parte da Rua Riachuelo, que também compõe o Setor Histórico de Curitiba.

#### 4.3.5 Revitalização Estratégica

Esta primeira ação público-privada para a revitalização do espaço urbano inauguraria uma série de planos e projetos pontuais, os quais, com essa finalidade, comporiam em conjunto os denominados *Planos Estratégicos*. Antes, porém, da instituição oficial do Planejamento Estratégico no município, o poder público, sob o comando do prefeito Cássio Taniguchi,

encerraria as alterações físicas no espaço do Setor Histórico com a substituição do pavimento asfáltico por paralelepípedos na Avenida Jaime Reis – que não teria o tráfego de veículos impedido –; a pintura da Igreja do Rosário; e a inauguração da nova Sede da Casa da Memória, em 1999. Esta última ainda agregava em suas instalações um antigo sobrado em estilo eclético que fora restaurado para a ocasião e encerrava a implementação de equipamentos culturais concebidos pelo IPPUC.



**Figura 17.** Casa da Memória

*Fonte:* Casa da Memória.

De forma estratégica, no entanto, o poder público passaria desde então a promover ações pontuais para a revitalização de determinados espaços urbanos, inclusive no interior dos limites do Setor Histórico de Curitiba.

Incorporando a Praça Generoso Marques e parte da Rua Riachuelo no Setor Histórico, o *Projeto Eixo Barão-Riachuelo* (1997) visava resgatar o antigo eixo da Rua da Liberdade entre a Estação Ferroviária e o antigo Paço Municipal, construído na efervescência política e econômica da Curitiba do início do século XX. O Projeto acabaria sendo representado e transposto no ano 2000, juntamente com o novo zoneamento urbano, como um Setor Especial com regulamentação específica de uso do solo urbano, da mesma forma e no mesmo ano em que o Setor Histórico também receberia esta normativa. Sem nos adentrarmos nos pormenores deste projeto, pois ultrapassa os limites do nosso objeto de estudo e dos

objetivos desta pesquisa, podemos apenas relatar que as ações que envolveriam a revitalização do Eixo Barão-Riachuelo acabariam por ressoar no Setor Histórico de Curitiba.

Na praça Generoso Marques, o Paço da Liberdade seria restaurado e o Museu Paranaense que funcionava em suas instalações transferido para o Palácio São Francisco no Setor Histórico, em 2003. Considerado uma UIEP em 2002, o Palácio São Francisco também era tombado desde 1986 pela Coordenação do Patrimônio Cultural do Paraná. Como um equipamento cultural, mas de caráter público-privado, o novo Paço da Liberdade foi então inaugurado em 2009, consagrando também o único exemplar do município tombado pela esfera nacional. A Praça Generoso Marques, em conjunto com o Paço, também fora (re)construída com um novo projeto paisagístico e pintura do conjunto arquitetônico eclético que a conforma. Da mesma forma, a "Nova Riachuelo" também foi inaugurada no ano seguinte, com nova pintura em tons vibrantes nas fachadas das edificações, um novo calçamento e iluminação pública.



**Figura 18.** Paço da Liberdade e Praça Generoso Marques

*Fonte: a autora (22.01.2012).*

Inserida nas estratégias pontuais do planejamento urbano de Curitiba, a Praça Tiradentes, que compunha o Setor Histórico desde 2000, também seria completamente (re)construída pelo *Programa Marco-Zero* implementado em 2004 pelo mesmo prefeito Cassio Taniguchi, que alavancava sua segunda gestão. A (re)construção da Praça chama a atenção

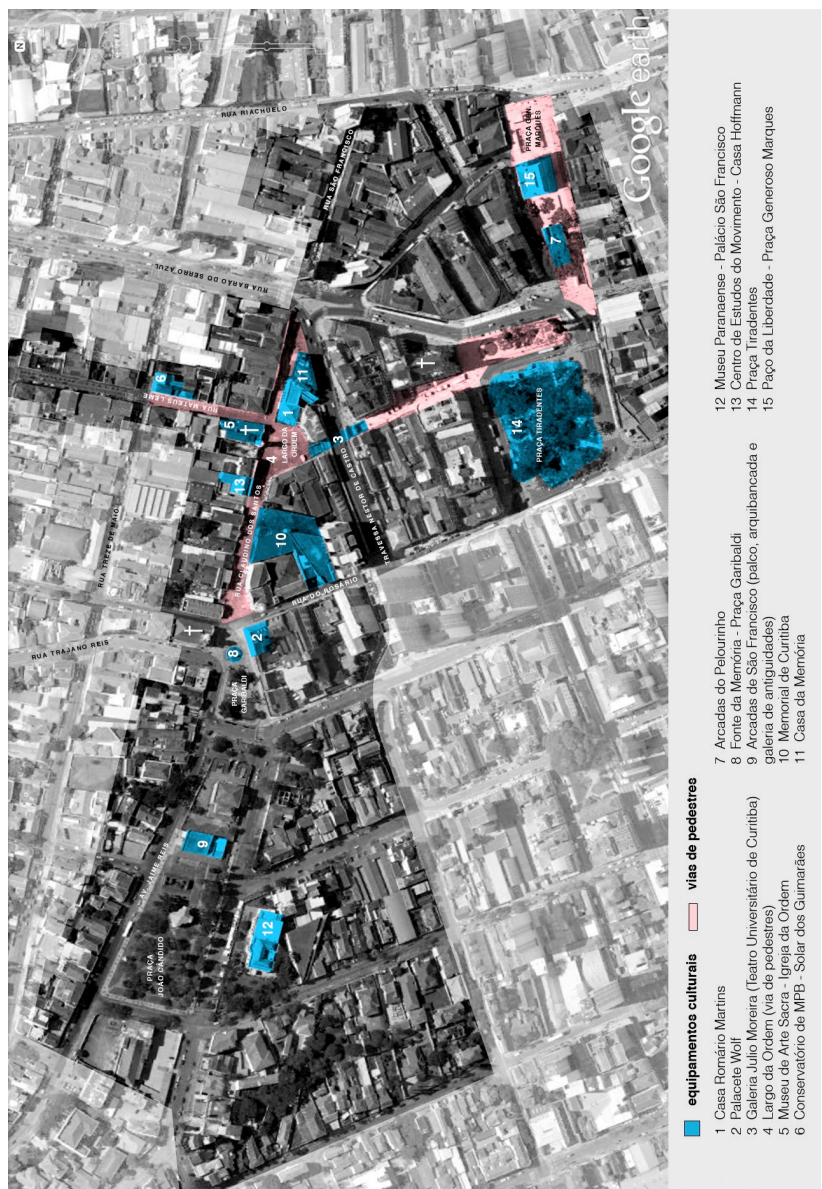
pelo fato de ter sido fundamentada em um extenso trabalho de pesquisa histórica e arqueológica que remontava o antigo traçado de sua primeira urbanização, em fins do século XIX, sob os novos ditames urbanísticos de então, de ordem, progresso, modernização e civilização da Primeira República. A Praça foi inaugurada em 2008 deixando à mostra, através de um piso em vidro, antigos canais de drenagem, ainda que sem indícios do ano de sua construção.

No Setor Histórico constituído pelas representações dos planejadores, neste íterim de revitalizações pontuais em suas adjacências, destaca-se a revitalização e inauguração do Teatro Universitário (TUC) e a transferência da Sede da Fundação Cultural em 2006. Deixando, portanto, o Palacete Wolf no Setor Histórico e se dirigindo ao bairro Rebouças com o intuito, notadamente, de transformar aquele bairro em um pólo cultural por intermédio da revalorização e preservação de uma nova categoria de patrimônio: o Patrimônio Industrial Urbano. A Fundação Cultural, por sua vez, manteria o Palacete sob sua administração com uso voltado à atividade de leitura para o público infantil e passaria, a partir de 2010, a engendrar estrategicamente eventos no Setor Histórico acompanhando a política de planejamento do município.

Desde 2010, a chamada *Virada Cultural* acontece em todo o espaço do Setor agregando todos os equipamentos culturais dispostos no espaço. A proposta da *Virada Cultural* consiste em mais um dispositivo cultural e político de animação para induzir e incentivar o consumo cultural no Setor urbano e principalmente alavancar a atividade turística. Mudam-se as estratégias, mas o discurso e as intenções sobre a revitalização do espaço continuam envolvendo a prática do consumo cultural e, conseqüentemente, pelo que foi visto até o momento, podemos afirmar que a prática de enobrecimento urbano estaria disposto subliminarmente nas novas atuações.

Com o intuito de sistematizar a narrativa presente, elaboramos um mapa síntese das representações sobre o Setor Histórico de Curitiba, buscando espacializar as principais alterações físicas e de uso do espaço desde sua instituição em 1971. Como se pudéssemos visualizar, através deste mapa, todos os escritos de um documento final, um "documento histórico".





**Figura 19.** Mapa: Síntese da (Re)Construção de um Lugar.

Fonte: Elaborado pela autora e confeccionado por Henrique Martins sobre imagem do Google Earth, 2012.

#### 4.4 O ESPAÇO (RE)CONSTRUÍDO

Consagrado pelas representações dos planejadores e gestores urbanos, o Setor Histórico se reduziria ao *lugar* de sua (re)construção desde os anos 70. Entre o Largo da Ordem e a Praça João Cândido, este espaço também se tornaria um referente espacial para as representações de distintos e diversificados grupos sociais.

Em meio às últimas alterações físicas neste espaço, a imprensa manifestava sua decadência e o colocava como o "antigo centro cultural da cidade", atribuindo às novas intervenções a incumbência de revitalizar o local. Segundo matéria divulgada em 2001, grande parte dos estabelecimentos de uso noturno, que tanto incomodavam os moradores anos antes, fechariam suas portas e seus usuários passariam a se concentrar nas ruas do Setor, utilizando sua estrutura física para as suas práticas sociais, como por exemplo a Fonte da Memória "para tocar violão, fumar maconha, tomar vinho barato", como delimita a matéria as atuações do grupo. Vândalos, assaltantes e pichadores, foram os predicados atribuídos aos grupos sociais que se apropriavam do local, ainda segundo o jornal<sup>134</sup>. O poder público responderia às práticas destes usuários do Setor implementando câmeras de vigilância e posto policial.

O espaço projetado e (re)construído do Setor Histórico aponta para a constante relação e interação entre o espaço físico e o social, onde, aos sentidos e usos atribuídos ao espaço se justapõem outros usos e sentidos atribuídos pelos usuários do espaço, seus praticantes ordinários. No percorrer no espaço e no decorrer de suas práticas cotidianas, estes usuários, acreditamos, apropriam-se, constroem e constantemente reconstroem seus *lugares*, seus territórios de subjetivação, utilizado a estrutura física e os equipamentos projetados no Setor como suportes físicos para suas práticas e para a atribuição de seus próprios significados ao espaço.

Um olhar mais apurado sobre espaço, mas a partir do espaço, sugerimos para complementar a constituição do Setor Histórico de Curitiba. Uma apreensão de sua realidade sócio-espacial, de seus usos e funções. Momentos reais percebidos e registrados que põem em prática, no cotidiano do espaço, a (re)construção de um *lugar* pelas práticas e representações do planejamento urbano e pela apropriação física e simbólica das práticas ordinárias e das representações dos distintos grupos sociais.

---

<sup>134</sup> O ESTADO DO PARANÁ. Decadente, Largo da Ordem agoniza. Curitiba, 25 de julho de 2001.





## **5 O SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA**

Quinta-feira de manhã ... na rua, a transição do chão de asfalto para o chão de paralelepípedo sinaliza tacitamente os motoristas que se está adentrando em uma área distinta ... pela avenida Jaime Reis, no antigo trajeto dos colonos italianos em direção ao Largo da Ordem. Na Praça João Cândido ninguém transita, tampouco pára neste momento. Os restaurantes à esquerda estão fechados esse horário, parecem sempre fechados, eles são mais reservados, elitizados, são "restaurantes internacionais". Desço até a Praça Garibaldi, na escadaria da Igreja do Rosário dois personagens, um poeta e um artista de rua, param, sentam-se e conversam. A partir da Praça, a vista percorre a grande calçada da rua Claudino dos Santos e se interrompe por instantes no Largo da Ordem na casa colonial ali embaixo, mas depois continua, percorrendo a calçada pela Rua São Francisco e pára em definitivo no trânsito da travessa Nestor de Castro e no obelisco construído na perspectiva da avenida Cândido de Abreu. Desde o meu ponto, diante desta vista, olho ao redor e vazio é a sensação que se tem do local, no local. Desço pela rua e, mais de perto, vejo que uma máquina acabara de derrubar uma das casas que compunham a paisagem até este exato momento. Era uma casa *art-decô* provavelmente dos anos 40. Uma lacuna interrompe o percurso visual das fachadas alinhadas. Entro no Memorial da Cidade ... a sensação de vazio adentra o equipamento, o som dos passos nos degraus metálicos ressoa forte no ambiente. Intimidada, ando na ponta dos pés. Saio do Memorial e continuo descendo pela rua, percorrendo as portas metálicas uma entre tantas está entreaberta e um pequeno caminhão descarrega alguns produtos alimentícios onde um senhor de camisa, bermuda e sandálias espera a mercadoria de dentro do estabelecimento. Ao final, ele limpa com uma vassoura algumas folhas de alface que deixaram cair pelo caminho e volta a cerrar a porta. O Bar do Alemão se prepara para o meio-dia.

Volto outro dia, terça-feira no final da tarde, a princípio faço o mesmo trajeto, do alto até embaixo. Olho de cima da arquibancada das Arcadas de São Francisco, as luzes se acendem. Chego a entrar na Galeria de Antiguidades, sob a arquibancada vejo que algumas lojas estão abertas e vazias, mas a maioria fechada. Na praça Garibaldi as lojas de artesanato ainda estão abertas ... é o entardecer, o momento de transição do dia para a noite ... os bares e restaurantes se preparam para receber seus clientes, as mesas vazias sobre a calçada aguardam para serem ocupadas, não demora muito já são tomadas. Será uma rotina do espaço? – Pergunto-me – Desde quando? Resolvo entrar no Bar Petiscaria e converso com o proprietário. Ele diz que abriu o Bar há dois anos e meio naquele local "porque tem bastante movimento, principalmente de quarta-feira em diante". Serve bebidas e comidas, "petiscos", onde antes era uma casa de massas, e abre o estabelecimento às cinco horas da tarde acompanhando a rotina dos outros

bares ao redor. O movimento na rua é intenso, pessoas em trânsito subindo e descendo, paradas somente nos pontos de ônibus da travessa Nestor de Castro, que estão realmente cheios. Apesar do trânsito de pessoas, percebo o lugar calmo e tranquilo. Passo pela rua Mateus Leme e a música que vem do Conservatório de MPB contribui ainda mais para a atmosfera de tranquilidade no local. Volto então ao Largo da Ordem, onde há uma certa concentração de jovens esperando as aulas do cursinho pré-vestibular que funciona em um casarão ao lado da Casa Romário Martins. Resolvo atravessar o Setor pela Galeria Júlio Moreira, o comércio do outro lado começa a fechar as portas e os Restaurantes dançantes a abrir. Volto e resolvo ir embora, subo pela rua Claudino dos Santos e desço pela Trajano Reis, rua que culmina na Praça Garibaldi. Nesta rua, onde há uma série de bares e boutiques conhecidos no circuito *underground* da cidade, digamos, encontro o sócio do *Wonka* e acabo perguntando se abrira o bar naquele ponto com o intuito de aproveitar a proximidade com o Largo da Ordem e a vida noturna que se desenrola no local. Ele logo me diz que não, que o Largo da Ordem é "classe baixa! As pessoas ficam bebendo na calçada, isso não dá lucro nenhum! Exceto nos bares, que daí você senta pra comer e beber".

De noite, resolvo então observar o local, mas já é sexta-feira. Tenso é o primeiro significado que me vem à cabeça da sensação de simplesmente estar ali. Chego direto na Praça Garibaldi pela rua Duque de Caxias, continuação da Rua do Rosário. No trajeto, alguns bares que também se firmaram no local, muita gente percorre e permanece nas calçadas. As paredes da Igreja do Rosário são usadas como mictório e suas escadarias, ao lado, para conversas em roda. Na Praça mesmo, a "Fonte do Cavalo" está desligada e a iluminação apagada. A penumbra parece garantir a privacidade do grupo que ocupa aquele local. As luzes apagadas ... chego a pensar que é de propósito, talvez para espantar aquele grupo, talvez para camuflá-los na noite. Iluminação mesmo somente nas fachadas das edificações e para realçar detalhes da arquitetura monumental, só assim os edifícios se tornam percebidos, o cenário se apresenta timidamente. A praça ocupada de noite divide o espaço pelos estabelecimentos presentes, e divide, no espaço, seus usuários. Os bares de cima impõem barreiras e selecionam seus clientes, pela representação de sua arquitetura e pelos produtos oferecidos, que são mais caros. Destes bares têm-se vista privilegiada para a Praça Garibaldi e para seus usuários que, ao que parece, utilizam a estrutura da praça porque não têm poder aquisitivo para consumir nos bares, talvez também porque não têm interesse. Embaixo, próximo ao Largo da Ordem, na rua Claudino dos Santos, o calçadão é tomado por mesas, ali a disputa é pelo cliente, os bares são todos mais ou menos nivelados quanto aos preços e oferta de produtos, exceto o Bar do

Alemão, por ser étnico, destoa do restante e não estende seus serviços à calçada. Entre o trânsito intenso de pessoas e as mesas nas calçadas, chamo atenção por estar ali, sozinha, observando e fazendo anotações. Um rapaz se aproxima curioso e me pergunta o que estou fazendo, digo então que faço uma pesquisa sobre o Setor Histórico de Curitiba e aproveito para perguntar se ele costuma freqüentar aquele local. Ele trabalha próximo ao Setor e todos os dias desce e atravessa as ruas calçadas para pegar o ônibus até Campo Largo, onde vive na Região Metropolitana. Mesmo não se considerando usuário ele se empolga e acaba me falando que "o lugar é referencial pela boemia" e o define como "*underground*". Continua, dizendo-me que se alguém quiser "ver coisa diferente é aqui mesmo ... você é uma pessoa estranha, típica daqui", refere-se a mim ao final. E termina colocando um problema e um empecilho para utilizar o espaço: "Também tem muita gente chata aqui, tem que vir preparado pra agüentar", referindo-se aos comerciantes de rua, artesãos e também pedintes que abordam freqüentemente os clientes nas mesas dos bares. Atrás de mim, um outro rapaz me chama, sentado no vão de uma das portas da Casa Hoffmann, ele e mais três disputam o espaço da calçada com as mesas e com os passantes. Chama-se Elton, artesão, gaúcho, mas que reside em um sítio na periferia de Curitiba há três anos e desde então desloca-se ao centro da cidade para vender seu artesanato. Pergunto se eles costumam ocupar sempre aquele local e ele me responde um tanto indignado com outra pergunta: "O que é afinal o espaço público, se não se tem direitos sobre ele? O que é público?" Explica-me sobre uma normativa do município que restringe o uso do espaço público para o comércio e que contraria uma Lei Federal, que garante os direitos sobre o uso do espaço. Percorre dessa forma as praças, as ruas e as calçadas que podem e não podem ser ocupadas, desviando-se dos fiscais, subvertendo as imposições. Diz ao final que o mundo está cheio de contradições e conflitos, que vivemos "num mundo ignorante".

No dia seguinte, sábado, decido transitar por caminhos até então não percorridos. Atravesso a Praça Tiradentes e me perco no movimento da Rua XV. Eventualmente, acabo conversando com outro artesão ... compondo suas figuras em arame e tentando me vender sua arte aproveito para perguntar sobre o Setor Histórico. Começa falando também da dificuldade em comercializar seus produtos por causa da lei municipal, que o proíbe de utilizar o espaço público sem registro, e revela que reside no bairro São Francisco, onde se localiza boa parte do Setor e encerra justamente na avenida e na travessa que o seccionam física e visualmente. Para ele, representa o local da boemia, reflete e me diz: "Talvez o Largo tenha sido sempre o lugar da boemia ... dos vagabundos, no bom sentido! (risos)". Pergunto o que ele entende sobre o espaço e ele me revela seu

saber e seu fazer: "é palco de muita história, tem a igreja dos brancos e a igreja dos negros ... mas lá cada um é cada um, lá no Largo eu sou conhecido, eu tenho o meu lugar. O Largo é minha área!". Saio com uma flor de arame e dois reais a menos. Continuo meu trajeto até a Praça Generoso Marques, lá me deparo com uma atividade oferecida pelo SESC, que administra o Paço da Liberdade, e que estende sobre a calçada um evento voltado ao público infantil e um tabuleiro de xadrez gigante, lembro-me das leituras sobre esta calçada no começo dos anos setenta ... Sob o sol que invade a praça, um grupo joga capoeira, vieram espontaneamente. Desde a Praça Tiradentes, passando pela rua XV e chegando na Praça Generoso Marques paro em meio ao intenso movimento de pessoas e penso que essa é a dinâmica própria do centro da cidade. Volto pela Rua São Francisco, que converge ao Largo da Ordem mas que fora seccionada pela larga avenida, a partir do outro lado observo que a rua jamais recebera nenhum dos esforços e investimentos despendidos como os observados na mesma rua mas próxima ao Largo da Ordem. Altos edifícios residenciais e um conjunto de sobrados ecléticos conformam o alinhamento da via. No casario antigo, o térreo comporta uso comercial enquanto os pavimentos superiores parecem completamente abandonados. Desta rua escuto o som vindo da Praça Tiradentes, os sinos da Catedral avisam o meio-dia.

No domingo ... a Feira do Largo começa cedo, mas só chego ao final da manhã. Muito movimento, muita gente, muitas coisas ... foram estas as primeiras anotações. A Praça João Cândido é totalmente ocupada e o *Belvedere* é o ponto central de onde se consegue um panorama da intensa atividade. Carros antigos de um lado e a interminável vista das barracas brancas de outro. Entro pela primeira vez no Museu Paranaense no Palácio São Francisco, converso com um senhor que trabalha na segurança do local. Pergunto se há bastante movimento no Museu e ele me informa que há muitos turistas, no começo do ano por exemplo são "os estrangeiros que dominam: alemães, americanos e franceses; já no carnaval são os nordestinos que vêm". Na Praça Garibaldi, quase intransitável, um grupo de chorinho se apresenta. Começo a conversar sem muitas pretensões com uma senhora que vende pipocas, a Francis, que logo salienta que é pipoqueira somente aos domingos, somente naquele lugar. Pergunto do grupo que toca, ela me diz que eles tocam há vários anos e os filhos e os netos passaram a acompanhá-los ... assim como ela, que trazia seus filhos todos os domingos há 25 anos atrás, agora eles trazem seus filhos: "a feirinha da Vó", eles chamam. Ela me fala com um ar nostálgico que "a feira cresceu, antes vinha só até aqui", aqui mesmo, onde estávamos paradas. Continuo pela praça, atrás das barracas a porta da Igreja do Rosário está aberta, entro em um espaço silencioso, um ritual religioso

começa naquele instante, saio lentamente. Desço em direção ao Largo da Ordem. A rua tomada pelas barracas de artesanato se abre no Largo e configura um lugar ocupado por barracas de comidas e bebidas, pratos típicos portugueses, bolivianos, italianos e brasileiros, do nordeste. Ao centro, muitos livros espalhados pelo chão, rádios antigos tocam... na experiência daquele lugar, naquele momento, percebo-o como limiar entre o presente e o passado, ao som do presente e do passado. Por trás das barracas, os bares, os restaurantes, as galerias de arte, as lojas de artesanato, também os chamados sebos com discos e livros usados estão todos abertos, aproveitando a movimentação domingueira. Partindo do Largo atravesso a Galeria Júlio Moreira e, do outro lado, encontro vendedores ambulantes que dispõem as mercadorias sobre a calçada. Não regulamentados provavelmente, parecem continuar de alguma forma a feira do largo. Uma barreira física e um pequeno trajeto espacial dividem a feira regulamentada, consagrada, da feira clandestina. Meio-dia e meia, toca o sino da Catedral ao meu lado, um tanto amedrontador naquele lugar.

O olhar que desenha um trajeto, narra, descreve e sente a atmosfera do lugar é um olhar que, de vez em quando, entrelaçava-se com as lembranças. Como usuária e, certo, praticante daquele espaço, muitos anos atrás, sentada na calçada tomando "vinho barato" noite adentro, até a polícia chegar... hoje me sento nos bares, lembrando também do que não existe mais. Estes escritos no entanto, sintetizam a primeira tentativa de observação e apreensão do cotidiano do espaço a partir da experiência e vivência no espaço, buscando trazer à tona o espaço físico e o espaço social, fazer sobressair a problemática que envolve a (re)construção de um lugar pelas práticas realizadas sobre o lugar e as práticas realizadas no lugar. Como uma primeira tentativa de distanciamento e aproximação do objeto em estudo, esta pequena mostra da realidade descrita, apreendida pela experiência no espaço, acabou determinando o direcionamento da narrativa e a discussão presente nesta dissertação, com o intuito de aprofundar a compreensão da realidade constitutiva deste espaço urbano. Uma realidade que a nosso ver é dinâmica e simultaneamente física e simbólica, proporcionada ao mesmo tempo e reflexivamente pelo espaço projetado e pelo espaço praticado. Mesmo como primeiros escritos, feitos instintivamente ainda em abril de 2011 e transpostos ao trabalho mantendo-se fiel, propositadamente e quase sem edição, são capazes de indiciar dados analíticos dos interstícios da vida cotidiana do espaço projetado, tanto pela minha própria representação, pela narrativa instintiva e como usuária do espaço, quanto pela representação dos sujeitos sociais, interlocutores por assim dizer, que transpõem em suas próprias falas suas visões, interpretações e maneiras de fazer no lugar.

Nomes, adjetivos, advérbios de tempo e espaço contidos na narrativa como: em cima/embaixo; de cima/de baixo; desse lado/do outro lado; passagem/permanência; rotina/dinâmica; vazio/cheio; calmo/tenso; elite/classe baixa; dia/noite, ressoam como dicotomias percebidas na estrutura espacial urbana em consonância com as funções do espaço, usos no espaço e seus usuários, seus praticantes (moradores, comerciantes, consumidores, transeuntes, servidores, turistas, pedintes, artistas). Dicotomias que sugerem uma interpretação fragmentada do espaço, mas que, vistas como marcos simbólicos do espaço social, possibilitam uma interpretação do espaço fragmentado.

Percorrendo e divagando sobre o texto legível e não legível do espaço, a inserção *in loco* realizada posteriormente, com um olhar mais apurado e ao mesmo tempo mais distante das lembranças, possibilitou, da teoria à prática, um acercamento e uma apreensão do espaço do Setor Histórico a partir da localização das práticas interativas sócio-espaciais. Um "olhar de perto e de dentro", de acordo com Magnani (2002)<sup>135</sup>, inspiram este acercamento com o objeto em estudo capaz de apreender os "padrões de comportamento", ou as maneiras de fazer, "dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais, cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos", associando, dessa forma, as práticas dos sujeitos e grupos com as estruturas espaciais urbanas. De perto e de dentro, a apreensão da prática no espaço é também a apreensão do tempo do urbano, onde a movimentação inerente, sua dinâmica social própria, sobressai-se como um dado perceptível e também coloca de forma ativa o sujeito, o praticante ordinário, *el practicante de lo urbano*, como o narrador do espaço inserido no próprio movimento de suas práticas. Um olhar sobre o urbano, a partir da observação no espaço e das representações dos sujeitos sociais nos permite também, e eventualmente, desvendar o caráter reflexivo do espaço físico na formação de territórios de subjetivação, ou na constituição de *lugares*, na medida em que as práticas, os usos do espaço, remetem à construção de sentidos sócio-espaciais, de identidade e pertencimento. Na inscrição territorial física e simbólica da *práxis* urbanística, "onde o mapa demarca, o relato faz uma travessia", já dizia Michel de Certeau (2011).

---

<sup>135</sup> MAGNANI, José Guilherme Cantor. De Perto e de Dentro: Notas para uma Etnografia Urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v.17, n.49, p.11-29, 2002.



## 5.1 USOS DO ESPAÇO

### 5.1.1. Trajetos e Travessias

"O Largo não é o Setor Histórico! Começa ali no Paço Municipal, depois vai pra rua Riachuelo, sobe a rua São Francisco, daí tem o Largo da Ordem, depois o Largo do Rosário e as Ruínas de São Francisco ... e ah! A Praça Tiradentes também e a Catedral".

Como se faltasse, no mapa desenhado mentalmente, cercar o espaço, delimitá-lo em um trajeto que tem um começo, um meio e, por fim, volta ao ponto inicial. Quem relata é a proprietária do Sebo Trovatore, localizado no Largo da Ordem há 16 anos<sup>136</sup>. Seu "mapa", poderíamos dizer, mescla uma memória de uso do espaço de alguém que há muito tempo se desloca diariamente ao local de trabalho com marcos espaciais dispostos ao longo do trajeto que desenha. Sua representação, no entanto, coincide com os deslocamentos e trajetos realizados durante a pesquisa *in loco*, esquecendo-se, e esquecendo-me, da parte incorporada posteriormente ao Setor Histórico no ano 2000 e de parte da rua Mateus Leme, ao norte, que apesar de compor um dos caminhos que convergem ao Largo da Ordem, o ponto focal do Setor Histórico, sua continuidade é interrompida por uma larga via de trânsito intenso automobilístico, a Rua 13 de Maio, comprometendo a própria percepção da continuidade do espaço histórico.

Não se trata, porém, de um mero esquecimento, durante o percurso no espaço, os marcos físicos na paisagem não só compõem o trajeto como delimitam o espaço pela indução de um trajeto. O que se nota, o que prevalece, é a indumentária patrimonial aliada aos preceitos de legibilidade do espaço urbano. Além de grandes obras arquitetônicas – marcos referenciais na paisagem como a Catedral Metropolitana, o Paço da Liberdade, a Igreja da Ordem e a Igreja do Rosário –, o piso que anuncia tacitamente, as vias de pedestres, os equipamentos culturais icônicos, os edifícios restaurados, saneados, os tons vibrantes de suas fachadas e os totens de informação e identificação – a estatuária turística por assim dizer –, induzem o trajeto pelo espaço e induzem à percepção deste espaço como histórico pela delimitação de sua fisionomia singular.

"Nossa, que colorido!", olhando ao redor surpreende-se um amigo curitibano ao chegar e me encontrar na Praça Garibaldi depois de alguns meses que não ia àquele espaço, pois reside na capital paulista. Sua surpresa advém não só da pintura renovada das edificações como também do percurso que realizou para chegar ao local. Essa palavras, proclamadas em

---

<sup>136</sup> Pesquisa *in loco* e entrevista realizada em 03 de Janeiro de 2012.

tom de surpresa, detiveram-me a pensar no lugar como distinto evidentemente em relação ao seu entorno imediato. O que sugere, para a pesquisa, que o espaço se sobressai e se localiza somente pela existência irrefutável de suas adjacências e a permanência, nestas, de seus aspectos físicos. Do mesmo modo e no mesmo lugar, encontro-me outro dia com uma amiga e na atmosfera de tranquilidade de um fim de tarde ela também chega, pára, olha ao redor, sorri e diz: "Sabe aquele negócio de entrar no Largo? ... é um lugar, é uma situação!". Resolvo perguntar então, como quem não quer nada, o que seria o Centro Histórico, ela somente me diz: "Largo da Ordem, onde tem o bebedouro, o Solar do Rosário e a Casa Vermelha" - como quem percorre o espaço também através de sua própria memória de uso, revela, ao freqüentar eventos esporádicos na Casa Vermelha e a galeria de arte do Solar do Rosário. Mas naquele espaço, aberto, fora dos edifícios privados, *entrar* e se deparar, reparar, é uma situação, como diz, um estado, um modo de estar, um estar condicionado e situado em uma atmosfera perceptível que aguça o olhar e o prazer de contemplar. Um estado possível e proporcionado também pelo movimento do corpo e dos sentidos durante o percurso pelas ruas do centro da cidade, sombreadas, asfaltadas, carros, fios elétricos, placas de trânsito, para finalmente o espaço se abrir diante da vista e "entrar no Largo".



**Figura 20.** Rua Trajano Reis; ao fundo, Praça Garibaldi

*Fonte: a autora (14.04.2011).*



**Figura 21.** Praça Garibaldi

*Fonte: a autora (14.04.2011).*

Este "Largo", entretanto, nomeia todo o trajeto compreendido desde o alto das Ruínas de São Francisco, na Praça João Cândido, até embaixo, no Largo da Ordem mesmo, encerrando-se verdadeiramente ao final da rua de paralelepípedos – a rua São Francisco –, e na Casa da Memória, localizada na esquina com a Travessa Nestor de Castro, seguindo o alinhamento da rua e encerrando visualmente o percurso icônico dos equipamentos projetados para o Setor.

Não por acaso, enfatizou a comerciante do Sebo Trovatore que o Largo não é o Setor Histórico, tentando desfazer, ou refazer, as representações da imprensa sobre este trecho do Setor que recaem sempre com a denominação de Largo da Ordem, isso ficou evidente nos diversos artigos e matérias consultados durante a pesquisa. As representações veiculadas pela imprensa, no entanto, não parecerem aleatórias, parecem mesmo incorporar as próprias representações que (re)construíram o espaço, como vimos, e que tiveram sempre o Largo da Ordem como "o centro deste cenário", ressoando também no imaginário da população, podemos afirmar.

Este "Largo", insistente no imaginário, corresponde topograficamente com a maioria dos esforços e representações oficiais sobre este trecho do Setor Histórico. Seu espaço reconhecido, reconhecível, referencial pela singularidade, sobressai-se principalmente em contraposição às características físicas de seu entorno imediato, como

observamos, de suas adjacências pelas ruas convergentes. Porém, ao percorrer os caminhos no Setor Histórico, pelo trajeto que nos é motivado, a singularidade do "Largo" se evidencia ao notarmos uma certa desconformidade relacionada não aos aspectos legíveis do espaço projetado, tampouco à indumentária patrimonial de forma geral, mas sim e estritamente aos usos do espaço urbano. Dos dias às noites, de cima à baixo, da Praça João Cândido, passando pela Praça Garibaldi, descendo a Rua Claudino dos Santos, Largo da Ordem, atravessando pela Galeria Júlio Moreira, Praça Tiradentes, Praça Generoso Marques, Rua São Francisco e retornando ao Largo da Ordem, os diferentes espaços parecem guardar em seus movimentos diários uma rotina diretamente relacionada com os usos atribuídos à estrutura urbana.

### 5.1.2 Atividades e Práticas

Pela avenida Jaime Reis reparo novamente na precisão em que a demarcação do mapa inscreve no chão o início do espaço do Setor Histórico. À minha direita, o primeiro totem de identificação e informação: trata-se de um edifício eclético do começo do século XX, antigo Palácio Arquiepiscopal que hoje abriga a Mitra da Arquidiocese de Curitiba. À esquerda, um misto de comércio e residência, uma cartomante, um brechó de roupas infantil e uma lanchonete dão as boas vindas para quem chega no Setor Histórico por essa via. Mais à frente, os restaurantes internacionais ainda abertos. O relógio marca quatorze horas. Na Praça João Cândido apenas duas garotas sentam-se em um dos bancos, um homem utiliza uma árvore como mictório como se ninguém jamais o observasse. Do outro lado da Praça, o Palácio São Francisco com os portões abertos e todas as janelas cerradas, é o Museu Paranaense sem muitos visitantes aparentemente. Ao centro, o Belvedere cercado em uma de suas quatro faces também mantém todas as janelas e portas fechadas, a entrada principal com grades e cadeado, parece-me um tanto agressivo e intimidador. No edifício, que também é Patrimônio, funciona a Coordenadoria Estadual Anti-Drogas, o que não impediu que suas faces fossem tomadas por inscrições provavelmente de grupos urbanos, ou suburbanos, que demarcam suas existências e até mesmo seus territórios geralmente em conflito simbólico com outro grupo social...; o uso atual do edifício também não impede que um dos vãos de abertura seja utilizado por um homem, aparentemente sem morada fixa, para dormir e se proteger da chuva que parece vir. Ainda circulando pela Praça, vejo mais dois homens na mesma situação sob as árvores, e outro, que vem me pedir algum dinheiro. Desço até a Praça Garibaldi, o comércio de artesanatos, as galerias de arte, os bares e restaurantes estão todos abertos, mas na Praça

poucas pessoas transitam e apenas dois homens permanecem, artesãos, ao que parece, sentam-se em um dos bancos de madeira ... em outro, um homem dorme. O tempo chuvoso torna a atmosfera até mesmo um tanto desoladora. Neste momento, o ônibus circular da Linha Turismo de Curitiba pára em frente à Sociedade Garibaldi, ninguém embarca, ninguém desembarca, e já segue para retornar até seu ponto inicial na Praça Tiradentes. Descendo pela rua Claudino dos Santos, apenas um senhor, o qual vou acompanhando seus passos, segue na mesma direção tocando sua gaita e por alguns minutos quebra o silêncio do lugar. Dei-me conta do silêncio somente ao escutar o som da gaita, que se podia ouvir claramente. Próximo ao Largo da Ordem, alguns bares e restaurantes já estão abertos e algumas mesas já ocupam a calçada, agora, às quinze horas, lembro-me que no mês de abril costumavam abrir às dezessete horas. A rotina se altera pela data, verão, vinte e oito de dezembro, a cidade recebeu e ainda recebe muitos turistas nesta época do ano devido aos atrativos natalinos, decoração e eventos localizados na rua XV de Novembro. No Largo, a visão das portas metálicas predomina, resolvo então atravessar pela Galeria Júlio Moreira, um lugar de passagem – percebo – até chegar na Praça Tiradentes. Ando pela praça sem saber o que observar, passo pelas Arcadas do Pelourinho, encontro a pedra de fundação da cidade, escondida, em meio a arquitetura das Arcadas. Na praça Generoso Marques a mesma sensação, o movimento é intenso, além de transeuntes por todos os lados, há turistas, pedintes, sem-tetos talvez, há pessoas que somente param de seu trânsito e descansam, há os que compartilham em um banco da praça um espaço e um tempo. É a dinâmica do espaço, no tempo do urbano. A predominância e variedade do comércio varejista, além de lanchonetes, restaurantes, residências, cafés, mercados, atrai essa gama de usuários ao espaço, inapreensível em um primeiro olhar, é o centro da cidade que perdura como conversor das atividades comerciais, das ofertas de produtos e serviços, das ofertas de emprego. É neste espaço e neste momento que me dou conta da desconformidade presente no Setor Histórico, o vazio e o cheio, a facilidade e a dificuldade da apreensão e qualificação de usuários e suas práticas, o silêncio percebido e a massa sonora tão comum que passa despercebida. Volto ao Largo da Ordem, mas pela Rua São Francisco. Nesta rua, também, muito movimento, muito mais de automóveis do que de pedestres. Estacionamentos lotados, papelaria, loja de sapatos, lanchonete, chaveiro, bares, botecos, funerária, serviço de conserto de máquinas de costura, ateliê de moda – criação, confecção e venda – loja de pesca, residências, hotéis – aqueles de "alta rotatividade"–, barbearia, cabeleireiros e restaurantes, estes, há muito tempo no local... "Fundado em 1955. O mais antigo de Curitiba", anuncia a placa do restaurante São Francisco, outro, de massas, no local há pelo menos vinte e sete anos, entre

outros estabelecimentos também há mais de vinte ou trinta anos no mesmo local ... como se fossem sobreviventes e detentores de algum segredo íntimo que lhes garantiu a longevidade, aqueles que poderiam ser predcados como tradicionais. Atravesso a avenida e continuo pela Rua São Francisco, "entro" no Largo, subo até a Praça Garibaldi, dezesseis e trinta, uma chuva fina cai sobre a cidade, inibi os pedestres em trânsito e alguns consumidores sentados nas mesas dos bares e restaurantes, a sensação de vazio ressoa no silêncio da chuva.

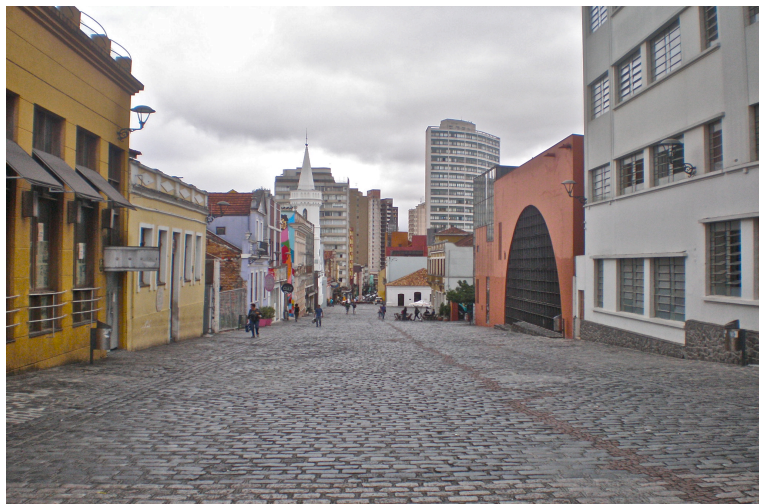


---

**Figura 22.** Rua São Francisco  
*Fonte:* a autora (28.12.2011).

---





---

**Figura 23.** Rua Claudino dos Santos

*Fonte: a autora (28.12.2011).*

---

Um estrutura funcional da vida urbana que se configura por seus usos e atividades, entre espaços de passagem e permanência, entre a sensação de cheio e vazio, entre a variedade de usos e os usos especializados. Um centro, que agrega no espaço distintas e diversas atividades e para onde convergem distintas e diversas práticas no espaço de heterogêneos indivíduos e grupos sociais; um centro, que poderia ser chamado também de histórico. Configura-se disforme, porém, como um Setor urbano. Como uma estrutura legível, característica, facilmente identificável na forma urbana, referencial pelas atividades, usos e funções especializadas, o "Largo" do imaginário, o espaço por excelência das representações especulares, converte-se, dessa forma, e por definição, no próprio Setor Histórico. Para compreendermos esta afirmação e dominarmos o espaço pela vista, o mapa de apreensão de usos predominantes a seguir espacializa o trajeto pelo Setor e localiza a narrativa:



**Figura 24.** Mapa: Usos e Atividades Predominantes no Setor Histórico de Curitiba  
*Fonte:* Elaborado pela autora e confeccionado por Henrique Martins sobre imagem do Google Earth, 2012.



No movimento pelo espaço projetado, a distância que separa o centro do setor, podemos dizer, em intensidade de usuários e práticas, é a mesma que separa o dia da noite. Uma inversão, parece-nos. Como espaço convergente de usos e atividades, o vazio se transforma em cheio, o silêncio em uma composição massiva e dissonante de vozes diversas e divergentes que falam sobre assuntos dos mais variados possíveis e imagináveis. Se remontarmos o mesmo mapa acima e focarmos na apreensão da predominância de usos no período noturno é possível observar como o espaço do "Largo" se acende, por assim dizer, em relação ao restante do Setor Histórico. Esta predominância sugere-nos uma forma de uso e apropriação do espaço análoga ao que Magnani (2002) classifica como "manchas", mas que deixaremos para discorrer de forma mais acentuada no decorrer da narrativa, por enquanto, antecipamos que a movimentação sócio-espacial neste trecho do Setor provém, a partir da localização desta "mancha", da concentração de equipamentos que contribuem para constituição de "pontos de referência para a prática de determinadas atividades", neste caso, a aclamada boemia, o lazer e o consumo proporcionados pelos estabelecimentos de serviços noturnos.



A especificidade física e a sensação de *entrar* em um lugar, ainda que apreendidas de maneiras distintas no dia e na noite, perpassam pelo tempo e se revelam constantes no espaço, assim consagrado pelas representações dos planejadores urbanos. Um *lugar*, podemos dizer, que agrega uma singularidade espacial que lhe fora concebida junto à materialidade simbólica e usos específicos atribuídos, um equipamento urbano, cultural e funcional, de lazer passivo e ativo. Mas um espaço limiar, entretanto, suspenso no movimento e no tempo do urbano, imprevisível, constante na própria instabilidade, no instante, preciso e estável quanto à sua fisionomia identificável, mas ainda, incerto e instável quanto ao seu significado.

Do dia para a noite, uma transição espaço-temporal onde, e quando, os marcos físicos do espaço projetado se tornam marcos simbólicos que demarcam distintas formas de uso e apropriação do espaço, demarcam sociabilidades, demarcam diferenças, demarcam, eventualmente, lugares e territórios. Demarcações espaço-temporais, como sugere Leite (2007), ainda que efêmeras fragmentam a demarcação do lugar próprio pelos usos e práticas no espaço. Essa apreensão do espaço em fragmentos, ou demarcações espaço-temporais, advém da existência de marcos simbólicos que diferenciam e até mesmo contrapõem as práticas no espaço pelo seu uso diurno e noturno. Usos e práticas decorrentes das próprias representações sobre o espaço e a conseqüente atribuição de usos especializados.

Para apreendermos, portanto, os usos e as atividades que se desenvolvem no curso da vida cotidiana no espaço (re)construído recorremos, referencialmente, à contribuição de Rogério Proença Leite (2007), que utiliza esta categorização espaço-temporal por intermédio de recortes temporais entre o dia, o entardecer e a noite. Dessa forma, dando continuidade ao espaço em uso, sugerimos este recorte, que é temporal e espacial. Um recorte no tempo e na paisagem o qual nos possibilita captar simultaneamente as representações sobre o espaço e as representações no espaço, conciliando também com as contribuições de Magnani (2002), que sugere categorias de análise e apreensão das atividades de uso e apropriação, as quais, entre elas, as manchas, que possibilitam justamente a correlação, neste trabalho, entre o espaço projetado e o espaço praticado.

## 5.2 RECORTES ESPAÇO-TEMPORAIS

Consagrado pelas representações sobre o espaço do Setor Histórico, direcionamos nossa apreensão sócio-espacial e espaço-temporal especialmente para o "Largo", lugar de representação, lugar também no imaginário, onde sua singularidade assim constituída torna-se justamente o

fator considerável para a atração de diversos indivíduos e grupos sociais, como atribui Leite (2007), e a apreensão de suas práticas no espaço. É neste espaço, portanto, onde podemos intercalar as representações do planejamento urbano sobre o espaço e as representações dos grupos sociais no espaço, buscando apreender, nos interstícios da vida cotidiana deste espaço as diferentes sociabilidades que se formam e se espacializam mediante processo interativo com o espaço (re)construído, seja de forma tática, seja na forma de contra-usos, seja assimilando as representações oficiais. No entanto, visto como um lugar de relações sociais e relações sócio-espaciais, o espaço se sobressai transcendendo os limites de sua demarcação legível e se relaciona intrinsecamente com suas adjacências, seu entorno imediato, que consideramos sendo o próprio Setor Histórico de Curitiba. Um percurso pelo dia e pela noite do espaço, sugerimos, da mesma maneira como o apresentamos até então, para tentarmos decodificá-lo e apreendermos sua dinâmica de uso e apropriação, sua realidade constitutiva material e simbólica.

### 5.2.1 A Apreensão do Vazio

Já é janeiro de 2012. Quando chego ao Setor Histórico, quase sempre pela Avenida Jaime Reis, deparo-me com uma intensa atividade turística logo ali, na Praça João Cândido. Fotografam as Ruínas de São Francisco, lêem o totem que identifica o edifício central como um *Belvedere* e um singular exemplar *art-nouveau* e sobem a arquibancada das Arcadas de São Francisco ... de cima, alcança-se uma boa visão do colorido do espaço histórico e, ao fundo, o desbotado *skyline* da cidade ... Neste espaço, em frente a arquibancada, sobre o palco projetado, garrafas de espumante, vinho, vodka e cerveja indiciam um festejo de fim de ano que nos parece quase particular... Para quem visita o lugar, entretanto, este equipamento é apenas o início ou o fim de um percurso pelo espaço histórico ... Na Praça Garibaldi, em meio aos bares, restaurantes, lojas de artesanato e galerias de arte, a manutenção do Relógio das Flores e da Fonte da Memória se tornam um atrativo a mais para quem visita o espaço. No gramado, em frente a Fonte, um grupo ocupa o espaço sombreado, parecem artesãos, grupo sempre presente no espaço, de dia ou de noite. Neste momento, sentam-se, conversam, bebem, há os trabalham, há os que descansam, há os que observam, assim como eu, os turistas que fotografam, entram e logo saem da Igreja do Rosário. Pela Rua Claudino dos Santos, grande parte dos estabelecimentos fechados, a movimentação se concentra mesmo na frente do Memorial da Cidade, o equipamento icônico presente na paisagem se sobressai muito mais por sua arquitetura do que propriamente por sua funcionalidade. Os Museus e equipamentos culturais estão todos fechados,

é segunda-feira. No Largo da Ordem, pouco antes de atravessar a Galeria Júlio Moreira para a Praça Tiradentes, escuto uma conversa em inglês de uma jovem contando com entusiasmo que ali no Largo existe um cursinho, "imagina você tentando estudar e todos esses bares na sexta-feira se enchem de mesas e de pessoas tomando cerveja", exclama, como se tentasse, através da imaginação, projetar um outro espaço bem diferente daquele que se percorria no momento.



---

**Figura 26.** Largo da Ordem

*Fonte:* a autora (02.01.2012).

---



**Figura 27.** Largo da Ordem: Galeria Júlio Moreira

*Fonte:* a autora (02.01.2012).

Na Praça Tiradentes, turistas se misturam com os transeuntes, o movimento intenso quase nos faz deixar de perceber aquelas pessoas que estão ali, que param, sentam-se e conversam, parecem moradores, aqueles dos mais antigos, que fazem do uso da praça um hábito, quase um ritual cotidiano. Um lugar de passagem para uns, para cortar caminho, um lugar de permanência para outros. Na Praça Generoso Marques, o Paço da Liberdade também está fechado, no entanto, um homem que se sentava na escadaria de sua entrada principal seria logo retirado pelas seguranças do local, como se o edifício fosse um objeto intocável. A cena me chama atenção e resolvo permanecer um tempo na Praça, percebo então uma outra atmosfera, similar à movimentação e aos fluxos contínuos da Praça Tiradentes mas distinta a partir do momento em que noto uma movimentação sutil de prostituição no espaço, mas que somente um olhar que procura essa atividade consegue apreendê-la com perfeição. Uma atividade que se complementa com alguns usos observados na Rua Riachuelo e na Rua São Francisco, *Cine Privé* e Hotel de alta rotatividade, os pontos de *trottoir* apontados como os responsáveis pela "decadência" do espaço nos anos 70 e que foram, aos poucos, eliminados pela renovação dos usos do Setor Histórico, ao menos no trecho compreendido como o "Largo da Ordem", mas que permanecem nesta porção. Depois de percorrer estes pontos retorno ao Largo da Ordem, dezesseis e trinta, fotografando fachadas vazias, anoto, em referência à mim e aos turistas

ainda presentes no local ... e logo me recordo de um artigo do escritor Cristovão Tezza, o qual relata sua experiência na cidade e descreve, também como um conselho: "Quem fotografa Curitiba vê fachadas - muito bonitas - e mais nada. Olhe bem. Ela está em outra parte. Não perca tempo com as fachadas"<sup>137</sup>.

Como quem tenta se desapegar ao trajeto induzido pelo Setor Histórico, retorno outros dias, mas intercalando o percurso e o olhar sobre o espaço com relatos. Certo dia resolvo até mesmo ir por outro caminho. Pela Rua 13 de Maio, a sensação é a de contornar o espaço histórico por trás, apenas uma sensação de quem conhece o lugar mas que também é aguçada pelas características do local, uma linha divisória, quase intransponível, que separa dois locais completamente distintos. Ao dobrar a esquina, na Rua Mateus Leme, entra-se em um lugar. O Solar dos Guimarães, um comércio de móveis, objetos e quinquilharias antigas, loja de discos usados, bares, Conservatório de MPB e a Igreja da Ordem constituem os usos desse trecho do Setor. Ao chegar no Largo da Ordem, entro na Casa Romário Martins ... vazia, apesar da atividade turística no local. No silêncio, ouve-se apenas os badulaques dos Sinos de Vento da loja de artesanatos logo à frente, vou até lá e converso com o proprietário.

Curitibano, 42 anos, possui o estabelecimento há 10 anos<sup>138</sup>. Conta-me que antes ele e a esposa tinham uma barraca na Feira do Largo, mas que acabou ficando "pequena" e quando apareceu o ponto, resolveram "pegar". Aproveitando o assunto da feira, digo que percebi que costumavam abrir aos domingos e pergunto se era pra aproveitar a agitação... antes de completar a pergunta já me interrompe, sorri e diz: "Claro, o ganha-pão é domingo!" Sua declaração, sugere-nos que o vazio captado durante o dia no espaço não é apenas uma sensação, interfere nessas atividades que se sobressaem somente a partir do momento em que são complementadas com a utilização do espaço por uma atividade similar e compatível, cuja realização, todos os domingos, possibilitou a constituição do lugar também como um ponto de referência para esta atividade.

A questão do vazio também foi tratada quando conversei com a proprietária do Sebo Trovatore, porém, ao contrário do outro comerciante, não atribui seu "ganha-pão" aos domingos, até mesmo porque sua atividade é bastante distinta de artesanatos, mas reivindica para seu estabelecimento que a atividade turística seja acentuada, reconhecendo que neste momento histórico essa atividade é a potencialidade do Setor e

---

<sup>137</sup> TEZZA, Cristovão. O Olhar de Curitiba. In: VEJA Paraná, Revista. Curitiba, págs. 14-15, Setembro de 1991.

<sup>138</sup> Pesquisa *in loco* e entrevista realizada em 03 de Janeiro de 2012.

ao mesmo tempo sua finalidade. Sua reivindicação nos faz retomar as representações que constantemente (re)construíram o espaço com objetivos manifestos da consagração do turismo no local, mas que talvez ainda não encontre no turista seu principal usuário, e não encontre, nessa atividade, sua principal utilização.

"O Centro Histórico é interessante para turistas, pra gente que não conhece. Eu acho um desperdício de dinheiro e de espaço", nos diria um funcionário terceirizado que trabalha há anos nos equipamentos culturais do Setor<sup>139</sup>. Encontrei-o de recepcionista na Casa da Memória quando fui me encontrar com a arquiteta da Diretoria do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba. Explica-me este curitibano, depois de revelar sua indignação quanto ao desperdício do espaço, que quando trabalhava no Museu de Arte Sacra – nas instalações da Igreja da Ordem – pouquíssimas pessoas visitavam o local. Isso se dava, segundo ele, pela própria especialidade do Museu: "Existem espaços que poderiam ser utilizados por mais pessoas", diz, e complementa seu argumento sugerindo que se pudesse fazer alguma coisa faria um espaço que contemplasse todas as religiões: "Ia ter espaço pro budismo, outro espaço pros evangélicos, um espaço pros católicos, etc., ia até brigar com o padre (risos), mas aquele museu é só para os católicos"! Questiona, desta forma, a utilização demasiado específica de um equipamento cultural mas que não se restringe apenas ao Museu de Arte Sacra, agora que trabalha na Casa da Memória revela que por muitos dias ninguém aparece. Indignado com um provável desinteresse, reconhece a importância do equipamento que abriga o acervo histórico da cidade e reconhece o espaço do Setor Histórico como "um lugar riquíssimo, conta a nossa história, a paranaense, a brasileira". Porém, ao mesmo tempo em que espelha no espaço sua própria história, coloca-se distante, alheio, à sua apropriação. Quando me diz: "Eu não uso o Setor Histórico. Só venho aqui pra trabalhar", não fala somente dos equipamentos culturais que não costuma visitar, fala principalmente da atividade que, para ele, caracteriza a utilização do espaço: a atividade noturna dos bares e restaurantes, e ainda completa que "de noite, a parte histórica não é nada, se tirarem os bares não vem ninguém".

Esta relação com o espaço, de identificação quanto ao sentido histórico mas de estranhamento enquanto um espaço de apropriação foi também percebida durante outras conversas com comerciantes. "É um lugar conhecido mundialmente ... Se você for lá no Pelourinho na Bahia vai ver como o centro histórico e os edifícios são diferentes", relata ainda o proprietário da loja de artesanatos que comentamos, sugerindo, ao comparar por semelhança, que há uma distinção, uma identidade própria

---

<sup>139</sup> Pesquisa *in loco* e entrevista realizada em 17 de Janeiro de 2012.



do lugar. Estas falas, relatos, que representam o lugar, no lugar, insinuam que o registro visível do espaço, possibilitado pela legibilidade atribuída aliado ainda às representações de identidade e memória que rondam a construção patrimonial, é perceptível e ressoa, na constituição do lugar, pelos sentidos histórico e identitário como um resquício sócio-cultural, o qual sua existência, permanência e conservação torna-se inquestionável, é consensual. Mas como um bem que visa ser comum, social, sua utilização é representada alheia ao encontrar estes usuários um distanciamento de suas práticas cotidianas aos usos atribuídos ao patrimônio histórico e, conseqüentemente, ao espaço histórico.

"Quer um uso mais social do que um Museu?", questiona-me a arquiteta da Fundação Cultural quando apresento esta apreensão do espaço e de seus usuários e insinuo que talvez os usos atribuídos aos equipamentos sejam seletivos demais, delimitando socialmente a apropriação do bem cultural. Este questionamento, em tom de surpresa, revela sua visão e preocupação sobre o valor cognitivo do bem cultural. Como um documento histórico, a exaltação de seu valor social e cognitivo ultrapassa sua permanência na malha urbana para incidir também em sua utilização. Desconsidera no entanto, em sua fala, o uso do patrimônio como mercadoria cultural e o vínculo com a atividade turística, o que até nos surpreende, mas transparece as representações oficiais que intencionam comunicar valores sociais, culturais, de identidade e pertencimento, através da articulação da substância física e simbólica na busca pela legibilidade e inteligibilidade do espaço, na busca pela unidade, pela coerência formal e cultural.

Entre os equipamentos culturais, o tipo de comércio predominante, fachadas vazias e os relatos que atravessam a demarcação física e simbólica do espaço (re)construído, propriamente do trecho consagrado como um Setor urbano, a apreensão constante do vazio durante o período diurno relaciona-se diretamente à preponderância dessas atividades que, de maneira ou de outra, atraem um grupo seletivo de usuários. Vazio que se altera, no entanto, drasticamente aos domingos com o evento da feira de artesanatos e parcialmente, pouco na verdade, com a notável existência de uma feira de produtos alimentícios que ocorre apenas às quintas-feiras na Praça Garibaldi.

Em uma destas quintas-feiras nos conta uma senhora, que comprava frutas e verduras em uma das poucas barracas, que a feira existe precisamente há 22 ou 23 anos, pois se lembra de trazer sua filha junto no carrinho para fazer compras. "A feira era enorme e foi diminuindo", recorda ... lembra-se ainda, quase de forma nostálgica, dirigindo-se à feirante e a mim, que "ali, mais embaixo, ali na esquina pra baixo do Bar do Alemão, tinha um açougue enorme, muito bom, eu sempre vinha comprar

ali"! Memórias também compartilhadas pela feirante<sup>140</sup>. Outros usos divergentes dos incentivados e consagrados no Setor proporcionavam outras atividades no espaço, as quais, lentamente ou drasticamente, foram e vão se perdendo, tornando o espaço resquício de uma memória coletiva na constante relação e interação entre o espaço físico e o espaço social.

O espaço que guarda ainda estes vestígios na memória de alguns encontra-se, porém, no momento desta experiência cotidiana no espaço, muito mais como um lugar de visitação para um pequeno público de quando em vez, turistas que seja – onde o trajeto pelo espaço histórico lhes induz um percurso que tem um começo, um meio e um fim –, e também como um lugar de passagem, onde a apreensão do vazio também se relaciona com a apreensão de outra atividade e outros usuários: o trânsito, os transeuntes. Um lugar de passagem, apenas, que não incita permanência. Situação que se acentua mas que logo se transforma ... do dia para a noite.

### 5.2.2 Liminar em Tempo e Espaço

17:30 horas. A Casa Hoffmann já está fechada e o Memorial da Cidade se prepara para encerrar o expediente, assim como os demais equipamentos culturais do Setor, as lojas de artesanatos, sebos e as galerias de arte. O trânsito de pessoas é intenso, dirigem-se rapidamente aos pontos de ônibus localizados na Travessa Nestor de Castro. Passo pela Galeria Júlio Moreira, que estranhamente está vazia, as pessoas preferem atravessar a larga rua por cima mesmo, também se dirigindo ao transporte coletivo. No Largo da Ordem, o sol quente e baixo provoca a permanência dos consumidores em apenas alguns bares e restaurantes, procuram os lugares onde há sombra. Cansada, sento-me na Fonte de Memória e apenas observo. Por mim, passam turistas que fotografam a Igreja do Rosário e passa caminhando um rapaz que parece levar sua casa, ou pelo menos todos os seus pertences nas costas, numa mochila ... ele fala sozinho e carrega uma garrafa de bebida ... noto, pois já o havia visto no local. Outro rapaz também logo cruza a minha vista cantarolando completamente embriagado ... parece ter surgido do nada, pela sombra da rua Trajano Reis.

No escuro, na sombra das ruas adjacentes, a atmosfera apressa o passo de quem transita por estas vias. Quando penso em me levantar para iniciar uma conversa com dois guardadores de carros, flanelinhas, que delimitam suas atividades na rua Duque de Caxias em frente a Igreja do Rosário, logo me vem a mente que já os havia visto algumas horas atrás, eram dois, conversando e carregando em suas mãos o que parecia ser

---

<sup>140</sup> Pesquisa *in loco* e entrevista realizada em 19 de Janeiro de 2012.

maconha e pedras de crack. Fico com receio e continuo no mesmo lugar – e abro um parêntesis para ressaltar que tanto a venda como o consumo de entorpecentes preencheram também as anotações realizadas durante os caminhos e percursos pelo Setor Histórico, notando que estas atividades se concentravam principalmente nas ruas adjacentes, as quais, mais intimistas a nosso ver, possibilitam esta prática longe dos olhares das câmeras de vigilância espalhadas pelo espaço aberto do "Largo".

Continuando ... em meio às observações e o cansaço uma moça, jovem, se aproxima para me vender sua idéia, como ela mesma diz. Ela produz sozinha, em casa e à mão, pequenas bolsas para portar moedas feitas com embalagens *tetra pak* e tecido. Cansada, senta-se ao meu lado, dirige seu olhar ao Largo da Ordem, suspira e diz: "A luz desse lugar é inconfundível", referindo-se ao entardecer mas também à atmosfera do lugar: "Tem uma tranqüilidade e ao mesmo tempo uma energia *Rock'n Roll*" ... capta, dessa forma, a sensação da transição, o espaço limiar entre o dia e a noite, que havíamos observado entre a sensação de vazio do dia, a tranqüilidade do entardecer e a tensão do anoitecer. Iniciamos uma conversa que durou mais ou menos uma hora, ela trabalha percorrendo aquele espaço e o centro da cidade todos os dias vendendo sua produção, aproveita o movimento noturno do "Largo" e retorna à sua casa por volta das onze horas da noite. "As vezes venho aqui só para ver as mesmas pessoas", revela-me, isso ficou mais claro conforme transcorria a nossa conversa, muitas pessoas que passavam por ali a cumprimentavam e as vezes paravam para conversar ... como se fossem amigos e se reconhecessem somente naquele lugar. Alguns destes usuários eu já havia notado no local em outras ocasiões e os identificados possivelmente entre artesãos e que formavam um grupo que algumas vezes avistei ocupando o gramado em frente a Fonte da Memória – trabalhando, conversando, bebendo, descansando. Ela se refere a eles como "micróbios" ... não só a eles, mas de uma forma genérica caracteriza os usuários do "Largo" e completa: "Se não é turista, é micróbio". Segundo ela, são micróbios porque todos consomem crack. Como se reduzisse o espaço a estas atividades e ao mesmo tempo o dividisse em dois, em dois mundos antagônicos pelos quais transita. O lugar onde conhece e reconhece semelhantes, digamos, e o lugar o qual utiliza para retirar dali seu sustento. Em meio ao lugar que reconhece, em meio aos "micróbios", exalta um deles que é conhecido no Largo, um homem alto, moreno, chamado de "*Black and Blue*" ... por causa da vestimenta característica, um moletom azul e uma calça preta ... percebo que era um dos homens que havia visto pouco antes na rua Duque de Caxias e o identificado como "flanelinha"... "As vezes a pessoa se torna o próprio lugar", diz, referindo-se ainda ao *Black and Blue* e a assimilação de sua imagem e sua presença com o espaço

do "Largo da Ordem".

A presença destes indivíduos e grupo, o qual nossa interlocutora deixa transparecer que estão sempre pelo local, pode advir de um *Squat* localizado em uma das ruas adjacentes que convergem ao lugar e que ela mesma me revela a existência. A princípio, um *Squat* caracteriza uma ocupação subversiva pelo direito de morar por grupos contra-culturais e/ou anarquistas, mas não necessariamente. Não cabe a nós qualificá-los dessa forma, podemos dizer que são *outsiders* do sistema, da acumulação de capital e do consumo.

Tampouco nos cabe afirmar que este grupo presente no Setor Histórico é o mesmo que ocupa um imóvel nas adjacências, é apenas uma suposição e também uma revelação de uma outra forma de uso e apropriação do espaço. De qualquer forma, a apreensão das práticas deste grupo, incluindo a jovem que afirmou a presença destes praticantes no espaço e os conhecidos que passavam e cumprimentavam, nos remete a uma categoria de apropriação do espaço que Magnani (2002) identifica como "pedaço". Um "pedaço", segundo o autor, situa e localiza indivíduos e grupos no encontro, através do reconhecimento entre si "como portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos e modos de vida semelhantes". Uma formação calcada em aspectos sociais subjetivos de identidade e pertencimento, mas que quando situada e localizada no espaço, da mesma forma, podemos dizer, este pode adquirir um significado que perpassa pelo sentido de encontro atribuído pelos indivíduos e membros do grupo e se constitui como um *lugar*, um lugar identitário e de pertencimento. O momento em que capto essa movimentação sócio-espacial no "Largo da Ordem" é bastante expressivo, a atmosfera se altera rapidamente, a calçada se enche de mesas e pessoas e estes grupos começam a chegar ao local. Desde o meu ponto, ali na Fonte da Memória conversando com a vendedora, percebo que apesar de muitos destes indivíduos passarem e se cumprimentarem, se reconhecerem pelas práticas no espaço, não eram, porém, do mesmo "pedaço" – depois iria reencontrá-los em meio a grupos maiores ocupando distintos espaços pelo Setor, os mesmos no gramado durante o dia, outros na arquibancada das Arcadas de São Francisco durante a noite.

Neste espaço limiar, a luminosidade diminui aos poucos e as ruas, as sombreadas que tanto se contrapunham ao colorido do Setor, vão adquirindo a mesma tonalidade ... as calçadas, onde antes o trânsito intenso de pessoas caracterizava um lugar de passagem, cede o espaço às mesas e a permanência de indivíduos e grupos, consumidores dos bares e restaurantes... as fachadas vazias e o trajeto por portas metálicas são logo esquecidos diante da intensa atividade no espaço.



---

**Figura 28.** Rua Claudino dos Santos  
*Fonte: a autora (19.01.2012).*

---



---

**Figura 29.** Praça Garibaldi  
*Fonte: a autora (19.01.2012).*

---

### 5.2.3 Usos consagrados: Demarcações no Espaço

De cima à baixo, chego pela Avenida Jaime Reis ... 20:15 horas. Na praça João Cândido duas barracas que vendem cachorro quente já estão posicionadas em seus pontos fixos noturnos. Passo pelas Arcadas do São Francisco ... sob a marquise da construção um grupo grande de adolescentes escuta música e conversa em roda, reconheci dois deles da ocasião em que conversava com a vendedora na Fonte de Memória. Já sobre o palco, também um outro grupo, pensei que talvez fossem as mesmas pessoas que festejaram ali o "ano novo". Os dois grupos não parecem se conhecer, assim, intimamente, mas se apresentam de forma semelhante, pela vestimenta, pela maquiagem, pelo som ... escutam rock, mais para um *black* ou *heavy metal* do que *punk* ou *hard* ... Assim que cheguei nas Arcadas, as luzes da Galeria de Antiguidades estavam acesas mas logo se apagaram, deixando o ambiente mais escuro, mais intimista. Penso que para quem se veste de preto pode ser mesmo um bom lugar. Passo pelos bares ao redor da Praça Garibaldi, estão cheios. Os guarda-sóis abertos devido a chuva que caíra há pouco formam uma área externa praticamente toda coberta. A extensão dos serviços destes bares sobre a calçada é mais restrita em relação aos outros estabelecimentos que ficam mais embaixo no Setor, pois não dispõem de uma grande faixa calçada para se estabelecerem, seus limites são mais apreensíveis, mais demarcados também por esse motivo, separando a via de automóveis das mesas e da calçada com um tipo de mobiliário, um misto de grade e floreira. Na Praça Garibaldi, neste momento, somente o trânsito intenso de pessoas subindo e descendo. Desço pela rua Claudino dos Santos, onde percebo que não há tanta gente como em outras noites, certamente por causa da chuva leve que caíra. Um dos bares desta via e os outros que se localizam na rua Mateus Leme estão fechados, provavelmente em recesso nesta primeira semana de janeiro. No Largo da Ordem pequenos grupos param e conversam, parecem se encontrar casualmente. Tento atravessar a Galeria Júlio Moreira, mas um funcionário cerra os portões neste instante. O relógio marca vinte e uma horas. Geralmente a Galeria fecha às vinte duas, conta-me o funcionário, permanecendo fechada até as seis horas da manhã. Nunca reparei que havia grades que fechavam a galeria, sempre pensei como um local público de passagem, o que também é correto, mas seu fechamento indica que se trata também de um equipamento, um equipamento cultural afinal, que tem seu uso em horários determinados, disciplinando sua função e as atividades. Resolvo então descer a rua São Francisco. Do outro lado, assim que atravesso a avenida, deparo-me com a rua um tanto vazia e uma atmosfera que inspira medo. Está especialmente escura, apenas um bar, um boteco, garante a iluminação e um pouco de

animação ao lugar. Não vou adiante por receio ... há três homens encostados na entrada de um edifício, um hotel do outro lado da rua, com os braços cruzados observam em silêncio o que estou fazendo. Retorno e desvio deste trecho para me dirigir à Praça Generoso Marques. Nesta, uma certa animação ... há um único bar e restaurante, recente no local, o qual estende mesas sobre a Praça, ouve-se bastante barulho, música e pessoas conversando, homens em sua grande maioria. Ao redor do edifício monumental, o Paço da Liberdade, alguns turistas ainda circulam pelo local, fotografam e passeiam no mercado das flores sob as Arcadas do Pelourinho. Nove e meia da noite, o sino da Catedral ... sempre marcante nas caminhadas pelo Setor Histórico. Na Praça Tiradentes não há mais ninguém, somente nos pontos de ônibus ao redor. Passo pela rua José Bonifácio, ao lado da Catedral e que culmina no largo da Ordem através da Galeria, um "restaurante dançante" garante o pouco de movimento no local, mas não o suficiente para atenuar a tensão e a sensação de medo, aliás faz o oposto, mas também porque já sei de antemão que esta região do centro da cidade é um tanto amedrontadora, a "cracolândia" chamam, próximo dali, mais precisamente na rua Saldanha Marinho que desemboca na lateral da Catedral.

"Terra de ninguém, lugar do perigo, preferido por figuras liminares e para a realização de rituais mágicos – lugares sombrios que é preciso cruzar rapidamente, sem olhar para os lados ...", diria Magnani (2002) sobre estes lugares em uso, "pórticos", como os define. Algumas ruas que conformam o trajeto para o "Largo", as adjacências do espaço histórico, podem ser assim qualificadas ... do dia ao entardecer, do entardecer à noite... Rua São Francisco, Mateus Leme, 13 de Maio, Duque de Caxias, Rua Trajano Reis ... Esses pórticos que se evidenciam por seu uso social podem ser relacionados, na leitura da paisagem, pelos aspectos legíveis que configuram o próprio Setor Histórico e a discrepância em relação ao seu entorno imediato pelas características físicas: vias automobilísticas e vias de pedestres, o chão de asfalto e o paralelepípedo, a luz, a sombra, o colorido, a vigilância, as ruas estreitas e o espaço que se abre. Por estes pórticos, associando os aspectos físicos ao uso social, uma sucessão de relações conflituosas – para os que transitam, para os que utilizam esses lugares para suas práticas – parece circunscrever o espaço histórico até adentrarmos na "ilha da fantasia", lembrando de algumas palavras de Rogério Proença Leite (2011)<sup>141</sup> bastante pertinentes ao nosso estudo. No entanto, não podemos generalizar, mas podemos dizer que grande parte das ruas convergentes se

---

<sup>141</sup> Palestra ministrada pelo Prof. Dr. Rogério Proença Leite em 28 de Abril de 2011, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

transformam em pórticos, espaços fronteiros, intermediários, principalmente na medida em que o anoitecer também transforma concomitantemente o espaço histórico do "Largo" numa grande "mancha" de atividades de encontro, lazer e consumo.



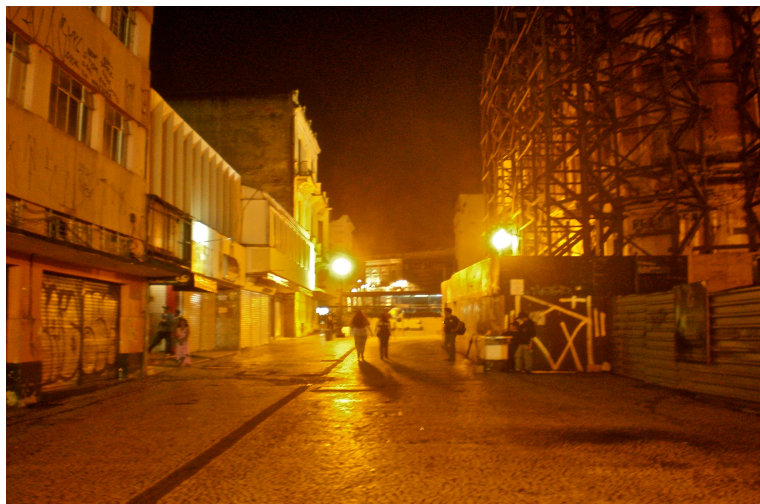
---

**Figura 30.** "Pórtico": Rua São Francisco

*Fonte: a autora (06.01.2012).*

---





**Figura 31.** "Pórtico": Rua José Bonifácio e Galeria Júlio Moreira

*Fonte: a autora (06.01.2012).*

Nesta atmosfera retorno ao "Largo" às 23:00 horas. A atividade em todo Setor é intensa, tanto na aglomeração de bares e restaurantes na rua Claudino dos Santos e Largo da Ordem, como também na Praça Garibaldi, nos bares ao seu redor, nas Arcadas de São Francisco e na Praça João Cândido. Ao chegar na Praça João Cândido tomo um susto com a quantidade de pessoas ... por toda a praça adolescentes formam pequenos grupos distintos entre si. O cheiro de maconha acompanha a minha observação no espaço. Parados na rua, alguns grupos se localizam ao redor de automóveis, e com os portas-malas abertos exibem o som forte que lhes agrada, a música que lhes identifica. São vários deles, que não se misturam, mas compartilham aquele espaço disputando a atenção para suas identidades. A presença destes jovens neste momento decorre de um evento numa casa noturna localizada em uma rua que converge à praça. Um evento de *Funk*, percebo, que atrai estes jovens tão diferentes da atmosfera *Rock'n Roll* presente logo ali ao lado na arquibancada das Arcadas. Nesta, vinho barato e violão, o mesmo grupo, vestindo roupas pretas e acessórios metálicos que refletem o pouco de luz e reluzem na escuridão do espaço. Ao contrário da praça ocupada em decorrência de um evento esporádico, nas Arcadas fica bastante evidente a demarcação de um ponto de encontro por um grupo específico, um "pedaço", que também sugere a demarcação de um *lugar*, no *lugar*. Um contra-uso, podemos até mesmo arriscar, na medida em que subverte o uso atribuído àquele espaço

como um equipamento cultural. Um contra-uso e um *lugar* também em relação aos usos e atividades legitimados no *lugar*, o consumo e o lazer propriamente nos bares e restaurantes.

Nos bares logo abaixo das Arcadas, pelo consumo, as feições identitárias se distinguem, aqui a bebida é a cerveja, mais cara, baldes de *Heineken* sobre as mesas ... Nos bares de baixo, na rua Claudino dos Santos, a atmosfera é até de tranquilidade depois de transitar pela Praça João Cândido ... as mesas cheias, os bares lotados ... não demora muito o lugar se torna mais agitado, chegam mais pessoas e se sentam, o fluxo também aumenta em direção à Praça João Cândido ... sinto falta dos artesãos, sempre presentes no Setor principalmente em frente à Casa Hoffmann, não estão no entanto, por qualquer motivo transferiram quem sabe o seu "pedaço" para outros arrabaldes.



---

**Figura 32.** "Mancha": Largo da Ordem

*Fonte:* a autora (06.01.2012).

---



**Figura 33.** "Mancha": Largo da Ordem e Rua Claudino dos Santos

*Fonte:* a autora, 06.01.2012.

Em cima e embaixo, no encontro, no lazer e no consumo, a concentração de bares, restaurantes e pessoas transforma o espaço do Setor em uma grande "mancha", como observamos. De acordo com Magnani (2002), uma mancha se define como uma área contígua do espaço urbano dotada de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante. Sempre conformada em acordo com um uso predominante e em torno de estabelecimentos específicos, "apresenta uma implantação estável tanto na paisagem como no imaginário".

É a boemia referencial do "Largo da Ordem", podemos associar. Este "Largo" que se confunde com esta mancha, consequência principalmente da (re)construção do espaço pelas representações do planejamento urbano na apreensão física e simbólica do espaço físico pelas representações sociais, acaba por constituir um espaço referencial. "Um ponto de referência", na medida também em que a (re)construção calcada na legibilidade da paisagem possibilitou a continuidade física e visual deste espaço – pelas vias de pedestres, pelos tons vibrantes que exaltam a concentração de edifícios históricos, pela iluminação cenográfica, pelos equipamentos, pelo contraste com o entorno – possibilitando, conseqüentemente, a composição viável, visível e praticável desta mancha. Um ponto de referência (re)construído que se torna, dessa forma, de

acordo com Magnani (2002), "físico, visível e público", capaz de atrair inúmeros e diversificados freqüentadores, "permitindo a circulação de gente oriunda de várias procedências" e "cedendo o espaço para cruzamentos não previstos, para encontros até certo ponto inesperados, para combinatórias mais variadas".

São estas características, do espaço histórico visto como uma mancha estabelecida de lazer e consumo, que conformam as atividades e as práticas no período noturno do espaço do Setor Histórico. No entanto, por ocasião da constituição desta mancha no espaço urbano, que se torna um ponto de referência pra uma gama de usuários, indivíduos e distintos grupos sociais, é que o espaço se fragmenta, em "pedaços".

Constituídos principalmente, segundo Magnani (2002), "pelas relações entre seus membros como resultado do manejo de símbolos e códigos sociais", os pedaços são restritos, são pontos simbólicos de encontro, mas que, na apropriação do espaço, o demarcam também fisicamente. Decorrentes das manchas e constituídos muitas vezes no interior delas, as relações subjetivas que estabelecem a formação identitária de um grupo especificam esse tipo de apropriação no espaço em relação às manchas, onde não se nota o estabelecimento de laços mais estreitos entre os freqüentadores. Estáveis enquanto grupo social, deslocam-se facilmente pelo espaço e levam consigo os seus "pedaços", de acordo com Magnani (2002). *Lugares* efêmeros, portanto, podem constituir também estes pedaços, pela atribuição e destituição de significados que os relacionam ao espaço físico de suas práticas.

Na apreensão do espaço do Setor Histórico, estes pedaços foram identificados justamente na apreensão de grupos com feições identitárias próprias e na especificidade de suas práticas no espaço. Artesãos em frente à Casa Hoffmann que, taticamente e também na forma de um contra-uso, subvertem a permissão de uso das calçadas e por isso tem que se deslocar freqüentemente, mas que se localizam naquele lugar prioritariamente aproveitando a atratividade da mancha de lazer e consumo no Setor para vender seus artesanatos. Nas Arcadas de São Francisco, outro grupo, que subverte a lógica do consumo implementada no lugar e o uso do equipamento, constituindo seu próprio lugar de encontro, lazer e consumo.

Para este equipamento, entretanto, convergem também os mesmos sentidos – de encontro, lazer e consumo – de outro grupo. Durante a pesquisa *in loco* observamos que na liminaridade espaço-temporal do Setor Histórico aos domingos, onde lentamente o uso do espaço se modifica a partir do término do evento da feira e se consolida novamente com a atividade predominante proporcionada pelos bares e restaurantes do local, um outro grupo se concentra, distinto daquele que provavelmente ocupara o espaço na noite anterior. Chego até a me acercar deste grupo certa vez e

pergunto diretamente para uma jovem de apenas 16 anos porque eles estavam ali. Com as mãos azuis por causa dos cabelos que soltam tinta e um tanto embriagada simplesmente me diz que ali era bom e que podia "encontrar todo mundo", e revela, ainda, que se concentram a partir das seis horas da tarde naquele espaço depois de se concentrarem durante a tarde em outro lugar, próximo dali, transferindo seu "pedaço". Questiono sobre "todo mundo", pergunto se conhece todos no local e ela me revela que não, mas uma grande parte ... ou seja, àquele espaço, sobre a arquibancada, convergem estes indivíduos que podem não cativar uma relação mais íntima de amizade, mas que se identificam simbolicamente enquanto grupo, compartilhando no espaço seus hábitos, estilos de vida e preferências similares. Iria encontrá-los novamente no domingo seguinte.

A convergência destes grupos distintos ao mesmo espaço, ao mesmo equipamento, nos remete à algumas considerações do estudo de Rogério Proença Leite (2007) o qual indica que "o que torna um espaço um *lugar* para uns pode ser exatamente o que possibilita, para outros, a construção contrastiva de seus próprios lugares". Efêmeros, ainda que no mesmo espaço porém e em dias diferentes, a apropriação deste equipamento por grupos de feições identitárias distintas pode nos indicar um conflito silencioso e simbólico da afirmação de suas diferenças. É neste tipo de apropriação, física e simbólica, de forma geral apreendida na experiência cotidiana do espaço (re)construído do Setor Histórico de Curitiba – no gramado, na calçada e na arquibancada – que às representações dos planejadores urbanos justapõem-se as representações dos distintos grupos sociais, os quais juntamente ao sentido de encontro, lazer e consumo consagrados pela demarcação da *práxis* urbanística, representam simbolicamente, na prática do espaço, suas formas singulares de encontro, lazer e consumo, demarcando formas específicas de pertencimento, como nos inspira a pensar Rogério Proença Leite (2007).

## 5.2.4 Feira de Arte e Artesanatos: Atividade Domingueira

No espaço (re)construído do "Largo da Ordem" consagrado pelas representações especulares, também pelo encontro, lazer e consumo, o espaço se consolida dessa forma no imaginário. Mas não apenas nas noites animadas, aos domingos outra mancha que agrega estes sentidos proporciona, no entanto, uma outra atividade e outras formas de apropriação do espaço. À possibilidade de lazer e consumo proporcionada pelos bares e restaurantes justapõem-se a atividade de lazer da Feira e consumo de arte e de artesanatos. Como uma mancha, portanto, também torna o espaço um ponto de referência estável na paisagem e no imaginário, um ponto de referência também físico, visível e público, capaz

de ampliar ainda mais a atração de indivíduos e grupos sociais distintos em suas feições identitárias com vistas tanto à utilização dos bares e restaurantes como propriamente à atividade predominante da Feira. Neste ponto referencial do espaço físico e do espaço social, as atividades se misturam, usos distintos se misturam, os bares às galerias de arte, os artesãos de rua aos artesãos regulamentados, a música tradicional do grupo de chorinho à música tradicional equatoriana de um artista solitário, a culinária baiana à culinária mexicana.

Se esboçarmos através de um mapa a quantidade e qualidade dos usos que agrega o espaço projetado referencial aos domingos, notamos uma grande mancha de uso e apropriação do espaço proporcionada pela atividade da Feira de Artesanatos, que complementa as atividades do comércio presente no local e associa, ainda, os equipamentos culturais, os bares e restaurantes:



*Fonte:* Elaborado pela autora e confeccionado por Henrique Martins sobre imagem do Google Earth, 2012.

Mais em baixo, na experiência do espaço: híbrido e efêmero, penso em predados para o lugar que atrai e provoca o contato, o encontro desproposital e muitas vezes evitado de tipos diferentes de pessoas e grupos. No gramado ocupado pelos *outsiders*, turistas e famílias inteiras também se juntam e se sentam para desfrutar de um prato polonês. Em frente à Igreja do Rosário, um grupo de *Hare Krishnas* transfere seu encontro em um templo próximo ao Largo aproveitando a atividade domingueira para propagar sua crença. Nas Arcadas de São Francisco turistas e famílias se sentam e somente observam o espaço, em meio às inscrições e pichações, em meios às garrafas de bebidas deixadas na noite anterior.

Nas adjacências, o espaço intermediário se sobressai ... desvios no trajeto provocados pelo vazio e pela sensação intimidadora. "Vamos por aqui que tem mais movimento, ali é perigoso", escuto duas senhoras desviando seus passos da rua São Francisco ... o movimento é o mesmo, mas a sensação de periculosidade proveniente dos usos que agrega a via parece já fazer parte do imaginário naquele trecho.

Da noite ao entardecer, do entardecer a noite, a rotina se mantém de alguma forma ... em meio às barracas desmontadas, vestígios de um uso e de uma outra apropriação do espaço, logo retirados por um caminhão da prefeitura, quando então os bares se sobressaem novamente na apreensão da paisagem constitutiva do "Largo", alguns grupos se despedem do lugar, outros dão boas vindas e se situam em seus *lugares* ... Manchas sobrepostas de duas formas de uso e apropriação referenciais do espaço do Setor Histórico, assim consagrado pelas representações dos planejadores urbanos.





**Figura 35.** Largo da Ordem: justaposição de diferentes usos e apropriação do espaço.

*Fonte: a autora (24.04.2011).*



**Figura 36.** Largo da Ordem: liminaridade espaço-temporal, resquícios de um uso e a preponderância de outro.

*Fonte: a autora (06.01.2012).*

### 5.3 ESPAÇO PROJETADO E ESPAÇO PRATICADO

Ao percorrer o texto legível e não legível do espaço do Setor Histórico de Curitiba ressoaram as representações do planejamento urbano que, lentamente e constantemente inscreveram e circunscreveram seu *lugar* no espaço, consagraram sua singularidade, sua identidade espacial, e possibilitaram sua apreensão inteligível como um documento histórico. Um documento histórico apreensível para os que por ali transitam e percorrem o trajeto histórico. Um documento histórico apreensível também para alguns que ali praticam suas atividades cotidianas, na medida em que o espaço é representado próximo da "nossa história", identitário em sua essência de artefato sócio-cultural. Um documento histórico, entretanto, que também distancia alguns usuários e práticas do espaço e que se torna reconhecido somente em atividades e práticas específicas: do turismo à boemia. Um lugar turístico e um lugar de lazer e de consumo, portanto, evidenciam as representações de alguns destes praticantes do Setor, captadas nas falas de comerciantes, servidores, vendedores e artesãos presentes no espaço.

Um contingente físico projetado para tais práticas mas que apresenta, em seus interstícios, relações sociais e sócio-espaciais construídas no uso cotidiano do espaço, possibilitadas pelas ações táticas dos praticantes ordinários e apreendidas somente a partir das ações estratégicas sobre o espaço. No espaço projetado, a apreensão do espaço social, de grupos e indivíduos em suas práticas possibilitou, neste trabalho, a apreensão também da realidade constitutiva, material e simbólica, deste espaço urbano. A apreensão de uma realidade dinâmica, como enfatizamos, a qual sua captura é apenas um momento do espaço em construção mas capaz de evidenciar a complexidade da constituição de um espaço com vistas a ser um *lugar* : referencial, histórico, identitário, portador de uma memória que subjuga coletiva, que agrega usos e funções sociais que subjuga essenciais.

Em memória, em significado, em identidade e funcionalidade, um espaço de uma ambigüidade e ambivalência latentes. Projetado pela mais abstrata elaboração e consagrado por esta, porém, legivelmente como um *lugar* histórico e identitário, de encontro, de lazer e de consumo, o espaço (re)construído, o referencial também pelas representações sociais no espaço, é um lugar animado, é também um "espaço cultural" como proclamavam os planejadores urbanos, um espaço que possibilitou novas formas de uso e apropriação, com novos e outros usuários, mas que suspenso no movimento da cidade e no tempo do urbano não só agrega usos, funções, memórias, identidades e significados distintos como também os produz e constantemente reproduz. Um lugar de

representação, por fim, prática e simbólica. De forma interativa e concomitante às representações sobre o espaço, produzem-se e reproduzem-se as representações sociais no espaço somente pelo "direito de estar na cidade, de ocupar seus espaços, de traçar itinerários, de *pertencer*, enfim: ter identidade e lugar", lembrando das palavras de Rogério Proença Leite (2007, grifo do autor). Um espaço apreendido constituído pela demarcação física e simbólica da representação dos planejadores urbanos na incerteza da pluralidade inerente e constituinte do espaço social, no instante do constante movimento da cidade contemporânea. Neste instante encerra-se, portanto, nossa apreensão do espaço e no espaço do Setor Histórico de Curitiba.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorremos, durante a dissertação, o caminho que desvenda a cidade como um conjunto de representações materiais e simbólicas, construída, reconstruída e apropriada através da relação e da reciprocidade que se estabelece entre o espaço físico e o espaço social.

Neste percurso, inserimos o espaço do Setor Histórico de Curitiba e o localizamos como um produto histórico resultante de um contínuo refazer das relações e das identidades que permeiam o corpo social e da estreita relação e interação que mantém com o espaço que as envolve, sendo sua continuidade e permanência na contemporaneidade um resultado deste processo, garantido pelas práticas sociais que constantemente o atualizaram através de sua utilização. Permanência e continuidade também pretendidas a partir do momento em que seu espaço passou a ser visto como um remanescente histórico, um resquício sócio-cultural, o qual à sua materialidade foram atribuídos novos valores e significados, trazendo consigo o simbolismo de seu sentido histórico e, com isso, os desejos e pressupostos para sua projeção futura. Foi neste momento que nosso objeto de estudo se sobressaiu, particular no meio urbano, na vida da cidade. Um *lugar* fora demarcado, delimitado e projetado sobrecarregado de sentidos, (re)construído, suspenso no tempo da cidade, no momento e no movimento presente do urbano.

Do espaço projetado ao espaço vivido percebemos, percorrendo o espaço histórico, a *ruína de milhões de passos e pegadas, de encontros fortuitos* como disse o poeta Paulo Leminski. Nesta ruína, *limpa lente de microscópio*, percebemos os ideais, os pressupostos materializados dos agentes sociais que (re)construíram o espaço, e também as formas, as maneiras, de assimilação e contestação destas representações pelos agentes sociais que o utilizam e dele se apropriam. Percebemos pelo trajeto e pela experiência no espaço que as representações oficiais recaíram e foram assimiladas, em grande parte, por seus usuários, seus praticantes. Esta assimilação compreende que seu espaço é apreendido, na cidade, como um "documento histórico", como desejavam os planejadores urbanos. O espaço é também, na cidade, um lugar referencial pelos usos e sentidos assim consagrados pelas ações dos planejadores urbanos. Do turismo à boemia, um lugar de encontro, do lazer passivo, contemplativo, ao lazer ativo, o consumo cultural e também o consumo nos bares e restaurantes concentrados no "Largo".

Este "Largo" apreendido nas falas de muitos usuários, em conversas muitas vezes informais e quase despretensiosas, fora o espaço para onde convergiram as ações que o consagraram como referencial – como um documento histórico e por seus usos – e que o identificamos,

por este motivo, como o próprio Setor Histórico, tendo em vista as intenções dos planejadores urbanos, suas ações sobre o espaço, e a assimilação pelos usuários e praticantes ordinários. Um espaço que fora projetado para ser referencial, fisicamente e simbolicamente, um espaço para usos determinados que visava promover práticas e atrair usuários específicos, e conseguiu. Mas por este motivo, por ter se tornado referencial no imaginário, este Largo é também o lugar que atrai uma diversidade de pessoas, grupos distintos entre si, aqueles que carregam uma visão de suas identidades sociais e que as comunicam, no espaço, subvertendo os mesmos usos e sentidos atribuídos, apropriando-se de maneiras distintas às pretendidas pelos planejadores.

Neste *lugar* projetado para usos e práticas específicas descobrimos, em seus interstícios, relações sociais e sócio-espaciais construídas no uso cotidiano do espaço, possibilitadas pelas ações dos praticantes ordinários e apreendidas somente a partir das ações dos planejadores sobre o espaço. "Manchas", "pedaços", "lugares" e "pórticos", foram formas distintas de usos e apropriações observadas na interação dos usuários identificados com o espaço (re)construído. Esta dinâmica sócio-espacial apreendida, somente fora possível porque é proporcionada simultaneamente e reflexivamente pelo espaço projetado e pelo espaço praticado, ressaltando nosso interesse neste trabalho que não residiu em contrapor as distintas e plurais representações sobre o Setor Histórico de Curitiba, mas sim apreendê-las de forma complementar.

Na complexidade constitutiva do Setor Histórico de Curitiba o desafio desta abordagem residiu justamente nesta complementaridade. No entanto, cabe a nós, por último, refletirmos sobre a problemática que envolve a construção de um espaço histórico na cidade e o reflexo desta construção nos usos do espaço e nas práticas decorrentes da vida pública cotidiana. Como vimos, as intenções dos planejadores urbanos sobre nosso objeto de estudo consistiu, prioritariamente, em revitalizar o espaço associando à sua materialidade patrimonial representativa a remoção de usos e usuários que consideravam inadequados, pela intenção de (re)construir o espaço como um pólo turístico-cultural, de acordo com o Plano proposto. Enobrecimento, ou gentrificação, identificamos esta prática que não somente atentava para esta substituição de usos e usuários, como também buscava promover o desenvolvimento urbano pelo favorecimento do turismo, atraindo usos e atividades rentáveis e que favorecessem essa prática no espaço. Apesar de apontarmos, na ocasião da pesquisa *in loco* realizada, que o turista talvez não seja o principal usuário deste espaço e que a atividade turística não seja a principal prática neste espaço, pudemos observar que a remoção de determinados usos e usuários se consolidou principalmente pelo incentivo a novos usos, como os bares e

restaurantes, galerias de arte e antiguidades, e a implementação de equipamentos culturais, caracterizando também a gentrificação no espaço. Em decorrência desta prática, observamos que o espaço transita entre o vazio e cheio, como um espaço de passagem e de permanência, dicotomias apreendidas que se referem diretamente aos usos empreendidos e incentivados como adequados. Da apreensão do vazio à apreensão das táticas subversivas, contra-usos e demarcações sócio-espaciais na apropriação do espaço, paramos para refletir nas estratégias de revitalização, as quais, podemos dizer, ao mesmo tempo em que selecionam usos e usuários e delimitam formas de apropriação, também contribuem para a atração de outros usuários, os quais, por sua vez, empreendem suas próprias maneiras de utilizar o espaço.

Diante do trabalho teórico e empírico que realizamos, observamos que o espaço do Setor Histórico, assim consagrado pelos olhares e premissas do planejamento urbano, na medida em encontra-se em suspenso no movimento da cidade e no tempo do urbano, não somente torna-se passível de ser utilizado e apropriado por distintos grupos sociais como também o desejam estes grupos, pela visibilidade de suas diferenças identitárias em suas demarcações sócio-espaciais. Grupos que subvertem a lógica de apropriação empreendida, muitas vezes indesejados para ocupar o espaço e constantemente retirados de seus lugares. Dessa forma, na constante interação entre o espaço social e o espaço físico, o lugar assim revitalizado se constitui por si só desafiador às estratégias de revitalização.



## 7 REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Produzindo o Passado: estratégias de construção do Patrimônio Cultural**. Brasiliense: São Paulo, 1984.

\_\_\_\_\_. **A Guerra dos Lugares: Sobre Fronteiras Simbólicas e Liminaridades no Espaço Urbano**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n 23, 1994, p. 190-203.

\_\_\_\_\_. **O Espaço da Diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Patrimônio Cultural e seus Usos: a Dimensão Urbana**. Revista Habitus, Goiânia, v. 4, nº 1, págs. 425-435, janeiro/junho, 2006.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em Fim de Linha**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Uma Estratégia Fatal. A Cultura nas novas Gerações Urbanas**. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. 5.Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOLÓGICO PARANAENSE – IHGEP. Vol. XLVIII. Curitiba, 1993.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. **Tiradentes: a praça verde da Igreja**. Curitiba: FCC, v. 24, n 120, julho de 1997.

BOLETIM DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN), nº 10, p.12, mês Jan/Fev. 1981. Disponível em <portal.iphan.gov.br>.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. 17ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.



CURITIBA, Prefeitura Municipal. **BOLETIM PMC**, 1943. **Plano de Urbanização de Curitiba**. Disponível em: <[www.ippuc.org.br](http://www.ippuc.org.br)>. Acesso em 08 de Fevereiro de 2012.

DELGADO, Manuel. **El Animal Público: Hacia una Antropología de los Espacios Urbanos**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1999.

\_\_\_\_\_. **De la Ciudad Concebida a la Ciudad practicada**. Artigo publicado originalmente *in*: Archipiélago: Cuadernos de crítica de la cultura. Espanha, nº 62, 2004. Disponível em <[www.scribd.com](http://www.scribd.com)>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

DUDEQUE, Irã Taborda. **Cidades sem Véus: doenças, poder e desenhos urbanos**. Curitiba: Champagnat, 1995.

\_\_\_\_\_. **Nenhum Dia sem uma Linha: Uma História do Urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **História de Curitiba**. Curitiba, 2000. Disponível em <[www.casadamemoria.org.br](http://www.casadamemoria.org.br)>.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **Histórias de Curitiba**. Curitiba: FCC, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **Monumentalidade e Cotidiano: os Patrimônios Culturais como Gênero de Discurso**. *In*: GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônio**. Coleção Museu, Memória e Cidadania: Rio de Janeiro, 2007.

GUATTARI, Félix. **Espaço e poder: a criação de territórios na cidade**. Espaço e Debates, n. 16, ano V. São Paulo, 1985.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. **Memórias de Curitiba Urbana**. Depoimentos, 5 volumes, Curitiba, 1989/1990.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. **Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba**. Curitiba, 1970.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. **Projeto Centro**. Curitiba, 1984.

JEUDY, Henry-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). **Urbanismo no Brasil - 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LEMINSKI, Paulo. **Ler uma Cidade: o alfabeto das ruínas** (1989). *In*: FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **Histórias de Curitiba**. Curitiba: FCC, 2008.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da Cidade: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea**. 2 Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracajú, SE: Editora UFS, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Exaustão das Cidade: Antienobrecimento e Intervenções Urbanas em Cidades Brasileiras e Portuguesas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 5, n. 72, p. 73-88, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea**. Dados, Revista de Ciências Sociais: Rio de Janeiro, vol. 53, n 3, pag. 737 – 756, 2010.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1982.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De Perto e de Dentro: Notas para uma Etnografia Urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v.17, n.49, p.11-29, 2002.

MARTINS, Romário. **Origens de Curitiba**. In: Boletim do IHGEP, vol. XLVIII: 3-17. Curitiba, 1993.

MARX, Murillo. **Nosso Chão: do Sagrado ao Profano**. São Paulo: EDUSP, 1989.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares**. In: PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-Sp. São Paulo, 1993. Disponível em meio eletrônico.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o Mito da Cidade Modelo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 11 Ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **A Cidade de Curitiba e seu Distrito**. In: Boletim do IHGEP, vol. XLVIII: 107-136. Curitiba, 1993.

SANCHEZ, Fernanda. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SUTIL, Marcelo Saldanha. **O Espelho e a Miragem: Ecletismo, Moradia e Modernidade na Curitiba do Início do Século 20**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2009.

WILHEIM, Jorge. **Cidades: O Substantivo e o Adjetivo**. 3 Ed. Perspectiva: São Paulo, 2003.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens Urbanas Pós-Modernas: mapeando Cultura e Poder**. In: ARANTES, A. A.(Org.). O Espaço da Diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens do Século XXI: Notas sobre a mudança social e o espaço urbano**. In: ARANTES, A. A.(Org.). O Espaço da Diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000.

## LEGISLAÇÃO CONSULTADA

BRASIL, Decreto-lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937. Disponível em <portal.iphan.gov.br>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2012.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei Municipal nº 2, de 03 de Fevereiro de 1948. Paço da Liberdade. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2012.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei Municipal nº 699, de 16 de Julho de 1953. Código de Posturas e Obras do Município de Curitiba. Disponível em: <[www.cmc.pr.gov.br](http://www.cmc.pr.gov.br)>. Acesso em 11 de Dezembro de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei Municipal nº 1.155 de 18 de Novembro de 1955. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 13 de Fevereiro de 2012.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei nº 1875, de 30 de Março de 1960. Plano Piloto de Zoneamento. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 11 de Fevereiro de 2012.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei nº 1908, de 30 de Setembro de 1960. Unidade de Vizinhança. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 11 de Fevereiro de 2012.

CURITIBA, Câmara Municipal. Decreto Municipal nº 1910, de 07 de Dezembro de 1965. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 11 de Fevereiro de 2012.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei Ordinária 2828, de 10 de Agosto de 1966. Institui o Plano Diretor de Curitiba a aprova as suas Diretrizes Básicas, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município. Disponível em: <[www.cmc.pr.gov.br](http://www.cmc.pr.gov.br)>. Acesso em 23 de Abril de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Decreto Municipal nº 1160, de 05 de Agosto de 1971. Cria e Delimita o Setor Histórico de Curitiba. Disponível em: <[www.cmc.pr.gov.br](http://www.cmc.pr.gov.br)>. Acesso em Maio de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei 4.199, de 08 de Maio de 1972. Dispõe sobre o Zoneamento Urbano de Curitiba. Disponível em: <[www.cmc.pr.gov.br](http://www.cmc.pr.gov.br)>. Acesso em 23 de Novembro de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei 4.335, de 18 de Setembro de 1972. Denomina de Casa Romário Martins, o prédio do Patrimônio Municipal que especifica. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 10 de Dezembro de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Decreto Municipal nº 145 de 1º de Fevereiro de 1974. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, área de propriedade de Reinaldo Wolf. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 10 de Dezembro de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei 4545, de 5 de Janeiro de 1975. Cria a Fundação Cultural. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 22 de Março de 2012.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei 5.234, de 22 de Dezembro de 1975. Modifica a Lei 4.199/72 e dá outras providências. Disponível em: <[www.cmc.pr.gov.br](http://www.cmc.pr.gov.br)>. Acesso em 23 de Novembro de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Decreto Municipal nº 14, de 08 de Janeiro de 1980. Designa Comissão de que trata o Art.03 do Decreto 1.547/79. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 10 de Dezembro de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Decreto Municipal nº 161, de 08 de Maio de 1981. Dispõe sobre a isenção do imposto imobiliário relativo a imóveis de valor histórico ou cultural. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 10 de Dezembro de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei Municipal 6.337 de 28 de Setembro de 1982. Institui incentivo construtivo para a preservação de imóveis de valor cultural, histórico ou arquitetônico. Disponível em: <[www.cmc.pr.gov.br](http://www.cmc.pr.gov.br)>. Acesso em 22 de Novembro de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Decreto Municipal nº 196, de 25 de Junho de 1984. Deixa sem efeito os decretos nº 1547, de 14 de Dezembro de 1979, 414, de 29 de Outubro de 1982 e 161, de 08 de Maio de 1981. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 10 de Dezembro de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Decreto Municipal nº 408, de 22 de Julho de 1991. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 12 de Março de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei Municipal nº 9.800, de 03 de Janeiro de 2000. Disponível em: <[www.ippuc.org.br](http://www.ippuc.org.br)>. Acesso em 13 de abril de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei Municipal nº 9.803, de 03 de Janeiro de 2000. Disponível em: <[www.ippuc.org.br](http://www.ippuc.org.br)>. Acesso em 13 de abril de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Decreto Municipal nº 185, de 03 de Abril de 2000. Dispõe sobre os critérios de uso e ocupação do solo no Setor Especial Histórico e dá outras providências. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 22 de Novembro de 2011.

CURITIBA, Câmara Municipal. Decreto Municipal nº 662, de 12 de setembro de 2002. Regulamenta a Lei Complementar 40/01, relativamente à redução de IPTU para imóveis considerados como Patrimônio Histórico Cultural. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em 13 de Março de 2012.

PARDINHO, Raphael Pires (Ouvidor Real). Provimentos da Vila de Curitiba, 1721. In: REVISTA MONUMENTA. Provimentos do Ouvidor Pardino para Curitiba e Paranaguá, 1721. Curitiba: vol. 3, nº 10, p. 27-80, 2000.

## CARTAS, NORMAS E RECOMENDAÇÕES PATRIMONIAIS CONSULTADAS

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Veneza**. II Congresso Internacional de Arquitetos. Veneza, maio de 1964. Disponível em <[portal.iphan.gov.br](http://portal.iphan.gov.br)>. Acesso em 02 de Maio de 2011.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Ministério da Educação e Cultura. **Compromisso de Brasília**. 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Brasília, abril de 1970. Disponível em <[portal.iphan.gov.br](http://portal.iphan.gov.br)>. Acesso em: 08 de Novembro de 2011.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Ministério da Educação e Cultura. **Compromisso de Salvador**. II Encontro dos Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Salvador, outubro de 1971. Disponível em <[www.icomos.org.br](http://www.icomos.org.br)>. Acesso em: 08 de Novembro de 2011.

OEA – Organização dos Estados Americanos. **Normas de Quito.** Reunião sobre a utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico. Quito, novembro/dezembro de 1967. Disponível em <portal.iphan.gov.br>. Acesso em 02 de Maio de 2011.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Recomendação de Paris: Paisagens e Sítios.** Paris, 12 de dezembro de 1962. Disponível em <portal.iphan.gov.br>. Acesso em 13 de Setembro de 2011.

## ACERVOS CONSULTADOS

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ  
Acervo da Divisão Paranaense

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA  
Acervo Bibliográfico e Setor de Documentação

CASA DA MEMÓRIA  
Acervo Histórico da Casa da Memória

## REVISTAS E PERIÓDICOS

CORREIO DE NOTÍCIAS. **Domingo é Dia de Feira.** Curitiba, 01 de Junho de 1985.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Curitiba ainda pode permanecer humana.** Curitiba, 06 de Outubro de 1972.

GAZETA DO POVO. **Curitiba: viva, bela e humana.** Curitiba, 29 de Março de 1976.

GAZETA DO POVO. **Decreto protege 586 prédios históricos da cidade.** Curitiba, 16 de Dezembro de 1979.

GAZETA DO POVO. **Setor Histórico será só para Pedestres.** Curitiba, 27 de Fevereiro de 1980.

O ESTADO DO PARANÁ. **Curitiba, ano 90.** Curitiba, 26 de Junho de 1965.

O ESTADO DO PARANÁ. **Preservar Centros Urbanos.** Curitiba, 15 de Maio de 1975.

O ESTADO DO PARANÁ. **Não foi só bebedouro ....** Curitiba 287 anos, 18 de Março de 1980.

O ESTADO DO PARANÁ. **Decadente, Largo da Ordem agoniza.** Curitiba, 25 de julho de 2001.

O ESTADO DO PARANÁ. **No Setor da Desordem, clima é de desespero.** Curitiba, 25 de Janeiro de 1992. Disponível em meio eletrônico: <[www.millarch.org](http://www.millarch.org)>. Acesso em 29 de Junho de 2012.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **História e Recato embalam Curitiba.** São Paulo, 22 de Julho de 1989.

VEJA, Revista. **O Crescimento Humanizado.** Curitiba, 10 de Outubro de 1973.

VEJA Paraná, Revista. **Larga Desordem: o movimento no Largo da Ordem irrita moradores.** Curitiba, v. 24, nº 44, Novembro de 1991.

VEJA Paraná, Revista. **O Olhar de Curitiba.** Curitiba, págs. 14-15, Setembro de 1991.

VOZ DO PARANÁ. **Os Prédios que são peças de museu.** Curitiba, 21 de Agosto de 1971.